Rosana Maria dos Santos
(Organizadora)

HISTÓRIA POLÍTICA:

estado, nação e constitucionalidade

Atena
Editora
Ano 2024

Rosana Maria dos Santos
(Organizadora)

HISTÓRIA POLÍTICA:

estado, nação e constitucionalidade

Atena
Editora
Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

História política: estado, nação e constitucionalidade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Andria Norman
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Rosana Maria dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História política: estado, nação e constitucionalidade / Organizadora Rosana Maria dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2103-0
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.030241601

1. Ciência política - História. I. Santos, Rosana Maria dos (Organizadora). II. Título.

CDD 320.09

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

É com grande estima que apresento o e-book 'História Política: Estado, Nação e Constitucionalidade'. O leitor encontrará seis textos que analisam aspectos da cultura política, história política, patrimônio e identidade. É válido destacar o aspecto democrático de acesso às diversas pesquisas dos estudantes, docentes e pesquisadores de diferentes regiões e universidades do país. Esse fato, oportuniza aos leitores a possibilidade de se debruçarem sobre várias metodologias e pesquisas, de forma acessível e gratuita.

Neste livro são as dimensões da história política e cultural que mais ganham notoriedade. Após trinta e cinco anos da primeira publicação de 'Por uma história política', organizada pelo cientista político e historiador René Rémond, não é mais necessário o confronto em defesa da afirmação de que história política é uma importante vertente da historiografia. Hoje, não se duvida mais da legitimidade e importância da história política para a compreensão da sociedade e suas complexidades. Nos últimos anos, as produções historiográficas no âmbito da história política se multiplicaram e avançaram em direção a pluralidade de abordagens e metodologias de pesquisas, sobretudo, com o uso de fontes estatais, arquivos pessoais e com novas problematizações e metodologias de pesquisa.

No primeiro artigo 'A alma do guerreiro: a cultura política da honra na era imperial japonesa e seu desfecho no pós-guerra', Douglas Tacone Pastrello, ao mesmo tempo em que nos apresenta os principias elementos da cultura da honra demostra como foi a sua consolidação através do Estado Meiji. O autor, corrobora com historiador francês Serge Berstein, e desenvolve seu texto a partir do conceito de que a cultura política é uma ideologia disseminada pelos mais variados ramos sociais, desde a família à escola.

No capítulo 'Ocupação ao longo da história pós cabralina do território de Rondônia. Primórdios da construção de seu patrimônio urbano: o real forte príncipe da Beira', Ana Cristina Barreiros Silva, nos apresenta em seu texto, a reconstrução de uma memória fragmentada, de espaços e cidadãos divididos, marcados por relações de poder e a cristalização de um patrimônio que luta pela visibilidade ao longo do tempo do território do atual Estado de Rondônia.

Posteriormente, com o aprofundamento da temática em questão, o leitor pode analisar o texto 'Ambientes em mudança: patrimônio vivo' de autoria das pesquisadoras Ana Claudia Mel de Oliveira e Renata Adriana Fabbris. O artigo busca problematizar os diferentes tipos de interação entre o convento original e o todo do seu entorno que constitui o espaço universitário da PUC-SP e como esses se articulam entre si.

Já o texto 'A Boa agoa ardente: incentivo, produção e uso de cachaça na América portuguesa (século XVIII)' escrito pelos pesquisadores: Ana Paula

Barco da Silva, Christian Fausto Moraes dos Santos e Gabrielle Legnaghi de Almeida, busca analisar a produção da aguardente da cana de açúcar durante a América Portuguesa no século XVIII, a partir dos registros de memória do luso brasileiro João Manso Pereira.

O próximo artigo 'Recursos forestales y cambio tecnológico. Un ensayo acerca de las presiones sobre los bosques de Inglaterra entre Isabel I y Carlos I, de autoria de Marcos Andrés Pascal. O texto traz grandes contribuições sobre as consequências ecológicas e tecnológicas da substituição dos meios de produção da indústria inglesa XVII.

Por fim, temos o texto 'O palco vira palanque: a dimensão da política no carnaval do Recife (1955 -1964), escrito por Rosana Santos. O texto busca problematizar a dimensão da política no carnaval do Recife nas décadas de 1950 e 1960.

Este e-book é uma construção coletiva, fruto do esforço intelectual de docentes, pesquisadores e pesquisadoras, implicados e implicadas pelo apreço da história política como forma de análise da sociedade. A obra 'História Política: Estado, Nação e Constitucionalidade' apresenta conceitos e teorias bem fundamentadas, contribuindo para a produção científica do país. Através desse sucinto itinerário pelos textos que compõem a presente obra, procuramos levar ao leitor uma ideia, ainda que limitada, das variadas direções, temáticas e horizontes sobre os temas que envolvem as questões sobre política, cultura, memória e relações de poder.

Boa leitura a todos!

Rosana Maria dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

A ALMA DO GUERREIRO: A CULTURA POLÍTICA DA HONRA NA ERA IMPERIAL JAPONESA E SEU DESFECHO NO PÓS-GUERRA

Douglas Tacone Pastrello

https://doi.org/10.22533/at.ed.0302416011

CAPÍTULO 2 20

OCUPAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA PÓS CABRALINA DO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA. PRIMÓRDIOS DA CONSTRUÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO URBANO: O REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Ana Cristina Barreiros Silva

https://doi.org/10.22533/at.ed.0302416012

CAPÍTULO 3 33

REESCRITURAS DO CONVENTO (1923) NO *CAMPUS* PUC-SP - MONTE ALEGRE

Ana Claudia de Oliveira

Renata Adriana Fabbris

https://doi.org/10.22533/at.ed.0302416013

CAPÍTULO 4 47

A BOA *AGOA ARDENTE*: INCENTIVO, PRODUÇÃO E USO DE CACHAÇA NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVIII)

Ana Paula Barco da Silva

Christian Fausto Moraes dos Santos

Gabrielle Legnaghi de Almeida

https://doi.org/10.22533/at.ed.0302416014

CAPÍTULO 5 61

RECURSOS FORESTALES Y CAMBIO TECNOLÓGICO. UN ENSAYO ACERCA DE LAS PRESIONES SOBRE LOS BOSQUES DE INGLATERRA ENTRE ISABEL I Y CARLOS I

Marcos Andrés Pascal

https://doi.org/10.22533/at.ed.0302416015

CAPÍTULO 6 75

O PALCO VIRA PALANQUE: A DIMENSÃO DA POLÍTICA NO CARNAVAL DO RECIFE (1955 -1964)

Rosana Maria dos Santos

https://doi.org/10.22533/at.ed.0302416016

SOBRE A ORGANIZADORA 89

ÍNDICE REMISSIVO 90

A ALMA DO GUERREIRO: A CULTURA POLÍTICA DA HONRA NA ERA IMPERIAL JAPONESA E SEU DESFECHO NO PÓS-GUERRA

Data de aceite: 02/01/2024

Douglas Tacone Pastrello
Especialista em filosofia moderna e contemporânea pela Universidade Estadual de Londrina, mestre em História política pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente doutorando em História pela Universidade Estadua de Maringá, sob orientação do prof. Dr. João Fábio Bertonha.

INTRODUÇÃO

A cultura da honra perpetuada pelo Estado Imperial da japonês do século XX tem sua raiz em momentos anteriores, baseada no intenso código do *bushido*[1] dos samurais. A ideologia buscava incutir nos nipônicos o senso do auto sacrifício em prol da nação.

O presente artigo busca elucidar os principais elementos desta cultura da honra e demonstrar sua fixação através do Estado Meiji e seu desfecho nos momentos iniciais do pós-guerra. Será feita uma rápida abordagem histórica desde o momento da abertura da nação com início da reforma Meiji em 1868 seguida pela ilustração dos esforços do governo para adquirir cada vez mais adeptos ao auto sacrifício. Assim como, será elaborado os reflexos dessa ideologia dentro e fora do Japão, entre civis e soldados.

A REFORMA MEIJI

A reforma Meiji colocou fim ao poder do Shogunato no Japão e (re) instaurou a supremacia do poder imperial, centralizando assim o poder nas mãos do Imperador, uma figura de descendência divina, cujo em sua vontade residia a mais pura e real verdade. Além da centralização do poder, houve a abertura do Japão para o mundo exterior, vale ressaltar que até este momento o Japão vivia uma espécie de feudalismo que tinha como base a cultura samurai e o *shogun*.

O novo governo cogita que para o crescimento do Japão seria necessário da mão de obra da população comum,

1 O código do Bushido pode ser correlacionado com o código dos cavaleiros medievais. Uma série de ensinamentos sobre lutas e aspectos do comportamento social adequado ao guerreiro.

considera-se então que seria preciso criar formas de captar os corações e mentes do povo para com a nação.

O método mais utilizado para tal união da nação foi a "origem comum" e divina do povo japonês, como aponta Célia Sakurai[1]. Há a criação de uma narrativa que demonstrava como todo o povo japonês era uma "grande família", que tudo seria justificado como "a favor do bem de todos".

> Toda mudança passou a ser justificada como sendo para o "bem de todos", mesmo que à custo de sacrifícios. O argumento da "necessidade de harmonia, emprestado do confucionismo, foi usado para dar corpo às tarefas necessárias. A imagem da "família ideal" ilustrou a ideia do indivíduo como parte de um todo que começa com a família nuclear, passando pela extensa, a comunidade, a província até chegar ao Imperador, deste à "grande família que é o universo" e finalmente a harmonia em si.[2]

Justificasse, inclusive, a ideia de que todos são próximos, ao considerar que todos seriam descendentes da deusa sol *Amaterasu*, inclusive o próprio Imperador, e vincula-se de forma inerente a esta narrativa a criação do "Eu e o Outro", o povo japonês tem a sua origem divina em comum e os outros povos não compartilham desta dádiva, logo eles são inferiores aos japoneses.

Esta ação pode ser explicada segundo a teoria do geografo sino-americano Yi-Fu Tuan, que em seu livro "Topofilia"[3] disserta sobre a questão do eu, o lugar e os laços afetivos que envolvem o espaço geográfico, desta forma uma das questões pontuados pelo geografo é o fato de estabelecermos uma espécie de "padrão de normalidade" com base no nosso centro geográfico, quanto mais distante uma cultura for de nosso centro cultural-geográfico, maiores as chances de esta determinada cultura ser rotulada como bizarra ou anormal, justificando inclusive a repulsa aos outros povos e nisseis de outras nações.

Assim, é plausível imaginar que uma narrativa mítica de origem destas fosse estabelecida com base no "Eu e o Outro", porém há mecanismos culturais que não só se apropriam desta narrativa, como também servem para fixá-la. Uma desta é o estabelecimento de uma cultura política[2] da honra.

Entendemos como "cultura política" o conceito que Serge Berstein[4] apresenta como uma ideologia política disseminada pelos mais variados ramos sociais, desde a família à escola. Compreende-se que a cultura política surge como resposta a necessidades do próprio tempo e se espalha organicamente.

E a sociedade nipônica fomenta essa ideia em um turbilhão de informações, desde o seio familiar, a formulação de leis estatais e programas-propaganda constantes no cinema e no rádio.

E, nestas condições de pensamento que o Estado japonês caminha, cria-se a

---

2 Como cultura política entende-se o conceito que Serge Berstein(1998) pontua como uma cultura disseminada em uma sociedade com base em seus próprios anseios, que a permeia sem necessariamente permutar com ela, sendo uma ideia plural e transmitida através diversos círculos sociais.

cultura política da tradição e da honra, aproveitando do código do bushido samurai[3], estes que outrora eram os grandes senhores, agora eram perseguidos pela nova ordem, todavia sua tradição se tornaria útil para solidificação do *Yamatoo-Damashii*, o "espirito japonês", aquilo que diferenciaria o japonês do Outro.

Todavia, é crucial ponderar que esta "cultura da honra" não é uma criação exclusivamente do período após a reforma Meiji, mas que sua transformação em uma cultura política em prol da nação é.

Torna-se assim, uma política de Estado, Ruth Benedict[5] e Yoshikuni Igarashi[6] trazem diversos relatos sobre esse tópico em especifico dentro de seus escritos.

Igarashi demonstra como os corpos dos japoneses eram vistos como uma extensão do Estado nipônico, durante o período próximo e durante o conflito o controle sobre os corpos aumenta, o governo promove duas leis a *Kokumin Tairyoku Hö*(Lei nacional do Vigor físico) e a *Kokumin Yüsei H*ö(Lei nacional da Eugenia), ambas destinadas ao "aprimoramento do corpo japonês".

Sob a primeira lei, todos os jovens abaixo de 20 anos passariam por exames físicos obrigatórios, recebendo ao fim uma documentação com os resultados, histórico médico e até dentição. A partir de 1942 o exame passou incluir testes de capacidade motora voltados para a guerra[7].

Corpos fisicamente capazes eram considerados leais e aqueles incapazes de ajudar no efetivo beiravam a traição. Todo o esforço do corpo nacional deveria ser um motivador da guerra: trabalhadores de uma fábrica deviam trabalhar ininterruptamente, mães deveriam encorajar os filhos aos alistamento, e assim por diante.

Igarashi apresenta, também, o relato do fotografo Kikujiro Fukishima, entusiasta do discurso ufanista da nação e decidiu se alistar no exército, mesmo com uma recomendação médica de não alistamento devido a uma icterícia aguda. O fotografo aprende a "controlar" seu corpo e as dores em prol da nação, todavia seu entusiasmo logo se esvai à medida que presencia os treinamentos,

> Meu estomago, enfraquecido até o limite, rejeitava as comidas dos militares que continham feijões de soja[...] o que eu comia permanecia na forma original – e sujava minhas calças quando estava em sessões de treinamento[...] Contudo, os poucos solados que foram devagar nas suas ações e memorizações continuaram sendo punidos(como tinha acontecido desde o começo do recrutamento). Três deles escaparam uma noite: um deles foi encontrado como um cadáver mutilado atropelado por um trem, enquanto outros dois foram içados do poço do complexo militar, inchados como bolas de borracha. Os oficiais e líderes do pelotão que correram até a cena, ficaram chutando os corpos até que as barrigas estouraram e os órgãos internos saíram, enquanto ficavam gritando: "Seus traidores".[8] (

Homens que não eram capazes de recitar a "Declamação Imperial para Soldados

---

3 Também podendo ser traduzido como um "código de conduta", representa os valores que um éticos, morais e de combate que um samurai deveria seguir.

e Marinheiros” eram brutalmente espancados até virarem um mingau indistinguível de sangue. [9]

O governo nipônico usava de todos os meios possíveis para promover a cultura da honra, utilizando principalmente de transmissões no rádio chegava inclusive a afirmar quando os bombardeios começaram atingir as cidades japoneses que “o inimigo estava exatamente onde planejavam”, à escassez de alimentos dizia-se que quanto maior era a escassez mais devia-se aumentar a força física através de outros meios. “Não devemos pensar que tenhamos sido passivamente atacados, mas sim que ativamente atraímos o inimigo para nós” [10]

O cinema japonês promovia o senso de sacrifício da cultura da honra de forma quase que exemplar, e quando não, a censura se responsabiliza por colocar o mal exemplo na linha. Em 1939, o governo japonês aprovou a lei nacional de cinema. Essa lei dava total acesso a produção do filme por órgãos censores do governo.

Segundo Novielle[11],a lei nacional sobre cinema que tinha como como objetivo “inculcar por meio do cinema a consciência nacionalista e de concretizar em imagens a hipótese de uma vitória prevista”[12], logo filmes que frisassem na liberdade e/ou felicidade individual, crítica ao Estado japonês ou ao aparato militar da nação, eram vetados.

Os filmes podiam ser censurados desde seus estágios iniciais de roteiro, criação de cenas até a montagem da pós-produção. O rádio fazia uso das mesmas ferramentas, criava-se todo um aparato de propaganda para sustentar a ideologia nacional do *yamato-damashii*, como fica visível neste relato feito em rádio:

> Terminados os combates aéreos, os aviões japoneses regressaram à sua base em pequenas formações de três ou quatro. Num dos primeiros aparelhos, achava-se um capitão. Apeando-se, examinou p céu por meio de binóculo. Enquanto seus homens retornavam, ele contava. Parecia bastante pálido, porém, muito firme. Após o regresso do último avião, dirigiu-se ao quartel general, onde fez um relatório encaminhando-o ao Oficial comandante. Logo em seguida, porém, tombou súbito ao solo. Os oficiais no local acorreram-lhe em auxílio, mas ele já estava morto. Examinando lhe o corpo, descobriu-se que já estava frio, com ferimento à bala de consequências fatais. É impossível encontrar-se frio o corpo e uma pessoa recentemente morta. Entretanto, o corpo do capitão morto estava frio como gelo. Há muito que ele estava morto, fora seu espírito que fizera o relatório. Um fato tão miraculoso deve-se sem dúvida ao rigoroso senso de responsabilidade do capitão morto. [13]

A ênfase em que o soldado nipônico já estaria morto é dada diversas vezes a fim de estabelecer um compromisso do ouvinte com o “espírito” japonês. Esse espírito que pode ser facilmente interpretado como o corpo a serviço do Japão/Imperador. Essa lógica também era empregada aos kamikazes com o lema “contrapor nosso treinamento ao número deles, nossa carne ao seu aço”, se as metralhadoras dos aviões não ferem o inimigo que se arremesse o caça sobre seus navios.

No seio desta ideologia, os japoneses se creditavam seres iluminados, superiores

aos demais povos e nações[14] ,estas questões ficam visíveis durante a segunda guerra mundial, quando em contato com os norte-americanos, se demonstra que valores que os próprios norte-americanos viam como positivos entre eles, seriam motivo de chacota ou desonra entre os nipônicos, assim se moldava o inimigo norte-americano. Como a exemplo do caso de um oficial americano, condecorado por salvar dois encouraçados que aos olhos dos japoneses era motivo de estranhamento:

> A razão oficial da condecoração não foi por ter o comandante John S. McCain sido capaz de pôr sido capaz de pôr os japoneses em fuga, embora não compreendamos por que, já que a comunicação de Nimitz assim revelou... Pois bem, a razão da condecoração do almirante McCain foi por ele ter conseguido salvar dois navios de guerra americanos.[...]o que desejamos que notem é que o salvamento de dois navios avariados é motivo para condecoração nos Estados Unidos. [15]

Do ponto de vista japonês a guerra era necessária para trazer ordem à anarquia do mundo, que só poderia prosperar sob o domínio japonês, algo que a antropóloga reforça constantemente ao tratar dos japoneses na guerra,

> O espírito, diziam os japoneses, era tudo, era eterno; as coisas materiais eram necessárias, bem entendido, mas secundárias e perdiam-se pelo caminho[...] "contrapor o nosso treinamento ao número deles, nossa carne, ao seu aço". [16]

Se render não era uma alternativa, todo soldado nipônico deveria fazer tudo que estivesse em seu alcance para sobrepor o inimigo, jamais se render, em caso de captura deveria atacar o inimigo com uma granada, desarmado, do contrário não poderia andar com a cabeça erguida, estaria "morto" para sua antiga vida.[17]

Os corpos que eram "incapazes" de serem "saudáveis" eram vistos como um peso. Doentes mentais, ficavam sob quarentena mandatória e deviam aceitar de "bom grado" seu isolamento como um presente da família imperial – já que muitas vezes o "tratamento" era pago pelo Estado. As leis de eugenia aprovadas durante esse período permitiam que os corpos japoneses pudessem sofrer intervenções estatais, que poderiam ser estendidas até o 4º grau de parentesco.

Segundo Igarashi[18] , documentos do Ministério da Saúde relatam pelo menos 518 operações sob a "lei nacional de eugenia". O isolamento compulsório nos hospitais para doentes mentais, também, sofria de inúmeros problemas para com cuidado dos pacientes:

> No hospital Matsuzawa de Tóquio, 41% dos pacientes morreram em 1945, enquanto que a taxa de morte da filial foi cerca de 53%. De acordo com os registros de ala de saúde mental do Hospital da Universidade Imperial de Quioto, as mortes de pacientes constituíram 34% dos casos de "alta". Muitos pacientes perdiam peso de forma gradual, às vezes chegando a um quilo por semana, tinham diarreia crônica, e, finalmente, morriam[...]a diarreia parecia ser o único e último meio pelo qual os pacientes comunicavam seu sofrimento nas péssimas condições do hospital [19]

Com o avanço dos anos adentro da guerra no Pacífico fica cada vez mais escassos

recursos e alimentos. O pouco estoque que está disponível é movimentado para os combatentes nos *fronts*, cidadãos comuns passam a ter de viver com pequenas rações diárias. Para os doentes mentais as rações eram inexistentes e os medicamentos faltosos, resultando em um aumento da taxa de mortes (que já era considerável). Essa questão não foi vista como um grande problema, afinal a própria população sabia que o esforço de guerra deveria ter prioridade.

Existia uma hierarquia interna e externa para os nipônicos. Fora do Japão, parte-se da "teoria de centro" de Yi-Fu Tuan, que se estabelece que quanto maior foi a distância entre dois povos mais aquele que observa tende a ver o outro como diferente, anormal e/ou bizarro. No caso, como já foi demonstrado por como os estadunidenses são vistos pelos japoneses.

Dentro da Ásia próxima, as nações eram vistas como "aliados" do Japão, desde que aceitassem a superioridade japonesa. A colonização japonesa no leste asiático deveria ser vista como uma oportunidade para essas nações. A propaganda era disseminada por meio de filmes que faziam alusão a isso.

Em alguns filmes, tais como *Nessa no Chikai*(1940) e *Shina no yoru*(1940)[20] retratam uma história de romance em um japonês e um chinês. Em ambos se demonstrava os benefícios da "colonização" japonesa e como haveria bons e maus chineses, no caso aqueles que abraçavam a política imperialista japonesa e os que não.

Dentro da propaganda feita nos filmes o trunfo do Estado japonês consistia na performance de uma atriz famosa chamada Li Hsiang-lan(Ri Koran em japonês), que na verdade era japonesa nascida na Manchúria chamada Yoshiko Yamaguchi. Entretanto, como sua verdadeira identidade fora encobertada ela se tornou um símbolo propagandista na China por seus filmes. Sua completa maestria da língua japonesa fazia dela um exemplo da edificação esperada dos colonos do imperialismo japonês[21].

Caso, ainda, não houvesse a possibilidade ou uma cultura de consumo cinematográfico, como o caso da Região da Indo-china, fazia-se uso de uma exibição itinerante dos filmes. Porém, se já houvesse produção cinematográfica o Japão assumia total controle da produção, distribuição e até dos atores dos filmes [22].

O "Outro" é estabelecido não por sua identidade, mas por sua não identidade, suas qualidades podiam muito bem serem qualidades, mas não eram qualidades japonesas, o Japão seria, segundo Benedict, totalmente oposto aos norte-americanos, por exemplo. Isso torna visível que a identidade japonesa, ao ser confrontada por as demasiadas culturas do leste asiático e os Estados Unidos, não era abalada facilmente, de fato tornava-se mais firme.

Esperava que com essas atitudes para com os "aliados próximos", fosse fortalecido neles a cultura da honra e do auto sacrifício japonês. Entretanto, mesmo com os mais adeptos dos colonos, inclusive aqueles que iam para a nação japonesa trabalhar a distinção era clara: não eram japoneses.

A hierarquia interior japonesa partia do Imperador ao topo. O grande "pai" da nação, uma divindade viva, tinha seus conselheiros próximos que eram o segundo escalão na hierarquia. Essa lógica mantinha-se até o camponês mais humilde, seus status social derivava de sua proximidade com o Imperador.

Militares de grande patente, educadores, militares rasos se encontravam na parte superior da pirâmide. Depois aqueles que contribuíam significativamente para o esforço de guerra como grandes produtores, industriais e por fim crianças que não estavam em treinamento e desempregados.

O manga *Hadashi no Gen*, um registro semiautobiográfico de Keiji Nakazama(um sobrevivente da bomba atômica de Hiroshima), trás o relato de como pai de Keiji – um pacifista e artista – era considerado muito abaixo por seus conterrâneos. Keiji relata que sua família contava basicamente com o apoio de um imigrante coreano, já que eram destratados por outros japoneses.

O pacifismo do pai de Keiji fez com que um de seus irmãos se alistasse ao exército para curar o mal da família, que era considerada uma traidora por todos. A sina de traidor causada pelo pai de Keiji gerava desgasto até para os filhos em suas relações com os professores e japoneses locais.

No anime *Hotaru no Haka*[4](1998)[23], o relato semiautobiográfico de Akihiko Nosaka, se torna evidente como crianças por "não contribuírem" eram negadas das rações que o governo oferecia, nos momentos próximos ao final da guerra. Em suma, se não apoiasse a política imperialista japonesa, o Imperador e a guerra, eram considerados traidores da pátrias – corpos inúteis. O pai de Nakazawa chegou a ser preso por engajar em movimentos antiguerra[24].

Keiji Nakazawa em entrevista afirmou que as crianças passavam todo o tempo brincando umas com as outras de "Japão vs o inimigo", sendo um bom exemplo da pressão da cultura da honra nas crianças. Os filmes faziam questão de reafirmar o compromisso com o "inimigo", a lei de cinema de 1939 assegurava que os censores trabalhassem o imaginário do inimigo.

O *YAMATO-DAMASHII* E O FIM DA GUERRA

Nos momentos próximos ao fim da Segunda Guerra Mundial, as cidades japonesas eram constantemente bombardeadas. Nakaza, por exemplo, relembra que grande parte de suas memórias desse período eram a fome e as idas para o abrigo.[25] afirma que dois dias de bombardeios na cidade de Tóquio foram responsáveis por cem mil fatalidades.

Por comparação a batalha de Okinawa durou três meses e causou a morte de 130mil soldados japoneses, 100 mil civis e 15 mil estadunidenses[25]. Mesmo com o caos instaurado na ilha principal, a propaganda japonesa não cessava e limitava-se a dizer que "o inimigo

4 O anime foi dirigido por Isao Takahata, baseado no livro homônimo de Akihiko Nosaka.

está exatamente onde queriam”.

Soldados *kamikazes* passaram a se tornar uma medida cada vez mais comum ao fim do conflito. A falta de equipamento e a ausência de recursos de combate tornava os aviões bomba a única alternativa para frear o avanço inimigo. O caça japonês era desprovido de qualquer equipamento guia, portando apenas combustível suficiente para ida e uma bomba.

A cultura da honra pregava que o Japão precisava pôr fim a “anarquia do mundo”, os esforços individuais deveriam sempre estar voltados ao todo. Mesmo com parte da população descontente, as autoridades ainda mantinham o discurso nacionalista do auto sacrifício.

O orgulho japonês podia parecer indestrutível, mas suas estruturas e corpos não. Sob o comando do general Douglas MacArthur as forças Aliadas avançam rapidamente pelas Filipinas, tomando ilha a ilha.

No dia 6 de agosto de 1945 o bombardeio atômico de Hiroshima inicia o fim da guerra. A bomba atômica tem uma enorme repercussão no Japão, entretanto a bomba destruiu todo o aparato de comunicação da cidade de Hiroshima, a isolando do restante da ilha.

O filme *The effects of the atomic bomb in Hiroshima*(1945)[26], filmado por japoneses logo após os bombardeios atômicos e depois editado pelos norte-americanos, demonstrou que pelo menos 80% dos meios de comunicação de Hiroshima ficaram indisponíveis com a explosão. Demonstrando, assim, que a segunda bomba atômica foi deliberadamente intencional e não forçada pela “não rendição”.

Hasegawa[27] aponta que embora a bomba atômica tenha estremecido a política japonesa o *kokutai*(governo) não teve tempo hábil para emitir uma resposta. No dia 9 de agosto, três dias depois do primeiro bombardeio atômico, a cidade de Nagasaki sofreu o segundo ataque nuclear.

Como Hasegawa aponta, era consenso no alto escalão estadunidense de que a bomba atômica era desnecessária. Acreditavam que somente um embargo a ilha principal poderia causar a rendição japonesa. Entretanto, Igarashi e Bagguley[28] demonstram que a urgência em finalizar a guerra foi a principal motriz do uso das bombas atômicas.

A ideia era que o Estados Unidos fosse capaz de fechar o confronto sem o apoio ou uma invasão direta da União Soviética no território japonês. Desta forma, estabeleceu-se que os EUA pudessem conclamar o território japonês para si e ditar as próprias regras na rendição. Essa conclusão foi bem compreendida até mesmo no alto escalão do exército estadunidense, como aponta Gar Alperovitz durante um artigo ao Washington Post[29].

Em 9 de agosto de 1945[5], o presidente Truman fez um pronunciamento no rádio que reforçava essa narrativa:

5 9 de Agosto de 1995. Transcrição disponível em: https://www.nationalarchives.gov.uk/education/heroesvillains/transcript/g5cs2s1t.htm. Acesso em: 27/11/2019

> Ao descobrirmos a bomba, nós a usamos. Nós a usamos contra aqueles que nos atacaram em Pearl Harbor sem aviso, contra aqueles que privaram de alimentos, espancaram e executaram soldados americanos, contra aqueles que abandonaram todas as pretensões de obedecer aos tratados internacionais de guerra. Nós a usamos para encurtar a agonia da guerra; de modo que salvamos a vida de milhares e milhares de jovens norte-americanos. Nós continuaremos a usá-la até que o poder japonês de criar guerras seja destruído completamente. Apenas uma rendição nipônica irá nos parar....[6]

No dia 15 de agosto de 1945, o Imperador – até então intocável para maior parte dos japoneses – anuncia no rádio a rendição do Japão as forças Aliadas. O momento foi de choque por dois motivos: primeiro pela "aparição pública" do Imperador, apenas alguns poucos podiam ficar sob sua presença, e segundo pela rendição em si. A cultura da honra japonesa não estava preparada para uma derrota, a propaganda e os mais fiéis acreditaram até o último instante na vitória japonesa.

É preciso compreender que esta narrativa tem duas peças centrais: a cultura da honra japonesa e o Imperador Hirohito. Entra vigor o processo do que Igarashi chama de "narrativa de coerção", a qual trata-se de um processo para isentar a figura do Imperador japonês de sua culpabilidade de guerra e utiliza-lo como uma ferramenta de aproximação com o povo japonês.

O discurso oficial, ao contrário do que as entrelinhas apresentam, dita que a bomba atômica foi necessária para pôr fim a crueldade da Segunda Guerra Mundial que poderia ceifar pelo menos mais um milhão de vidas estadunidenses. Considera-se – ainda – que o número de mortos japoneses seria ínfimo se comparado a continuidade da guerra.

Nesse aspecto tem-se que o Imperador passa ser um agente ativo no fim da Segunda Guerra Mundial – o grande salvador do povo japonês. Hasegawa aponta que de fato é real, ao considerarmos que o Imperador deliberava no conselho de guerra somente em caso de não consenso, exatamente como foi a decisão de se render ou não após as bombas atômicas. O Imperador teve de interferir e optou pela rendição japonesa.

Os Estados Unidos ao terem conhecimento da importância do Imperador na sociedade japonesa, fizeram uso político desta influência. Logo, a narrativa precisava fazer sentido. MacArthur chegou a afirmar que teria poupado Hirohito dos tribunais de guerra quando uma lista com o nome do Imperador no topo chegou à sua mesa – Igarashi afirma que tal lista jamais existiu.

Entretanto, o interesse era claro, queria-se o controle da reconstrução japonesa no pós-guerra a fim de evitar influência soviética. Toda essa narrativa se sustenta a partir da cultura do auto sacrifício que era pregada no Japão.

A narrativa em torno dos bombardeios atômicos encontra seu respaldo na necessidade do fim da Segunda Guerra Mundial. Pregou-se que seria necessário pelo menos a vida de um milhão de soldados estadunidenses para invadir e, por fim, ao Japão,

6 Hasegawa argumenta que a reação imediata de Truman teria sido felicidade, sem indicar nenhum remorso ou culpa pelo ato, contrariando suas falas posteriores que afirmavam "ter sido uma decisão difícil".

caso a bomba atômica não tivesse sido utilizada. A narrativa dita – inclusive – como vidas japoneses seriam ceifadas ao milhares, logo a bomba teria sida positiva para ambos os lados.

Acredita-se que a ideia já era trabalhava antes mesmo do fim da guerra. Os bombardeios em Tóquio – por exemplo – pouparam o prédio imperial da destruição. No pós-guerra a ocupação de MacArthur criou mecanismos para o controle de opiniões.

Os japoneses viveram uma repentina liberdade de imprensa e política, jornalistas, militantes e perseguidos pelo falecido regime imperial, foram soltos das prisões. Contudo, uma única condição foi imposta aos japoneses: não era permitido nenhuma crítica a ocupação estadunidense e aos "novos valores democráticos do Japão".

Entretanto, a medida de poupar o Imperador não passou despercebida pela população. O responsável pelo segmento de cinema no "departamento de educação e informação civil" da ocupação sugeriu a Fumio Kamei(um dos cineastas mais perseguidos durante a Era Imperial) que fizesse um filme que buscasse os motivos da Segunda Guerra Mundial e servisse de aviso para gerações[30].

O filme surgido foi *Nihon no Higeki*(1945)[31] – "A tragédia japonesa". O filme de Kamei buscava explicitar os "problemas" do Japão Imperial que levaram ao caos da guerra. Trabalhando aspectos que demonstravam como a cultura do auto sacrifício dos *kamikazes* era inútil – com soldados se explodindo enquanto marinheiros estadunidenses comemoram a cada um que explode no ar.

A crítica ao Japão imperial ia de acordo com os "novos valores democráticos" do Japão pós-guerra. Entretanto, um dos aspectos trabalhados no filme foi a figura do Imperador Hirohito:

Figura 1 A transformação de Hirohito em Nihon no Higeki.

Na imagem vemos Hirohito transformando suas vestes militares em um traje social político comum da época, seu semblante duro e formal representam o centro da cultura da honra. Sua transformação destaca-se pelo Hirohito divino e militar se tornar o Hirohito civil e político.

A crítica implícita é que, mesmo que o Japão tenha se transformado, os responsáveis pela "tragédia do passado" foram mantidos. O filme não foi bem recebido pelas autoridades da ocupação que consideraram o filme um problema para as alianças criadas entre os

Estados Unidos e o Japão.

A narrativa fixada no imaginário popular dita que a ocupação norte-americana no Japão foi pacífica e ordenada, algo repetido por Yoshikuni Igarashi e Ruth Benedict. Sean Purdy destaca como esse elemento era uma inverdade.

Quando houve um surto de doenças sexualmente transmissíveis se culpou as "mulheres de conforto" japonesas e foi proibido as "casas de conforto" o que fez com casos de estupro aumentassem exponencialmente. Estes casos foram acobertados pela ocupação[32]. Os paradoxos podem ser resumidos por Purdy:

> A forte censura garantiu que qualquer notícia negativa não fosse divulgada. Por exemplo, os oficiais norte-americanos ocuparam os maiores e mais luxuosos escritórios e casas em Tóquio, bem como outras cidades, além de construírem mais de 17 mil novas casas para burocratas e militares (pagas pelo governo japonês), ao passo que milhões de japoneses estavam sem moradia. [33]

Na questões políticas o Japão viveu uma mudança de paradigmas e censuras, antes não podiam atentar contra a honra e o dever Imperial. Agora, não podiam atacar os novos valores democráticos japoneses.

O CORPO E A LIBERTAÇÃO DA HONRA

Por baixo das cortinas políticas das relações entre os Estados Unidos e o Japão, há uma gama de cidadãos que se veem desamparados da cultura corporal da honra. O que fica visível é uma felicidade pelo fim do conflito, não sua derrota: e sim o fim.

Fumiko Totsuko, uma editora de revistas, participou de o que Igarashi, chamou de uma "festa selvagem", regada a bebidas e jazz. Nota-se que o esses elementos provavelmente já estavam na sociedade por meio de um mercado negro, já que não haveria tempo hábil para importação deles e a festa.

O detalhe é que Fumiko teria feito uso de artefatos banidos durante a Era Imperial: vestido e batons vermelhos. Casas de banho abrem, antes do fim da guerra abriam em dias alternados, cidades que racionavam energia elétrica fazem um show de luzes. Em suma, há um sentimento de felicidade geral. Nas obras semi-autobiográficas *Hotaru no haka(1967)* e *Hadashi no Gen*(1973-1985) os autores demonstram essa felicidade por meio de seus personagens e ações de outras pessoas que ficam aliviadas com o fim do conflito.

Akiyuki Nosaka(autor de *Hotaru no Haka*) narrou sua experiencia no pós-guerra principalmente com uso da "fome". O governo passa ofertar rações diárias para as pessoas – assim fazia antes do fim da guerra – e assim como antes as rações eram insuficientes para a população. Um juiz da corte de Tóquio em uma tentativa de demonstrar seu patriotismo tentou sobreviver somente com as rações do Estado, ele faleceu aos 35 anos [34].

O caso do juiz demonstra que embora os corpos estivessem fisicamente livres das amarras impostas no passado próximo, isso não significa que a mente estava livre de toda

a doutrinação verticalmente jogada sobre eles. A inflação desde os itens mais básicos fazia com que aproximadamente 68% da renda fosse destinada à alimentação.

As tentativas de congelar os preços por meio de decretos aumentou a transferência de recursos pelo mercado negro. Itens eram reciclados e comercializados no mercado negro. Era tão comum que japoneses recorressem ao mercado negro para satisfazerem seus desejos, que o álcool industrial deixou diversas pessoas mortas ou cegas. O lixo das instalações militares norte-americanas era "reciclado", cozido e vendido, esgotando em questão de pouco tempo.

Nosaka tinha 15 anos no ínicio do pós-guerra e relata as dificuldades de viver sob a proteção do sistema. Segundo Nosaka, não era possível contar com ajuda alheia: todos passavam pelas dificuldades independente da condição financeira.

Os desejos corporais substituíram a estrita condição corporal da honra na qual os corpos foram submetidos na primeira metade do século XX. O prazer era o trunfo o qual lhes foi negado, porém ainda era inalcançável com a crise.

> No esforço pela sobrevivência na sociedade do pós-guerra, o ato de comer ressoava com o desejo sexual. No conto, *Yakeato no Iesu* ("Jesus das Ruínas"), que Jun Ishikawa publicou em 1946, há uma descrição de cenas do mercado negro que germinou nas ruínas de Ueno. O foco do narrador varia de bolinhos de arroz seco que uma mulher está tentando vender com o bordão, "arroz branco fresco e cozido no vapor", para o corpo voluptuoso da mulher. [35]

Para Igarashi, esse conto representa a gama de fatores que cercam a nova liberdade do corpo japonês: a fome da escassez e a repentina liberdade sexual dos japoneses. A repressão de antes com a fome de agora faz com que ambos os sentimentos se misturem e fiquem diluídos na carne. Comer e relacionar-se passa ser um luxo na crise do pós-guerra.

A materialização dos sentidos do corpo encontrou refúgio no mercado negro, já que o Estado foi incapaz de nulificá-lo. A possibilidade do desfrute sexual marcou o fim da cultura corporal do auto sacrifício, uma vez que encontrava se diametralmente oposta a ideologia do sacrifício: o prazer para si próprio.

"As imagens de mulheres sexualmente ativas dominaram a sociedade no pós guerra" [36],isso demonstra que o pós-guerra trouxe algo que o ocidente já compreendia bem: o sexo enquanto um mercado de consumo. Neste mesmo tópico dezenas de milhares de mulheres foram *Pan pan*'s – prostitutas – para atender pracinhas e homens "sedentos" no pós-guerra.

O Estado fazia vista grossa para esse detalhe, que mesmo quando a prostituição era legalizada ocorria cerca de 40 casos de estupro por dia. Após o banimento da prostituição oficial pelas forças de ocupação, em 1946, os casos de estupro subiram para 330 ao dia – fato pouco sabido devido a destruição de arquivos e acobertado por MacArthur[32].

Não demorou para que no pós-guerra os corpos fossem novamente enquadrados pelo Estado. A superioridade tecnológica dos norte-americanos ficou evidente com o DDT,

um composto que foi amplamente utilizado no Japão.[7] Crises de piolhos que levavam semanas para serem contidas deixavam de existir em questão de horas e dias, por conta do DDT.

Nosaka relembra, ainda, que havia um música para enfatizar os “poderes” do DDT no combate à febre tifoide[37]. Os “corpos saudáveis” era o símbolo desse novo Japão democrático, o corpo deixa de ser uma extensão do Estado japonês e passa ser uma extensão de si – o *self*[8] – como o escritor Taijiro Tamura destaca no pós-guerra:

> [...] Mas agora o corpo está se rebelando claramente. Os japoneses, sistematicamente, desconfiam da crença. Não acreditamos em nada que não seja nossos corpos. O corpo é uma verdade. A dor do corpo, o desejo do corpo, a fúria do corpo, o êxtase do corpo, a confusão do corpo, o sono do corpo - estas são as únicas verdades[38].

Entretanto quais relações podemos estabelecer entre a cultura da honra do início do século e essa cultura do corpo no pós-guerra? A princípio, pouco ou nenhuma, somente que são ressignificações do corpo ao longo dos anos. Entretanto é importante delinear que a presença desse *self* mais corporal ocorreu devido a como foi o desfecho da Segunda Guerra Mundial.

A vivência da crise do pré-fim da guerra, os bombardeios atômicos e a crise do pós-guerra tornaram possíveis essa nova significação do corpo japonês. Em suma, a relação dos japoneses com essa cultura da honra e a forma que se adaptou mentalidade no pós-guerra esta intrinsecamente implícito nesses eventos.

A principal justificativa da moralidade da bomba atômica reside no *yamato-damashii*. Parte-se deste princípio do auto sacrifício japonês para demonstrar uma matemática utilitarista que justifique a bomba atômica. O principal argumento é o “mágico” número de um milhão de vidas de soldados estadunidenses, que seriam necessários para tomar o Japão via uma invasão terrestre – desconsiderando ainda as eventuais vítimas japonesas no processo.

A presença mental da cultura da honra era tão grande que de certa forma mexia com a sanidade mental dos indivíduos, como o caso de um soldado chamado, Hiroo Onoda, viveu durante 30 anos nas Filipinas, escondido recusando se render, sobrevivendo de frutas e animais, a cada tentativa de contato ele pressupunha que eram os norte-americanos buscando captura-lo, até que, em 1974 seu oficial superior – que felizmente ainda estava vivo – “deu a ordem” que pois fim ao fardo do bravo guerreiro[39].

A sina se deu devido as ordens diretas que o soldado recebeu de seu oficial superior

---

7 O DDT possui uma alta letalidade para insetos, tendo sido uma ferramenta útil para combater doenças transmitidas por insetos e piolhos. Apesar dos efeitos positivos, é extremamente tóxico para seres humanos e quando ingerido pode causar distúrbios sensoriais. D’Amato, Claudio & Machado Torres, Joao Paulo & Malm, Olaf. (2002). DDT (dicloro difenil tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão. Química Nova. 25. 10.1590/S0100-40422002000600017.

8 Compreendo o *Self* como um conceito que engloba a memória e o corpo. Ele pode ser compreendido com o resultado do cruzamento da memória individual/coletiva, a memória do corpo(sentidos) e os significados que adquirimos dos lugares de memória [42]. Discuto ele, melhor, em trabalho anterior [43].

em 1945: "Foi dito a eles que deveriam manter seus postos e posição até segunda ordem. Nem a rendição ou suicídio eram opções aceitáveis, enfatizaram os oficiais"

Ao retornar ao Japão, Onada, não foi capaz de viver no Japão pós-guerra, considerou muito diferente do que conhecera. Seu destino se deu em uma fazenda no interior do Brasil[40] .Hiroo Onada não passou pelas transformações que o Japão sofreu e pulando o "processo de transformação" da sociedade japonesa foi incapaz de compreender as mudanças.

Sua memória do corpo ainda estava atrelada à cultura corporal da honra,

E ele não foi capaz de ser absorvido pelo pós-guerra japonês, por não ter passado pelo processo de transformação do corpo na crise do pós-guerra. Sua decisão de ir para um ambiente rural, foi, talvez, uma forma de expressar seu desejo de retorno a sua criação na cidade periférica-rural de *Wakayama*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado anteriormente, sabe-se que há evidências de que a bomba atômica não teria sido necessária e o próprio Estados Unidos reconheceu via seus oficiais na época. Entretanto, os bombardeios atômicos e a ocupação sedimentaram a cultura política da honra no Japão e calcaram uma nova relação do Japão para consigo mesmo.

A Constituição japonesa de 1947 permanece a mesma até os dias de hoje, sendo um das poucas – talvez a única do mundo – que permanece todo o texto original. Contando com apenas 9 páginas – muito pouco se comparado a de outras nações modernas – a Constituição japonesa é a expressão do abandono da cultura da honra.

O núcleo duro desta Constituição[41] se encontra no Artigo 9:

> Capítulo II -
>
> Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renúncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido.

Outro detalhe interessante é que ela dita a manutenção do poder Imperial, com a ressalva de que todo poder político vem do povo (a democracia) e não dele:

> Capítulo I. O Imperador
>
> Artigo 1. O Imperador deverá ser o símbolo do Estado e a unidade do seu povo, derivando a sua posição a partir da vontade do povo no qual reside a soberania do poder.

Isso não ocorreu ao acaso, a Constituição foi feita com interferência direta dos Estados Unidos. Antes da intervenção direta no documento havia sido feita um outro esboço

pelo próprio Estado japonês, que foi recusado pelas autoridades norte-americanas[44].

O medo da nações do leste asiático foi um dos principais motores para o impulsionamento do desarme militar japonês. Entretanto, como afirmado por João Fábio Bertonha o Japão nunca foi um país efetivamente desarmado:

> A lei japonesa vetava, além disso, que o orçamento dessa Agência de autodefesa possa superar 1% do PIB nacional. Um por cento do PIB de um país como o Japão representava, porém, um dos maiores orçamentos militares do mundo e o país, mesmo antes das atuais reformas, estava longe de ser desarmado. As forças de autodefesa contavam, por exemplo, com várias centenas de milhares de homens, alguns milhares de tanques e blindados, [...]. Sua Marinha contava com dezenas de navios de guerra e centenas de aviões de patrulha e a Força Aérea com centenas de aviões e mísseis, muitos dos quais de última geração. Grandes indústrias japonesas também fabricavam material militar de primeira linha. Essa força militar sofreu cortes em orçamento e efetivo nos anos 1990, seguindo o fim da Guerra Fria, mas o Japão nunca foi um país realmente desarmado[46].

O grande problema que o Japão enfrenta no momento é uma distância para consigo mesmo. A memória do pós-guerra e as questões da Guerra Fria aproximaram os EUA do Japão e varreu para debaixo do tapete esse passado militar. O autoconhecimento japonês, especialmente da cultura do auto sacrifício e da honra são ferramentas imprescindíveis para a manutenção desta paz no leste asiático liderada pelo próprio Japão.

Assim como é preciso compreender que a visão externa, que o Japão projetava sobre si, é o principal argumento que justifica os bombardeios atômicos e a nova constituição japonesa. Em suma, esse argumento sustenta toda a aproximação dos EUA e do Japão na Guerra Fria.

Desta forma, a compreensão da cultura sobre o corpo nipônico na primeira metade do século é uma ferramenta importante no entendimento da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra japonês, assim como para entender a cultura pacifista que perdura até os dias atuais. Este passado próximo é o que mantém o Japão longe de ser uma potência bélica, fazendo com que a população japonesa recuse até mesmo o poder nuclear[46].

NOTAS

1 SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** São Paulo: Contexto. Ed.1 2011.

2 SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** São Paulo: Contexto. Ed.1 2011. p. 150.

3 TUAN,Yi-fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel. 1974.

4 BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (org.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. P.349-363.

5 BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

6 IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

7 MANZENREITER, Wolfram. **Sport and body politics in Japan**. Abingdon: Taylor & Francis. 2014.

8 KIKUJURO, FUKISHIMA. APUD IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

9 IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.132.

10 BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1997. p.31.

11 NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês.** Brasília: Editora UNB, 2007.

12 NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês.** Brasília: Editora UNB, 2007. p.106.

13 BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1997. p.29.

14 SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** São Paulo: Contexto. Ed.1 2011. p. 186.

15 BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1997. p.37.

16 BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1997. p.28.

17 BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1997. p.39.

18 IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.128.

19 IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.130.

20 **NESSA NO CHIKAI.** Direção: Kunio Watanabe. Japão: Toho. 1940. 123min. Sonoro. P/B; **SHINA NO YORU**. Direção: Osamu Fushimizu. Japão: Toho. 1940. 124min. Sonoro. P/B.

21 NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês.** Brasília: Editora UNB, 2007. p.115.

22 NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês.** Brasília: Editora UNB, 2007. p.114.

23 ***HADASHI NO GEN*****(Gen pés descalços).** Direção: Mori Masaki. ProdutorTakanori Yoshimuni, Yasutaka Iwase. Roteiro: Keiji Nakazawa **Japão:** Madhouse/Gen Production. Distribuidora: Herald Enterprises. 1983. (85min): sonoro, cores, animação.

24 GLEASON, Alan. ***Keiji Nakazawa Interview.*** The Comics Journal. Disponível online em: http://www.tcj.com/keiji-nakazawa-interview/. Último acesso em: 10 de dezembro de 2020.

25 PURDY, Sean. **O General Estadista**: Douglas MacArthur e o Século Americano. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2018. p.95.

26 **The effects of the atomic bomb on Hiroshima and Nagasaki.** Direção: Sueo Ito. Produtor: Akira Iwasaki. Japão: Nihon Eiga-sha 1954. (160min/22min): sonoro, preto-branco.

27 HASEGAWA, Tsuyoshi. **Racing the enemy**. Cambridge: the belknap press of harvard university press. 2005. p.184.

28 **Revolução e Repressão.** Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1969. P.90-148.

29 ALPEROVITZ, Gar. **Did we have to drop the bomb?**. Washington Post. 1985. Disponível online. Último acesso em 28/11/2018 https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/1985/08/04/did-america-have-to-drop-the-bombnot-to-end-the-war-but-truman-wanted-to-intimidate-russia/46105dff-8594-4f6c-b6d7-ef1b6cb6530d/?utm_term=.587bf4e461d7

30 NORNES, Abé Mark. **JAPANESE DOCUMENTARY FILM**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2003. p.184.

31 ***Nihon no Higeki(*A tragédia japonesa).** Direção: Fumio Kamei. Produtor: Akira Iwasaki. Japão: Nihon Eiga-sha 1954. (39min): sonoro, preto-branco.

Rapsódia em

32 PURDY, Sean. **O General Estadista**: Douglas MacArthur e o Século Americano. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2018. p.119.

33 PURDY, Sean. **O General Estadista**: Douglas MacArthur e o Século Americano. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2018. p.118.

34 IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.138.

35 IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.140.

36 IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.148.

37IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.174.

38 TAIJIRO, TAMURA. APUD IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011. p.144.

39 BESS, Michael. **Choices under fire**. Nova Iorque: Vintage Books. 2008.

40 BESS, Michael. **Choices under fire**. Nova Iorque: Vintage Books. 2008. p.259.

41 JAPÃO. **A constituição japonesa**. Disponível em meio online: https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html

42NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In. Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28 .

43 PASTRELLO, Douglas T. **Fragmentos da dor – a memória e o pós-guerra japonês a partir do filme *Rapsódia em agosto* (1991)**. 122 fls. Dissertação (Mestrado em História Política). Universidade Estadual de Maringá: Maringá. 2020.

44 KIJIMA, Akihiko. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution**. 2009. p.170.

45 BERTONHA, João F. A nova estratégia nacional de Defesa japonesa**.** In: **Boletim Meridiano** 47, vol 15, n. 142. 2014. p.40.

REFERÊNCIAS

ALPEROVITZ, Gar. **Did we have to drop the bomb?**. Washington Post. 1985. Disponível online. Último acesso em 28/11/2018 https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/1985/08/04/did-america-have-to-drop-the-bombnot-to-end-the-war-but-truman-wanted-to-intimidate-russia/46105dff-8594-4f6c-b6d7-ef1b6cb6530d/?utm_term=.587bf4e461d7

BAGGULEY, John. A guerra mundial e a guerra fria. In: Horowitz, David (org.). **Revolução e Repressão.** Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1969. P.90-148.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

BESS, Michael. **Choices under fire**. Nova Iorque: Vintage Books. 2008.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (org.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. P.349-363.

BERTONHA, João F. A nova estratégia nacional de Defesa japonesa**.** In: **Boletim Meridiano** 47, vol 15, n. 142. 2014. P.39-44.

GLEASON, Alan. ***Keiji Nakazawa Interview.*** The Comics Journal. Disponível online em: http://www.tcj.com/keiji-nakazawa-interview/. Último acesso em: 10 de dezembro de 2020.

HASEGAWA, Tsuyoshi. **Racing the enemy**. Cambridge: the belknap press of harvard university press. 2005.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória.** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

JAPÃO. **A constituição japonesa**. Disponível em meio online: https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html

KIJIMA, Akihiko. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution**. 2009.

KOLAKOWSKI, Christopher. **The MacArthur Memorial.** Disponível em: <http://www.macarthurmemorial.org/>. Acesso em: 24 de Abril. 2018.

MACARTHUR, Douglas. ***REMINISCENCES****: General of the Army.* Annapolis: Naval Institute Press. 2001.

MANZENREITER, Wolfram. **Sport and body politics in Japan**. Abingdon: Taylor & Francis. 2014.

NISHIKAWA, Toshiyuki. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution**:A Reexamination 60 Years After Its Making. 2009.

NOGAMI, Teruyo. À espera pelo tempo. São Paulo: Cosaic Naify. 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In. Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28 .

NORNES, Abé Mark. **JAPANESE DOCUMENTARY FILM**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2003.

NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês.** Brasília: Editora UNB, 2007.

PASTRELLO, Douglas T. **Fragmentos da dor – a memória e o pós-guerra japonês a partir do filme *Rapsódia em agosto* (1991)**. 122 fls. Dissertação (Mestrado em História Política). Universidade Estadual de Maringá: Maringá. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PURDY, Sean. **O General Estadista**: Douglas MacArthur e o Século Americano. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2018.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2011.

TUAN,Yi-fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel. 1974.

WORLD WAR II MUSEUM. **Research Starters**. 2019. Disponível em: <https://www.nationalww2museum.org/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CAPÍTULO 2

OCUPAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA PÓS CABRALINA DO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA. PRIMÓRDIOS DA CONSTRUÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO URBANO: O REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Data de aceite: 02/01/2024

Ana Cristina Barreiros Silva
UniversidadeFederal Fluminense, UFF
PPGG

RESUMO: A dinâmica de ocupação de Rondônia de acordo com vários autores sempre se baseou em ciclos econômicos exploratórios com um povoamento instável baseado no enriquecimento rápido e retorno às origens, contribuindo com a perpetuação da desmemória existente em relação ao patrimônio local. A presença do Real Forte Príncipe da Beira, uma das maiores obras da engenharia militar portuguesa fora de Portugal, constitui-se num marco dos primeiros processos de ocupação do território do atual estado de Rondônia. O significado desse bem patrimonial não se encontra apenas no passado, mas nas demandas por memória do presente. Esse é o nosso objeto de estudo, a reconstrução de uma memória fragmentada, de espaços divididos, de cidadãos divididos, de territórios de poder, cristalizados em um patrimônio, que tem se feito invisível no tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização Portuguesa, Patrimônio Amazônico, Desmemória Patrimonial.

1 I INTRODUÇÃO

1.1 A formação da estrutura urbana de Rondônia e de seu patrimônio inicial.

Ianni [1] afirma que a Amazônia na realidade sempre esteve integrada na sociedade brasileira, geralmente como um enclave, ou seja, através de ciclos de atividades econômicas que se desenvolvem voltadas para fora. Becker [2] também afirma que o povoamento amazônico se deu através de "surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial". A autora nos fala de um primeiro ciclo, vinculado às drogas do sertão, ocupando as áreas de várzeas, ao longo dos rios. Souza [3] afirma que:

> ***"Guaraná, anil, salsa, urucum, noz de pixurim, pau-cravo, gergelim, cacau, baunilha e castanha-do-pará eram alguns dos produtos conhecidos como drogas do sertão.***

Essas especiarias tinham alto valor de revenda na Europa, o que gerou um concreto movimento para a exploração desses itens. Para controlar a exploração das drogas do sertão, Portugal optou por deixar a cargo das missões jesuíticas que empregavam mão de obra indígena. A busca e o comércio das drogas do sertão tiveram fundamental importância para a ocupação da região norte do Brasil. Sabe-se que a exploração e a comercialização delas suplantaram em muito as atividades desenvolvidas pelas ordens religiosas, possibilitando a constituição de grandes empresas comerciais." (SOUZA, 2011, pg.12).

Corrêa [4] relata que entre meados dos séculos XVII e XVIII, essa ocupação se baseou numa organização apoiada em fortins, aldeias missionárias e na mão de obra indígena, constituindo-se no embrião da rede urbana na região. O autor esclarece que o relativo desenvolvimento urbano da Amazônia estava apoiado na ação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, fundada sob os auspícios e interesses do Marquês de Pombal; essa companhia, entre outras de suas inúmeras ações, procurava infiltrar-se nos mercados europeus de produtos tropicais, cuja produção ela incentivava. Em consequência tivemos a criação de numerosos fortes visando à proteção da Amazônia contra interesses externos, além da já citada expansão do povoamento da região. Corrêa ainda relata que o final do século XVIII e início do século XIX seriam marcados por uma estagnação econômica e urbana da região com a extinção da companhia pombalina além das mudanças no panorama mundial que emergiram com a Revolução Industrial.

Fernandes [5] também afirma que o Brasil se tornou a principal fonte de recursos de Portugal. O imenso território cuja posse era ameaçada por outras potências da época foi objeto de um amplo e bem-sucedido planejamento urbano e territorial com fundação de novas cidades, em especial nas fronteiras em disputa com a Espanha; só entre 1755 e 1759 foram fundadas cerca de 60 cidades na Amazônia.

Rondônia por situar-se primeiramente e nos idos históricos numa região longínqua e de difícil acesso, teve restrições quanto sua ocupação e desenvolvimento. Com a descoberta do ouro na área de Cuiabá, iniciou-se a penetração pelo Vale do Guaporé em direção ao rio Madeira, ainda no início do século XVIII. Hardman [6] afirma que o ancestral mais impressionante e famoso da Madeira Mamoré foi o Real Forte Príncipe da Beira, construído durante o período das reformas do Marquês de Pombal, no século XVIII, na região do Rio Guaporé, para demarcar os limites entre os domínios portugueses e hispânicos; maior fortaleza ultramarina erguida por Lisboa. Cantanhede [7], afirma também em seu antigo relato que:

"o século XVIII é marcado por sucessivas expedições, ora partindo de Belém, ora de Cuiabá, que enfrentavam as dificuldades de navegação fluvial, a insalubridade e a presença de numerosas tribos indígenas. Ademais a posição interiorizada da região fez com que essa primeira etapa do povoamento se apresentasse com uma ocupação esparsa e efêmera. Um dos poucos testemunhos dessa época é o Forte Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé" (CANTANHEDE, 1950, pg. 24).

Becker (op. cit.) escreve sobre um segundo ciclo exploratório bem mais marcante, com a exploração da borracha, demandada pela industrialização dos Estados Unidos e Europa, no final do século XIX e início do século XX. A economia da borracha foi gradativamente territorializando-se em Rondônia, onde a organização produtiva era ditada principalmente pelas empresas inglesas e americanas em atividade no território boliviano; no entanto a comercialização era comprometida pelas dificuldades de transporte das pelas de borracha, principalmente em função dos trechos encachoeirados do rio Madeira. E para resolver esse problema foi proposta a construção de uma ferrovia para permitir o escoamento da produção do látex. Souza (op. cit.) relata que:

> ***"somente após o Tratado de Petrópolis, em 1903, que agregava as terras do atual estado do Acre ao território brasileiro, é que foi iniciada concretamente a organização para a construção da estrada. Uma das prerrogativas do tratado firmado com os bolivianos dizia respeito à responsabilidade do governo brasileiro quanto à construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Quase dez anos depois de assinado o Tratado de Petrópolis, com milhares de trabalhadores mortos e vários grupos indígenas dizimados, em 30 de abril de 1912, foi assentado o último dormente no ponto final em Guajará Mirim e a EFMM foi finalmente inaugurada. Coincidentemente, este foi também o ano em que a economia da borracha entrou em crise. A ferrovia funcionou, precariamente, administrada por empresas privadas ligadas à produção da borracha boliviana, até a década de 1930, quando finalmente passou a ser controlada pelo Estado brasileiro."***
>
> ***(SOUZA, 2011, pg.12).***

De acordo com Matias [8], no mesmo ano que se iniciava a construção da ferrovia Madeira Mamoré, o governo federal passou a executar uma política que visava controlar, desenvolver e povoar os sertões ao noroeste do Mato Grosso e assegurar a posse efetiva do Território Federal do Acre. Com esse objetivo foi criada a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, sob o comando do militar Cândido Mariano da Silva Rondon. O empreendimento que ficou conhecido como Comissão Rondon implantou um sistema telegráfico entre Cuiabá e Santo Antônio. De acordo com o autor, essas ações da Comissão Rondon, paralelas e simultâneas à construção da ferrovia, desenharam o mapa do espaço geográfico onde mais tarde seria estruturado o Território Federal do Guaporé, e o próprio estado de Rondônia, gerando um processo geopolítico desvinculado da área de influência criada pela ferrovia e suas estações, fundando núcleos populacionais e agrovilas. Barreiros Silva [9] afirma que o ciclo ferroviário efetivamente proporcionou o surgimento das principais cidades, Porto Velho e Guajará Mirim, alavancando a estrutura urbana inicial de Rondônia, que se manteve estagnada por um longo período, após o declínio dessa forma de exploração, em função da concorrência da produção na Malásia e ainda, à crise do capitalismo internacional iniciada com a queda das bolsas em 1929. Tudo isso se refletiu na operacionalização da ferrovia e na própria organização

espacial do território.

A partir de 1920/1930, um início de frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas oriundas do Nordeste e intensificadas entre 1950/1960 novamente alteram o panorama local. Para Becker (op. cit.) a organização agrária efetivada sob o desenvolvimento capitalista pós 1930, foi um fator responsável pela emergência dos povoados amazônicos. Para a autora, o período compreendido entre 1930 e 1960, durante o período de industrialização brasileira, tinha como esforço favorecer a empresa industrial; a função do sistema agrícola era permitir a estabilidade do sistema fornecendo mão de obra barata e alimentos para os trabalhadores urbanos. Essas incipientes manifestações de urbanização foram responsáveis por mobilizar o excedente a favor dos grandes centros do sul-sudeste do país.

Segundo Souza (op. cit.), sem uma produção efetiva da borracha, motivo de ser da ferrovia, o governo de Getúlio Vargas passou a buscar outras funções para a Madeira Mamoré. Aliando a necessidade de ocupar as áreas de fronteira com a ociosidade da estrada de ferro, foram criadas colônias agrícolas em diferentes pontos do território rondoniense, sendo a principal delas a de Iata no município de Guajará Mirim, além de outros povoados que cresceram espontaneamente nas demais estações da ferrovia como Jaci-Paraná, Mutum-Paraná. Essa foi uma das tentativas do governo brasileiro para colonizar o hoje estado de Rondônia, entre 1945 e 1969, usando terras devolutas e a migração induzida, com a criação do INCRA e outros órgãos do governo, dada a necessidade de garantir a ocupação da Amazônia, expandir os mercados e minimizar os problemas no campo.

Na década de 50, a ferrovia Madeira-Mamoré voltou a operar fazendo a ligação com as colônias agrícolas que estavam estabelecidas ao longo de seu percurso; em 1957 registrava um relativo tráfego de passageiros e cargas, integrando a Rede Ferroviária Federal. Em 1966, após 54 anos de atividades, acumulando muitos prejuízos, teve sua desativação determinada pelo presidente Castelo Branco, mas para que não se configurasse um rompimento do Tratado de Petrópolis, deveria ser substituída por uma rodovia, materializada nas atuais BR 425 e BR 364 que fazem a ligação de Cuiabá até Porto Velho e Guajará Mirim. Em 1972 as locomotivas encerraram completamente suas atividades e o acervo começou a ser vendido como sucata.

Nos anos 70 ocorreu o que Becker, autora acima citada, denomina como um novo ordenamento e devassamento amazônico sob a incumbência do Estado brasileiro, quando este assumiu seu papel de agente econômico, impulsionando a integração amazônica ao processo de desenvolvimento capitalista que se vivenciava no país como um todo. De acordo com Barreiros Silva [10] foi a partir das décadas de 70 e 80 que Rondônia experimentou um grande salto de crescimento em função novamente dos fatores externos, quando se tornou palco de grandes projetos, e fonte geradora de novas realidades. A expansão da fronteira agrícola brasileira, passando por todo um processo de modificação espacial, com elevadas taxas de crescimento populacional, na verdade constituindo-se num cenário novo para a

repetição de velhos problemas.

Em 1981, houve a reativação de um trecho de sete quilômetros da ferrovia, com fins turísticos, mas novamente paralisado em 2000; em 2005 aconteceu uma viagem com convidados ao Cemitério da Candelária como parte de uma homenagem à memória dos trabalhadores mortos durante a construção. Finalmente, depois de quase vinte anos, seu processo de tombamento foi concluído pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/IPHAN em 2007; e parte de seu patrimônio foi recuperado em função dos acordos de compensação das obras das Usinas Hidrelétricas do Madeira, no mais recente ciclo exploratório, o de energia, vivenciado nos anos 2000, e já enfrentando atualmente problemas de manutenção no pouco que foi feito.

Este é um breve panorama da estruturação urbana de Rondônia, iniciada com o ciclo das drogas do sertão, definição de fronteiras com a implantação do Forte Príncipe da Beira, e com os ciclos de exploração da borracha, que fomentaram a formação do patrimônio inicial, eventos infelizmente acompanhados de um descompasso temporal, como mostraremos mais a frente em nosso texto.

A edificação do Real Forte Príncipe da Beira, a partir de 1776 é uma das maiores obras da engenharia militar portuguesa fora de Portugal; depois de assegurada a presença portuguesa na região ele perdeu sua função estratégica e desde então, vem sofrendo progressivo abandono, assim como a maior parte do patrimônio local. Tombado pela União ainda em 1950, é tombado também a nível estadual, porém isso não se revestiu em efetiva preservação. Na Figura 1 abaixo, vemos a localização do Forte, no vale do Rio Guaporé, fronteira com a Bolívia.

Figura 1: Localização Real Forte príncipe da Beira. Google maps.

https://www.brasil turismo.com/rondonia/principe-beira.htm Acesso em 29 de abril de 2023.

2 | O REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

De acordo com o site do IPHAN [11], o Real Forte Príncipe da Beira é uma fortaleza militar construída no final do século XVIII, no vale do Guaporé, no município de Costa Marques em Rondônia, na fronteira com a Bolívia. Seu nome originou-se de uma homenagem a D. José de Bragança, príncipe herdeiro da Coroa Portuguesa e que tinha o título de Príncipe da Beira.

Sua edificação, assim como a de todos os outros fortes situados do lado oeste da linha do Tratado de Tordesilhas (acordo selado por Espanha e Portugal, em 1494, que fixava critérios de partilha entre os dois países das terras descobertas além-mar por Cristóvão Colombo e outros navegadores), teve a finalidade de demarcar e defender a nova fronteira acordada pelo Tratado de Madrid de 1750, firmado entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Espanha, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, o que supostamente colocaria um final às disputas entre os dois países. O Tratado de Madrid tinha a finalidade de substituir o de Tordesilhas que na prática não estava mais sendo respeitado.

Sua construção obedecia a um plano de defesa estratégica da América portuguesa. D. João V (1706-1750), preocupado com a proximidade dos espanhóis na fronteira oeste desde 1743, determinou ações no sentido de consolidar o domínio português na calha do

rio Guaporé, tendo como objetivo a exploração de ouro na região. Os espanhóis marcavam presença na região com missões jesuítas ao longo do rio Guaporé e seus afluentes tornando-se a região palco de vários conflitos. Para garantir a soberania portuguesa foi construído primeiramente em 1769 o fortim de Nossa Senhora da Conceição, mas que devido sua fragilidade acabou sendo destruído por enchentes dos rios da região. Com a missão de executar os planos da Coroa, o governador do Mato Grosso, na época a capitania que abrangia a área de conflito, tinha como missão dominar as duas margens do rio, assegurando o monopólio da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Para tanto outra fortaleza deveria ser construída em substituição da que havia sido destruída; temos então em 1776 o lançamento dos alicerces do Forte Príncipe, mesmo sob forte oposição do marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal, que questionava a administração e os altos custos do empreendimento. O site do Iphan, já citado anteriormente, relata que,

> ***"O forte foi assentado sobre a Serra dos Parecis, paralelo ao rio Guaporé. O grandioso projeto do engenheiro Sambocetti previa uma fortificação em plano quadrangular, amuralhado em pedra de cantaria com majestoso portão na frente norte e com baluartes nos ângulos consagrados à Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, Santo Antonio de Pádua e São José Avelino, seguindo as normas da arquitetura militar da época, inspirado no sistema elaborado por Vauban, arquiteto militar francês (1633-1707). Sobre o terrapleno, há quatorze grandes edifícios de pedra lavada ou pedra canga e argamassa, que abrigavam os quartéis da guarnição, hospital, capela, armazéns, casa do governador, cisterna, paiol subterrâneo. A porta principal tinha uma ponte levadiça sobre fosso seco e era protegida por revelim (unidade de medida para superfícies agrárias que corresponde a 100 m2)." (SITE IPHAN).***

Depois de assegurada a presença portuguesa na região o Forte Príncipe perdeu sua função estratégica e desde então vem sofrendo progressivo abandono. No início do século passado foi visitado pelo marechal Rondon durante sua expedição no território do Guaporé, mas apenas em 1930 uma nova expedição do Exército brasileiro voltou a marcar presença no local. Finalmente em 1950, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, tombamento que não se traduziu em garantia de preservação do bem, como podemos ver a seguir nas Figuras 2, 3, 4 e 5.

Figura 5: Imagem aérea do Forte em dezembro de 2021.Fonte: https://wikipedia.org/wiki/Real_Forte

2.1 Patrimônio (in)visível

De acordo com Barcelos [12] a compreensão das fortificações passa obrigatoriamente por um entendimento sobre arquitetura militar, que se confunde com o processo de expansão territorial do Brasil, em razão da sua importância para consolidar a ocupação das terras, com influência no traçado urbano e no planejamento das cidades. Implantado com funções de defesa do longínquo território amazônico, uma região de domínio de fronteira entre espanhóis e portugueses, o Real Forte Príncipe da Beira ainda hoje tem sua vizinhança predominantemente formada pela floresta, em ocupação esparsa contendo apenas uma pequena vila de moradores e um pelotão do Exército Brasileiro.

Segundo o autor seu entorno está praticamente inalterado, mantendo ainda as características da época da construção, no século XVIII; a fortificação atualmente está sem uso, mantida assim desde seu achado pela Comissão Rondon no início do século XX. A administração é realizada pelo Exército Brasileiro, através do Pelotão Especial de Fronteira "Forte Príncipe da Beira", localizado no entorno do Forte. O Exército Brasileiro chegou a utilizar as instalações como local de prática de tiro e área de recepção de convidados, até um incidente ocorrido em 2009, em visita do embaixador e embaixatriz de Portugal, quando um canhão explodiu ferindo os homenageados. Ainda de acordo com o autor,

> ***"A Vila do Forte atualmente possui 276 moradores, segundo informação do Presidente da Associação Quilombola Forte Príncipe da Beira, Elvis Pessoa. Existe um mercado com venda de produtos em geral e outro mais voltado ao entretenimento, com venda de bebidas e com mesas de jogos. Além da Igreja Católica construída em 1958 e que abriga a cerimônia da Festa do Divino Espírito Santo, existe uma Igreja Evangélica Assembleia de Deus.***

> ***As construções residenciais são a maioria das edificações da vila e tem características arquitetônicas muito simples, pois são erguidas pelos próprios moradores. A maioria utiliza a madeira, material característico da localidade, para erguer as casas, cobrindo-as com telhas de fibrocimento ou metálicas. As janelas e portas também são construídas pelos moradores, com destaque para o uso de telas para evitar a entrada de insetos e algumas erguidas do solo como proteção contra umidade. As residências em alvenaria são a minoria e a principal diferença em termos de características construtivas é somente a substituição da madeira pelos tijolos, pois o restante dos materiais se repete, além da volumetria e da taxa de ocupação que são baixas.***
>
> ***O Pelotão Especial de Fronteira é formado por um conjunto de edificações que tem funções militares e de organização da vida dos militares que moram no local e os que passam o dia em atividades militares. Os edifícios são de técnica construtiva simples, utilizando alvenaria de tijolos, madeira e concreto, e de variadas dimensões, mas nenhuma com destaque visual que prejudique a ambiência e percepção da fortificação. As estruturas de maior porte são as caixas d'água, mesmo assim não causam impacto visual negativo em razão da distância ao forte. (BARCELOS, 2018, pg.77)***

O autor relata ainda que, apesar de todo potencial, o local não oferece infraestrutura turística, acontecem apenas ações pontuais de educação patrimonial para moradores da vila. Não existe inclusive uma dotação orçamentária à sua manutenção. O Forte já foi objeto de projetos de intervenções nas décadas de 1980 e 1990 sem efetivação; em 2008 foi proposto trabalho de remoção de material, envolvendo arquitetura e arqueologia. A equipe técnica do IPHAN elaborou projeto de escoramento de estruturas internas e acessos em 2014 com trabalhos iniciados em 2017, após inúmeras tratativas com o Exército Brasileiro. Em 2018, foi vinculado no Portal G1 que o potencial histórico e cultural do Forte Príncipe da Beira deveria ser avaliado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em tentativa de transformá-lo em patrimônio mundial. Para viabilizar esse processo uma equipe de especialistas do IPHAN iria verificar as condições de conservação da estrutura e fazer relatório técnico para balizar a possível candidatura.

Albuquerque e Albuquerque [13] em seu relatório técnico relatam que a iniciativa da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército de promover uma visita de orientação técnica ao Real Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques – RO, possibilitou a troca de experiências entre profissionais de diferentes áreas, num esforço para enfocar sob diferentes óticas, as tratativas para a preservação do bem. Arqueólogos do Laboratório de Arqueologia da UFPE e engenheiros do Instituto Militar de Engenharia - IME, desenvolveram uma série de estudos para balizar as discussões para a tomada de decisões quanto ao futuro do Forte; os técnicos contaram com o auxílio da Brigada de Infantaria de Selva e de seu Pelotão Especial de Fronteiras. O levantamento técnico concluiu por uma necessária atuação enérgica e continuada que permita de fato resgatar, não apenas as estruturas, mas a própria dignidade do Real Forte Príncipe da Beira, a nível não apenas do esforço de seus idealizadores e construtores, do marco representativo para Rondônia, mas ainda de sua

significância para a formação do território brasileiro.

De acordo com o IPHAN, atualmente, o Real Forte Príncipe da Beira integra a lista dos 19 Fortes, candidatos a Patrimônio Mundial, como Bem Seriado, cujo conjunto "representa as inúmeras construções defensivas implantadas no território nacional, nos pontos que serviram para definir as fronteiras marítimas e fluviais do Brasil". As Figuras 6, 7, 8 e 9 a seguir nos dão ideia das condições atuais tanto do bem tombado quanto de seu entorno, a vila de antigos moradores e a vila dos militares.

Figura 6: Vista aérea do Forte, ao fundo Vila de Moradores e do lado esquerdo a Vila dos Militares. Foto Roberto Castro/MTur Fonte: https://www.gov.br/turismo

Figura 7: Vista de conjunto de edificações na praça de armas com escoramentos aplicados. Fonte: Arqueolog, Pesquisa, 2020.

Figura 8: Edificações da Vila do forte. Fotografias em Barcelos, 2018.

Figura 9: Edificações da Vila dos Militares. Fotografias em Barcelos, 2018.

3 I CONCLUSÕES

Cada sociedade tem sua estrutura espacial característica em função das relações que aí ocorrem; o espaço é resultado de um processo histórico e, reflete a sociedade que o utiliza. De acordo com Santos [14], a evolução de muitas cidades amazônicas, faz-se através de variáveis originalmente novas e outras originalmente velhas. São espaços, onde algo de novo passa a acontecer, cidades que de um momento para o outro passam a ter vida própria, tornam-se polos regionais, mas com uma infraestrutura urbana precária, com uma sociedade caracterizada por estruturas sociais desiguais. Surgem e crescem as cidades, mas se desertifica o estado; concentra-se e faz-se crescer a população, mas não são atendidos requisitos básicos para a qualidade de vida local. Forma-se um rico panorama etnográfico, mas abandonam-se os vínculos culturais regionais, não se preserva o patrimônio ambiental e cultural.

A presença do Real Forte Príncipe da Beira constitui-se num marco dos primeiros processos de ocupação do território do atual estado de Rondônia. O significado desse bem patrimonial não se encontra apenas no passado, mas nas demandas por memória do presente. Os bens patrimoniais em Rondônia sofrem uma estigmatização pois já 'nascem sem vida'. Não existe uma sincronicidade entre a finalização de suas obras e a destinação do uso para o qual foram feitos; assim foi com o Forte, que teve suas instalações em funcionamento quando os conflitos daquela fronteira já se resolviam; com a linha telegráfica de Rondon, que foi concluída quando as comunicações já se faziam por ondas magnéticas e com a ferrovia Madeira Mamoré, construída para escoar a produção do látex, que teve suas obras finalizadas quando os seringais da Malásia já produziam bem mais que os da Amazônia.

Mais do que o descaso, vivencia-se em Rondônia uma invisibilidade desse patrimônio; mais do que uma destruição física, o patrimônio ali passa por uma destruição perceptiva, evidenciando uma ausência em seus habitantes de uma identidade ligada a essa história. É preciso compreender como se deu a construção dessa narrativa e o que representa hoje para nós, para que possamos recompô-la, negá-la ou apresentar

alternativas. Poderíamos continuar estudando os vários momentos dessa ocupação e de seus agentes e das relações que aí vão construindo essas espacialidades, moldando o patrimônio local, demonstrando que esse não faz parte apenas de tempos passados, mas está sempre vivo, em permanente construção.

REFERÊNCIAS

[1] Ianni, O. 1979. "Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia". Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.

[2] Becker, B. 1990. "Amazônia" Série Princípios, Editora Ática, RJ.

[3] Souza, M. M. O. 2011. "Entre a Ferrovia do Diabo e o Trem Fantasma: Uma Viagem Histórico-Geográfica pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré"**.** Revista Conhecimento Prático Geografia. Edição 36, pg.10-16.

[4] Corrêa, R. L. 2006. "Estudos sobre a Rede Urbana". Geografia Conceitos e Temas. 15/47, Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ.

[5] Fernandes, N.da N. 2008. "Capitalismo e Morfologia Urbana na Longa Duração: Rio de Janeiro (Século XVIII-XXI)." Scripta Nova, Revista Electrônica de Geografia Y Ciencias Sociales.Universidad de Barcelona.ISSN: 1138-9788.Depósito Legal: B.21.741-98. Vol.XII, num.270(56).

[6] Hardman, F. F. 2004. "Memória e Esquecimento, Os Fantasmas da Ferrovia do Diabo.**"** Revista História Viva, Ano II, nº 14 pg. 50-53.

[7] Cantanhede, A.1950. "Achegas para a História de Porto Velho", Porto Velho-RO.

[8] Matias, F. 2010. "Formação Histórica e Econômica de Rondônia." 3ª Edição, Porto Velho-RO-INDAM.

[9] Barreiros Silva. A. C. L. 1993 "A Produção do Espaço em Porto Velho-RO. O Papel de Um Agente Múltiplo: Um Estudo de Caso." Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ/IG/ PPGG.

[10] Barreiros Silva, A. C. 2015. **"**O Centro Histórico de Porto Velho-Rondônia. Patrimônio (in) visível da Cidade: Pequenas Concessões ao Passado**."** Tese de Doutorado. UFF, Niterói, RJ.

[11] IPHAN, 2007 "Portaria Iphan Nº 231", De 13 De Julho De 2007. DOU 19.07.2007.e IPHAN. "Cartas Patrimoniais". http://portal.iphan.gov.br Acesso em 9/6/2007.

[12] Barcelos, G. da S. 2018. "Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação". Dissertação de Mestrado profissional - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

[13] Albuquerque, M. A. G. de M & Albuquerque, V. .L. de 2020. "Real Forte Príncipe Da Beira Em Costa Marques – RO: Uma Perspectiva Arqueológica Para Sua Preservação." Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio https://doi.org/10.26892/noctua.v2i5p03-42.

[14] Santos, M. 1982. "Organização do Espaço e Organização Social: O Caso de Rondônia." In: Amazônia, Problemas e Impasses. Boletim Carioca de Geografia. AGB, Rio de Janeiro, RJ.

CAPÍTULO 3

REESCRITURAS DO CONVENTO (1923) NO *CAMPUS* PUC-SP - MONTE ALEGRE

Data de aceite: 02/01/2024

Ana Claudia de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras, Comunicação e Arte: Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica

Renata Adriana Fabbris
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras, Comunicação e Arte: Mestranda da Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica

4º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA "AMBIENTES EM MUDANÇA: patrimônio vivo"

RESUMO: A PUC-SP está sediada em um antigo convento da cidade de São Paulo, Bairro das Perdizes, construído em 1923. A edificação é marcada em sua arquitetura por uma reescritura baseada nas raízes das construções coloniais, movimento artístico-cultural que reforça a memória do passado português e evidencia os valores locais, manifestos pelos elementos das suas fachadas externas e internas, bem como pelas características de sua capela por meio de painéis em azulejaria e seus elementos interiores. O campus Monte Alegre, nomeação que se refere ao endereço da localização, expandiu-se ao longo do tempo com sucessivas reescrituras até a configuração atual de um quarteirão além de outras edificações em seu entorno que abriga hoje cerca de 10.000 alunos, sendo uma das principais Universidades do Brasil. O bairro de Perdizes recentemente passa por grandes transformações dos modos de morar com substituição das casas assobradadas germinadas por altos edifícios que ofertam apartamentos pequenos para alunos, e produz adensamento populacional, somado à construção de metrô que impacta em uma valorização imobiliária. A análise da arquitetura do *campus* baseia-se nos conceitos da semiótica francesa, especialmente nas postulações de A.J. Greimas do percurso gerativo do sentido como método da produção da significação que analisaremos relacionando os níveis: discursivo, narrativo, fundamental e os desdobramentos dessa por E. Landowski como uma teoria geral do sentido a partir da complexificação da gramática narrativa com as suas lógicas regentes articuladas em regimes de sentido, interação e risco dos

enunciados dos arranjos de linguagem com as suas articulações sincréticas que constituem o enunciado global do objeto de estudo. Por meio de sucessivos rearranjos de reescritura de traços coloniais portugueses ao longo da sua existência, seja por procedimentos de transformação, apagamento, intervenção ou reinvenção (Oliveira, 2017) no campus mostramos colisões, sobreposições nas bricolagens das contínuas reestruturações para manter a sua atuação enquanto sujeito actante nas mais diversas interações significantes que fazem a universidade, no bairro e na cidade, ser sentida estésica e inteligivelmente pelos arranjos plásticos e figurativos de sua arquitetura, com a diversidade de narrativas em seus espaços que formam a sua identidade institucional com seus valores. Objetiva-se por este trabalho entender os diferentes tipos de interação entre o convento original e o todo do seu entorno que constitui o espaço universitário da PUC-SP e como esses se articulam em uma totalidade de sentido que baliza a identidade e a visibilidade institucional. A metodologia utilizada é a análise dos planos do conteúdo e de expressão guiando-se pelo percurso gerativo do sentido na abordagem da vivência universitária de seus sujeitos frequentadores, com as práticas sociais que o uso reiterado dos espaços instala, com o propósito de entender como os diferentes tipos de interações dos diversos sujeitos individuais e coletivos nas distintas narrativas nas quais atuam atendem às necessidades das funções operadas pelo espaço enquanto universidade.
PALAVRAS-CHAVE: PUC-SP; Ressignificação de edificações; Regimes de reescritura; Semiótica discursiva; Regimes de visibilidade institucional, Neocolonial.

1 | CONTEXTO

Localizada em Perdizes, bairro nobre de São Paulo, a PUC-SP conta com cerca de 10.000 alunos e 76 anos de história. uma das principais universidades do país ela é palco da transmissão e produção de conhecimento científico, manifestações políticas e artísticas, e atende também à população local através de sua vocação religiosa com sua capela histórica de 1926. Neste âmbito, a arquitetura abriga e dialoga com seus frequentadores, que vivenciam os seus ambientes nos quais criam narrativas das quais participam enquanto sujeitos com distintos papéis actanciais. Desde a segunda década do século XXI presenciamos a construção de uma estação de metrô que leva o nome da Universidade na Rua Cardoso de Almeida no cruzamento com a Rua João Ramalho que tem dois acessos e o surgimento de inúmeros edifícios residenciais para comportar estudantes que buscam por moradia próxima ao local de estudo.

Figura 01 - Vista aérea do Campus pela rua Monte Alegre. Fonte: https://www.pucsp.br/galeria/galeria-de-fotos-campus-monte-alegre. Acesso em 07/03/2022.

Ocupando o quarteirão entre as ruas Monte Alegre, Bartira, Ministro de Godói e João Ramalho, o campus apresenta três edificações principais: o Edifício Cardeal Motta, antigo convento construído em 1923, o Teatro TUCA de 1966 e o Edifício Reitor Bandeira de Mello (ERBM) edificado na década de 1970 para comportar salas de aula e auditórios devido ao crescimento da universidade.

Figura 02 - Mapa de 1930 com indicação em amarelo do antigo convento. Fonte: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso: 15.04.2021.
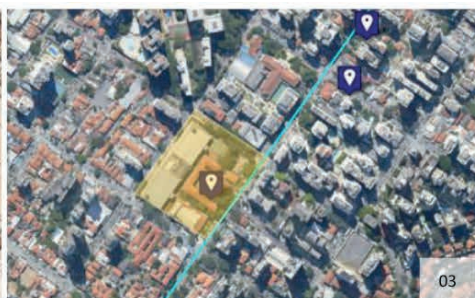
Figura 03 – Mapa de 2017 configuração atual do bairro. Fonte: Acervo Fundasp. Identificações: autoras.

O campus apresenta também espaços não construídos de grande interação entre alunos, professores e funcionários conhecidos como Prainha (área de circulação entre os fundos do Edifício Cardeal Motta e o ERBM), a Rampa (acesso pela rua Monte Alegre) e o Bosque (área arborizada atrás da quadra). Os jardins externos em frente à fachada principal do antigo convento recebem tanto professores e alunos, quanto o público externo, geralmente moradores da região, pessoas com crianças pequenas. Já em noites de teatro os jardins em frente ao TUCA fazem uma pré-recepção ao público. Também, em outras circunstâncias, esses podem servir eventualmente de pátio para manifestações políticas.
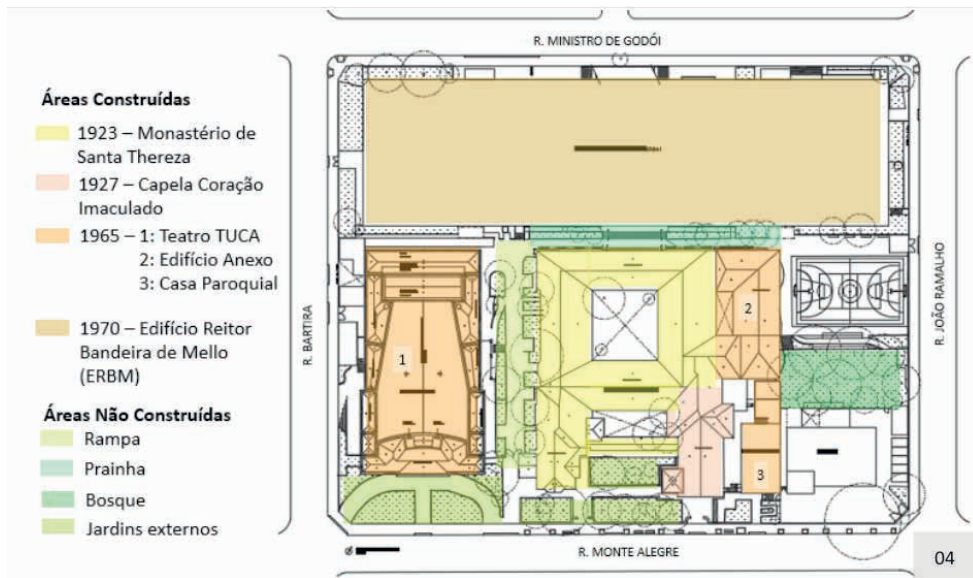
Figura 04 - Identificação das edificações com seus períodos de construção e áreas não construídas utilizadas pelos usuários. Fonte: Acervo FUNDASP. Identificações das autoras.

Hoje o quadrilátero delimitado pelas ruas Monte Alegre, Bartira, Ministro Godoy e João Ramalho é tombado pelos órgãos municipal CONPRESP e estadual CONDEPHAAT, pela sua importância à memória do bairro, pelo significado no ensino superior em São Paulo e pela resistência ao autoritarismo da ditadura militar (1964-1985).

O conjunto construído apresenta uma configuração similar às antigas universidades europeias em que antigos claustros davam lugar a um campus, hoje em área extremamente adensada da cidade de São Paulo, apresentando crescimento orgânico em sua configuração, se transformando com suas sobreposições de diferentes tempos, conceitos construtivos e técnicas e de acordo com diferentes políticas, como pode ser observado em susas fachadas.

2 I AS PASSAGENS DO TEMPO NAS FACHADAS

O campus em questão teve seu crescimento de forma orgânica, como uma bricolagem, no emprego levistraussiano de que tudo pode um dia servir e ser arranjado conforme as peças que entram na composição com procedimentos de colisões, uniões de edificações em diferentes tempos, de superposições, onde novos espaços se sobrepõem a antigos, apresentando uma multiplicidade de lugares e descontinuidades, resultados de diferentes políticas, técnicas e linguagens em diferentes tempos, como postulado por ROWE e KOETTER em *Collage City*. Assim como os antigos palimpsestos, pergaminhos usados na antiguidade e idade média que tinham seus escritos raspados para receber novos

textos e que guardavam resquícios dos anteriores, o campus mantém memórias, sentidos e estesias dessas histórias ainda nos tempos atuais. Essas noções vão nos conduzir na descrição e leituras das fachadas com apoio da semiótica francesa desenvolvida por A.J. Greimas e seus colaboradores, a partir dos anos 60 notando-se as transformações do campus nos usos das lingagem no transcurso do tempo.

2.1 FACHADA SUL - RUA MONTE ALEGRE

2.1.1 1923

Fase I – Década 1920
Convento e Capela
Rua Bartira
Rua Jojao Ramalho
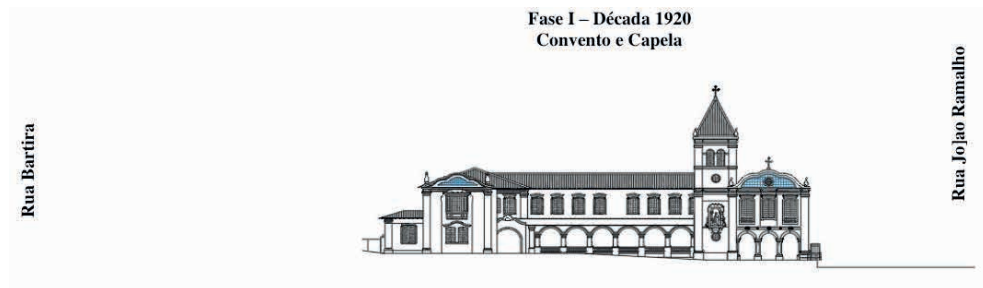
Figura 05 - Elevação do Convento das Carmelitas (1923). Fonte: Arquivo FUNDASP.

Figura 06 - Rua Monte Alegre no início dos anos 20 com a vista do antigo convento. Fonte: PUC-SP : 65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011 / Odilo Pedro Scherer... et al. – São Paulo : EDUC, 2011.

Figura 07 – Vista da Fachada (s.d). Fonte : https://j.pucsp.br/noticia/museu-da-cultura-disponibiliza-fotos-historicas-do-predio-velho. Acesso em 17.04.23.

O neocolonial foi um movimento artístico-cultural iniciado pelo manifesto do arquiteto luso brasileiro Ricardo Severo da Fonseca e Costa (1869-1940) em 1914, na busca de uma arte genuinamente brasileira pautada nas tradições, que ganha força na década de 1920.

A construção de uma narrativa da valorização das tradições brasileiras procura uma ligação com o passado vinculando-se às características de uma nação entendida como “civilizada”. A supervalorização da tradição lusitana no entendimento da formulação da

identidade brasileira por Ricardo Severo acontece em detrimento de outras formações constitutivas de alteridades que são apagadas ou excluídas. Entre essas, a desconsideração ou negação das contribuições arquitetônicas dos povos indígenas, em harmonia com o *habitat*, caracterizadas como exóticas e com suas construções de caráter efêmero, assim como não há qualquer menção nem dos povos africanos que foram trazidos como mão de obra escrava e nem dos povos imigrantes. Nesse âmbito o que é ressaltado é apenas o passado lusitano.

Para o sociosemioticista Landowski (2012), a definição da identidade é sempre dinâmica e é processada pela presença de características diferenciais que distintinguem o um do outro e que o autor organiza em termos de regime de alteridade primeiramente a identificação do "não-si", o Outro, para poder então definir o "si", o Nós. O Outro é então definido por suas diferenças que constituem o seu sentido identitário. Na perspectiva do social, a busca da identidade coletiva é identificada pelas determinantes do "Nós" que agrupa os atributos coletivos que são valorizados socialmente. O sujeito coletivo "Nós" é o grupo dos detentores dos direitos de serem plenamente eles mesmos. No caso específico de nosso objeto de estudo esse seria o colonial trazido de um país europeu, identificado como o colonial português. As outras arquiteturas encontradas no país construções indígenas, quilombolas ou mesmo as de taipa formam alteridades em relação ao colonial e são ignoradas, ou pouco consideradas como constitutivas das raízes brasileiras, e nesse prisma essas alteridades são assimiladas para que o passado em comum seja o neocolonial.

Em período de comemoração do centenário da independência do Brasil de Portugal, o discurso da arquitetura neocolonial é tomado como a afirmação da identidade nacional opondo-se à arquitetura eclética européia importada principalmente da França. Prioriza-se o passado local que se apresenta como marca da modernidade no país e atingiu seu ápice com o IV Congresso Pan-Americano no Rio de Janeiro em 1922, ano considerado como marco de grande efervecência cultural no país e do centenário.

Dessa forma, o Nós Neocolonial exclui a presença das Alteridades, quer esse Outro seja o dos povos originários indígenas, quer esse Outro seja dos africanos escravizados, quer esse Outro seja dos imigrantes. Na exclusão de todas e quaisquer diferenças que constituem o Brasil, há um assumir uma identidade que se autopropaga como civilizada, quase que européia, e que se contrapõe a um Outro que seria o estilo eclético francês[1].

No processo de construções e intervenções do espaço edificado, Oliveira (2017) postula a existência de mecanismos de transformações através dos seguintes regimes de reescritura: por apagamento, por transformação, por intervenção e por reinvenção. A reescritura por apagamento acontece quando se elimina totalmente o que existia antes no

1 O ecletismo surge nas primeiras décadas do século XX misturando diversos elementos de linguagem das arquiteturas clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica. O ecletismo francês, também conhecido como "*Beaux-arts*" costumava mesclar elementos neoclássicos, barrocos e renascentistas, além de buscar grande ornamentação, grandiosidade e simetria.

local, é um por abaixo as marcas de um período que é eliminado em seus traços edificados. Por sua vez, a reescritura por intervenção constitui-se por acomodações do novo ao antigo que, no entanto, mantém os usos e funções da edificação. Por sua vez, a reescritura por reinvenção é responsável por se criar um novo protagonismo ao edificado ao trazer novos usos e funções, e atualizado o espaço de forma identitária.

Afastado do centro de São Paulo e atendendo ao isolamento pretendido pelas Carmelitas o convento foi projetado pelo engenheiro Alexandre de Albuquerque. Caracterizado com elementos neocoloniais, a edificação na década de 1920 traz nas suas fachadas a marca da identidade da arquitetura brasileira pautadas em suas tradições culturais.

Sua fachada frontal com frente para a Rua Monte Alegre é marcada pela horizontalidade, contrapondo-se com a verticalidade da torre da igreja, uma ligação da terra e da vida (horizontalidade) que se liga com o divino (verticalidade). O pano central é marcado por isotopias das janelas no pavimento superior e arcos no pavimento térreo. No interior dos arcos encontravam-se imagens formadas por azulejos portugueses. A simetria presente traz a sensação de ordem e os arcos fazem uma conexão do externo com o interno. Tanto à direita quanto à esquerda há volumes sobressalentes, com seus frontões trabalhados e painéis figurativos em azulejos portugueses. A lateral direita é marcada pela torre e a capela. Inicialmente a construção tem pintura em leve tom próximo ao branco. A foto acima indica a construção como uma composição imponente. Nesta época, uma pequena mureta com gradis trabalhados limitavam o acesso da rua à edificação. O claustro era um espaço de reclusão das Carmelitas. Pelas fotos e elevações é possível perceber que não haviam árvores de grande porte.

2.1.2 Fachada atual
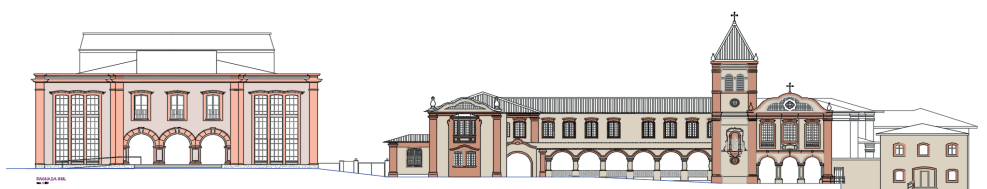
Figura 08 – Fachadas voltadas para a rua Monte Alegre. Fonte: Acervo FUNDASP.

Figura 09 e 10 – À esquerda – fachada principal do antigo convento e à direita, fachada principal do TUCA. Fonte: Fotografias da autora Renata Fabbris.

Considerando que em 1946 a construção foi doada para a instalação da Universidade, o espaço físico foi se transformando para atender o crescimento das atividades e abrigar novas funções. O antigo claustro já não apresenta mais muros até sua fachada, sendo a área ajardinada acessada pela população da PUC-SP, mas também por pessoas não ligadas à Universidade. Grandes árvores nesta rua não permitem que as fachadas se revelem de prontidão, sendo necessário caminhar pelos seus jardins para melhor percepção de detalhes.

Marcada pela construção de duas edificações na década de 1960 voltadas para a Rua Monte Alegre, estão o Tuca (Teatro da Univerdidade Católica) e a Casa Paroquial, edificação pertencente à igreja, construção mais singela, compõem a totalidade do quarteirão atual. As novas construções foram projetadas pelo arquiteto Benedito Calixto de Jesus Neto, responsável por inúmeras obras da igreja católica da época. O arquiteto optou por manter a narrativa linguagem neocolonial utilizada há 40 anos na construção da primeira edificação, apesar de sua construção ter ocorrido no auge do movimento moderno brasileiro. Nota-se, todavia, pela evolução das técnicas construtivas e mesmo pelo programa de necessidades da edificação, uma contraposição da fachada do convento que é a presença de um desenvolvimento vertical, inclusive marcado pela composição de caixilhos laterais da fachada principal que, embora sigam a mesma linguagem dos caixilhos do convento, são verticalizados.

O acesso original e principal da PUC-SP é feito pela lateral esquerda fora da edificação, estimando-se que o fluxo de pessoas aumentará assim que estiver em uso a nova linha do metrô, já à direita tem-se a entrada da capela que realiza missas recebendo os devotos. É também o acesso principal para as peças do teatro principal do TUCA, o Tucão e o acesso da Casa Paroquial.

Outra questão a se notar é o cromatismo dos edifícios. O antigo monastério em algum momento, deixa de ser monocromático e passa a ter um tom creme geral e seus ornamentos e colunas um tom rosado queimado, seguido pelo TUCA e pela casa Paroquial, que traz um dinamismo para o conjunto arquitetônico.

Dessa forma, todas as fachadas das edificações voltadas para a Rua Monte Alegre mantém, apesar de construções em diferentes épocas, as mesmas carcterísticas neocoloniais. Reforça-se assim a figuratividade do edifício sede, criando-se uma composição de fachadas homogêneas em sua leitura. O antigo convento que antes apresentava uma linguagem de vanguarda identitária brasileira, hoje se apresenta como uma edificação histórica de memória coletiva que deve ser preservada.
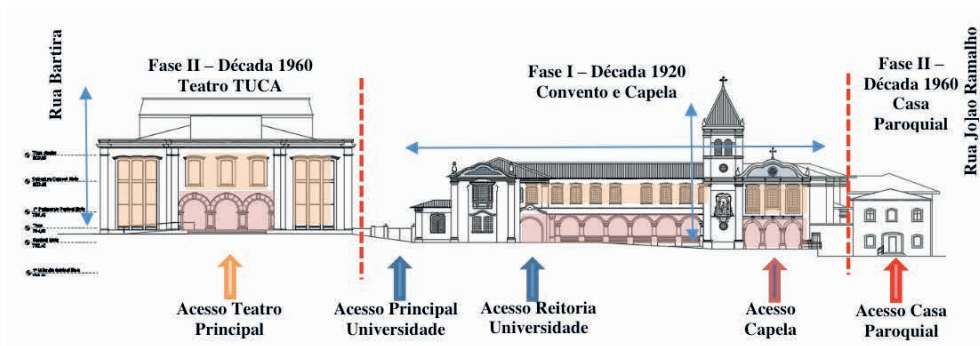
Figura 11 – Montagem esquematica indicando as principais características encontradas na Fachada Sul – Rua Monte Alegre. Fonte: Arquivo FUNDASP com diagramação das autoras.

2.2 FACHADA NORTE – RUA MINISTRO DE GODÓI
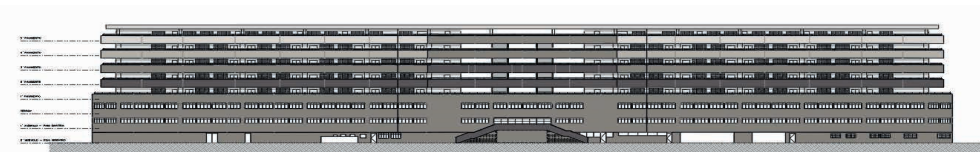
Figura 12 - Fachada Norte voltada para a rua Ministro de Godói. Fonte: Arquivo FUNDASP.

Figuras 13 e 14 – Vista da Edificação a partir da rua Ministro de Godói. Fonte: Fotografias da autora Renata Fabbris.

A fachada voltada para a Rua Ministro de Godói é ocupada quase totalmente por

uma única edificação conhecida como ERBM, Edifício Reitor Bandeira de Mello, construída na década de 1970 em decorrência da expansão da universidade. Com a construção desse edifício há a ocupação de todo o quarteirão pela Universidade.

Em oposição às fachadas da Rua Monte Alegre, a edificação, embora também projetada pelo arquiteto Benedito Calixto, assume feições modernistas, numa construção densa, racional, que ocupa toda a largura do quarteirão, podendo-se ler do seu exterior a existência de um corpo central de circulação e dois blocos projetados para uso para aulas, um de cada lado com janelas e portas cadenciadas formando, do mesmo modo da construção do convento original, uma isotopia. Aqui, assim como no antigo convento, há a presença da horizontalidade e a impressão de ordem criada pelas isotopias. Ao contrário do convento, em que a circulação é interna através de um pátio central, aqui a circulação acontece pelos corredores externos. Se por um lado a entrada pela rua Monte Alegre apresenta uma estesia bucólica pelos seus espaços ajardinados e detalhes históricos das fachadas, convidando os transeuntes a um "promenade", por outro a fachada da rua Ministro de Godói concentra os alunos no seu acesso. A calçada desta rua procura atender às necessidades de refeições dos alunos por meio de *food trucks*, bem como há presença de bares do outro lado da rua, o que torna a área bem movimentada. Além disso, nota-se a existência de um edifício recém construído e mais dois em construção com apartamentos de aproximadamente 30m² para atender os alunos que desejam morar próximo da Universidade.
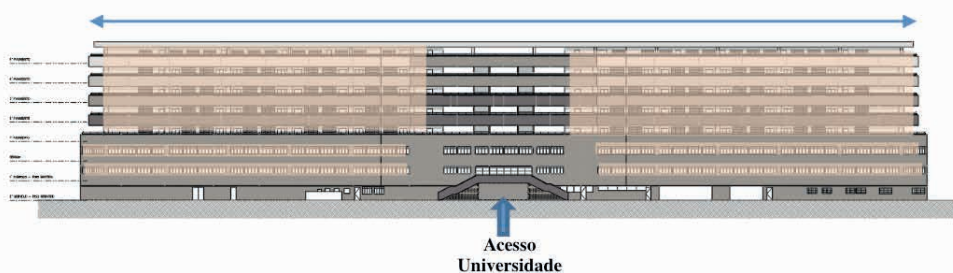
Figura 15 – Montagem esquematica indicando as principais características encontradas na Fachada Norte – Rua Ministro de Godói. Fonte: Arquivo FUNDASP com diagramação das autoras.

3 I PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO

Com o objetivo de analisar e interpretar os sentidos, o campus estrutura-se o plano do conteúdo em três níveis: o nível discursivo, em que serão examinados os termos que dão concretude figurativa e plástica à manifestação ao objeto em termos de escolhas enunciativas, o nível narrativo, em que os sujeitos performatizam ações em busca de um objeto de valor na lógica da junção ou performatizam encontros na lógica da união, que formam na sua sequência narrativa, e o nível fundamental, no qual a significação é processada a partir de uma oposição semântica mínima que, pelo estabelecimento de

relações de contrariedade e implicação, montam a sintaxe complexa da circulação dos valores que permite entender os sentidos concretizados no discurso e na narrativa.

3.1 Plano do Conteúdo

3.1.1 Nível Discursivo

No nível discursivo temos a valorização da história, da memória e da monumentalidade figurativizada pela arquitetura do antigo convento que é preservada e ampliando-a em diferentes tempos na rua Monte Alegre. Já voltada para a Rua Ministro de Godói, a Instituição, enquanto destinadora, buscou dar um caráter de grandeza, desta vez pelo grande volume ocupado, trazendo racionalidade típica da arquitetura no período da ditadura militar brasileira da década de 1970. Este acesso, muito utilizado para quem chega pela Avenida Sumaré trouxe vida para a rua Ministro de Godói oferecendo serviços, especialmente do âmbito alimentício, bem com uma quantidade de comerciantes ambulantes oferecendo opções de lanches no local.

3.1.2 Nível Narrativo

No nível narrativo identificamos os diversos elementos que compõem a narrativa semiótica do campus Monte Alegre. O Destinador é a Instituição e os destinatários são os alunos, professores, funcionários e pessoas que frequentam o espaço. A edificação age enquanto sujeito determinante das performances na vida e nas vivências da Universidade, ela faz-fazer os demais sujeitos que são os frequentantes que performatizam a busca pelo objeto de valor através do desenvolvimento de competências que modalizam os sujeitos cognitivamente com saber e poder, volitivamente pelo querer e prescritivamente pelo dever. Os objetos de valor indentificados são o aprendizado e a produção de novos conhecimentos que, por sua vez, quando galgados esses possibilitam nos vários encontros com o saber a ocorrência de um desabrochamento que é sentido estesicamente na experiência corpo a corpo.

Eis os marcos temporais que são dados pela trajetória da construção dos edifícios, mostrando as suas várias etapas :

1923
Construção do convento (marco temporal e espacial)

1946
Início das atividades enquanto Universidade. Algumas reformas internas ocorreram para acomodar o espaço à nova função (marco temporal e espacial)

Década 1960
Construção de novas edificações (marcos espaciais e temporais)
-Ala nova do antigo convento
- Teatro TUCA
- Casa Paroquial

Década 1970
Construção ERBM (marco espacial e temporal)

Figura 16 – Marcadores temporais e espaciais do Campus. Fonte Diagramação pelas autoras.

3.1.3 Nível Fundamental

A construção do nível fundamental se inicia pela oposição semântica de base que se faz em termos da Universidade marcar-se por “Espaço do encontro coletivo aberto” (com troca de saberes e produção do conhecimento) vs “Espaço da individualidade, do fechamento (do inquestionável)” que permite entre outras relações a seguinte circulação de valores apresentados a seguir:

Espaço do encontro coletivo aberto (troca de saberes, produção de conhecimento) vs Espaço de individualidade fechamento (do inquestionável)

Espaço do entendimento, da dúvida, do aprender (Tomada de posição nas buscas do saber) vs Espaço da ignorância, da repetição
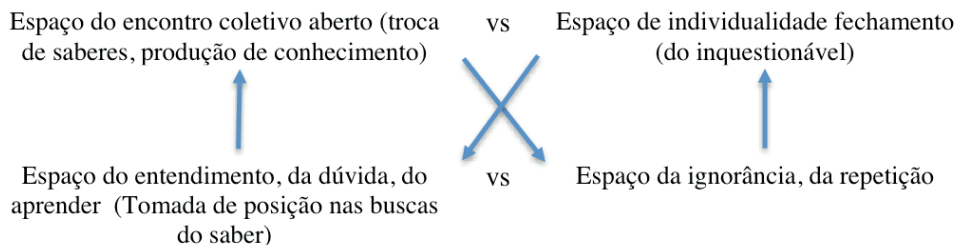
Figura 17 – Quadrado semiótico. Fonte: Construção pelas autoras.

Desde o antigo claustro, a arquitetura é reflexiva, configurando um espaço de encontros, mas também um espaço de programação para operar as passagens pela fé e seus saberes que seguem as regularidades das operações, assim como um espaço de cálculo e estratégias para desenvolvimento do saber que é conquistado pelo querer saber. Se essas possibilidade se dão inicialmente com as freiras com a religião, posteriormente, na universidade é como locus da construção do saber via os conhecimentos acumulados que se aprende para deles depreender novos, reutilização para testagens até ser comprovados e, enquanto fórmulas testadas, constituírem conhecimentos e saberes, junto com aquele que se originam de solução de problemas, ou ainda de enigmas ou de imprevisibilidades que se sobrepõem à vida terrena ou à espiritual. Há uma dinâmica desses regimes de sentido que se processam pelos regimes de interação e que apresentam todos eles os seus riscos aos sujeitos envolvidos. A manutenção do convento preserva e reverência a memória, sendo aberta às trocas e multiplicidades de pensamentos que são abertos ao diálogo e à transformação. A sua oposição se dá pelo espaço da individualidade centrada em si mesmo, onde não há circulação de ideias e possibilidade de questionamentos. Como subcontrários, temos o espaço do entendimento, da tomada de posição e da abertura para a reflexão e debates na busca do saber em oposição ao espaço da dispersão, da repetição que gira em torno do mesmo sem questionamentos e avanços, o que faz permanecer no não saber que, por implicação conduz ao Espaço do fechamento e da não promoção do conhecimento e do fechar-se no não saber, no desconhecimento, na ignorância.

3.2 Plano da expressão

Analisamos o plano da expressão a partir dos formantes topológicos, eidéticos, cromáticos, estésico e sonoro, que sistematizamos as qualidades dos vários tipos que vão ser articuladas em figuras da expressão e categorias da expressão.

Topológicos	A horizontalidade do convento é contratastada pela verticalidade da torre da igreja, num primeiro momento. Já em 1960, a edificação construída como uso de teatro traz uma nova verticalidade ao conjunto. Já o edifício construído na década de 1970, retoma a linguagem da horizontalidade.
Eidéticos	Todas as edificações são caracterizadas pela presença de simetria, o antigo convento contém movimentos em curvas ditadas pelos arcos no pavimento térreo, assim como em ornamentos acima das janelas e as moduras para os painéis em azulejaria. Os arcos são continuados na edificação do teatro, ainda com ornamentos acima das janelas arredondados. Ja no edifício construído na década de 1970 há a presença apenas de linhas retas.
Cromáticos	Todas as construções voltadas para a Rua Monte Alegre apresentam uma composição de tom creme e detalhes em tom rosado. Já o edifício com acesso voltado para a Ministro de Godói apresenta tons em cinza.
Matéricos	Há um contraste entre as edificações voltadas para a rua Monte Alegre e Minisntro de Godói. Enquanto na Monte Alegre as edificações sejam robustas, há áreas de ciculação aberta e pátios com grande quantidade de vegetação trazendo ao transeunte um ar de leveza. Já voltado para a Ministro de Godói, o grande volume de uma única edificação ocupa todo o quarteirão, trazendo peso à edificação.
Estésicos	Há aqui também contrastes, enquanto o acesso pela rua Monte Alegre apresenta jardins e bancos ladeado por árvores e arbustos levando o transeunte a um passeio contemplativo, na Rua Minsitro de Godói há a presença massiva da fachada da edificação, onde há apenas uma forma de acesso e a presença de vendedores de produtos alimentícios geram odores misturados de diversos tipos de comida produzidos.
Sonoros	Pela inúmeras árvores é possível ouvir o barulho dos pássaros, vozes de crianças pequenas brincando com suas babás e o badalar do sino da capela que ecoa pelo quarteirão. Há certo fluxo de carros, mas não se trata de uma área de alto tráfego. Na rua Ministro de Godói percebemos mais grupos de pessoas conversando.

4 I CONCLUSÃO

Uma construção identitária emblemática do passado se mantém em meio ao grande número de edifícios residenciais que vêm surgindo muitas vezes com nome referênciando à Universidade, assim como a estação de metrô PUC-Cardoso em construção, e que abriga não somente estudantes, professores e funcionários, mas também devotos que frequentam a sua capela, uma população que busca acesso às atividades culturais pelas peças de teatros e mesmo transeuntes que ~~fazem~~ desfrutam de um passeio por uma atmosfera é agradável. Como um palimpsesto, a área é atravessada por diversas reescrituras, mas mantém a sua memória e contrói uma identidade universitária do local por meio de analogias na articulação de seus arranjos do plano da expressão homologando os arranjos do plano do conteúdo. Trata-se de um espaço de encontros nutrido pelas trocas de saberes e da construção de conhecimentos a ser preservados e expandidos como um organismo vivo em constante mudança.

REFERÊNCIAS

Geosampa Mapas. http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso: 15.04.2021

GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido II. Ensaios Semióticos. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Edusp, 2014 [1983].

Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Joseph. Dicionário de Semiótica. Trad. Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Contexto. 2008

KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KOETTER, Fred; ROWE, Colin. Collage City. Cambridge, Massachusetts and London, The MIT Press, 1978.

LANDOWSKI, Eric. Interações arriscadas. Trad. Luisa Helena Oliveira da Silva. São Paulo. Estação das Letras e Cores. Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014

LANDOWSKI, Eric. Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2012

Museu da Cultura disponibiliza fotos históricas do “Prédio Velho”. https://j.pucsp.br/noticia/museu-da-cultura-disponibiliza-fotos-historicas-do-predio-velho. Acesso em 17.04.23.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. São Paulo e Roma: práticas de vida e sentido. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

PUC-SP : 65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011 / Odilo Pedro Scherer... et al. – São Paulo : EDUC, 2011.

PUC: 70 anos. Organização Claudia V. Duarte Rozo Fonseca- 1. ed. - Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2016. Edição bilíngue: português/inglês. Vários autores.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. A construção do nacional: Reconstrução do nacional: Ricardo Severo e a Campanha da Arte Tradicional no Brasil (1910-1930). Varia História, Ago 2019, Volume. 35, n°68 (p.597-629).

CAPÍTULO 4

A BOA *AGOA ARDENTE*: INCENTIVO, PRODUÇÃO E USO DE CACHAÇA NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVIII)

Data de submissão: 12/12/2023 *Data de aceite: 02/01/2024*

Ana Paula Barco da Silva
Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR
https://lattes.cnpq.br/6934178283592045

Christian Fausto Moraes dos Santos
Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR
http://lattes.cnpq.br/5914025585832203

Gabrielle Legnaghi de Almeida
Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR
http://lattes.cnpq.br/2317632142362503

RESUMO: A partir desta pesquisa analisamos a produção de aguardente da cana de açúcar durante a América Portuguesa no século XVIII. A fonte estudada foi uma memória escrita por um luso brasileiro chamado João Manso Pereira (1750?-1820), intitulada como "Memoria sobre a Reforma dos Alambiques ou de hum Proprio para a Distillação das Águas Ardentes (1797)". Nos setecentos, com a forte influência do iluminismo e filosofia natural, a obra foi publicada na Casa Literária Arco do Cego, que já possuía experiência em obras sobre artes, agricultura, manufatura, medicina, náutica de Portugal e de suas possessões. Na Memoria, o químico traz ilustrações do alambique, na tentativa de melhorar a produção da aguardente por meio de traduções de obras estrangeiras e também discute sobre as formas que a população luso-brasileira fazia uso da cachaça.

PALAVRAS-CHAVE: Cachaça; Alambique; Iluminismo; Século XVIII.

THE GOOD BURNING AGOA: ENCOURAGEMENT, PRODUCTION AND USE OF CACHAÇA IN PORTUGUESE AMERICA (18TH CENTURY)

ABSTRACT: Based on this research, we analyzed the production of brandy from sugar cane during Portuguese America in the 18th century. The source studied was a memoir written by a Brazilian Portuguese named João Manso Pereira (1750?-1820), entitled "Memoria sobre a Reforma dos Alembiques ou de hum Proprio para a Distillação das Águas Ardentes (1797)". In the 1700s, with the strong influence of the Enlightenment and natural philosophy, the work was published by Casa Literária Arco do Cego, which already had experience working on arts, agriculture, manufacturing,

medicine, nautical work in Portugal and its possessions. In Memoria, the chemist brings illustrations of the still, in an attempt to improve the production of brandy through translations of foreign works, and also discusses the ways in which the Portuguese-Brazilian population used cachaça.
KEYWORDS: Cachaça; Alembic; Enlightenment; XVIII century.

INTRODUÇÃO

Durante o século XVII, a América Portuguesa era uma das maiores potências mundiais na produção de cana de açúcar, as lavouras eram encontradas em maior concentração no Nordeste, e menor no Sudeste na região do Rio de Janeiro. Nesse momento a expansão dos engenhos também significou um aumento na produção da aguardente, fenômeno também influenciado pela moeda de troca no tráfico de escravos vindos da África. Em finais do século, as dinâmicas comerciais se alteram. A queda do fornecimento da cana, pela concorrência com as Antilhas, marca um dos motivos para o declínio do ciclo do açúcar sofrido por Portugal.

No século XVIII a Europa estava em constante agitação com as ideias das luzes. As correntes iluministas se expandiram, os campos de saberes entraram em ebulição, as concepções de Estado e sociedade se desenvolveram através da razão e as ideias e preceitos alterados passaram a representar uma ameaça para as elites europeias. Era necessária a adaptação da coroa portuguesa a essas novas tendências. Ministros passaram a tomar medidas para a manutenção do Antigo Regime, simultaneamente, era preciso deixar as portas abertas para a ebulição científica do período, principalmente para os investimentos das colônias portuguesas. Nesse contexto surgiram métodos que reforçavam a manutenção e o desenvolvimento do reino, dentre os quais estava inserida a exploração natural do território português na América. Por meio das viagens europeias rumo ao Novo Mundo, as descrições sobre a natureza evidenciaram as riquezas oferecidas por aquelas bondosas terras. Animais, plantas, minerais, além do conhecimento indígena, foram constantemente citados. Com o surgimento da oficina literária Arco do Cego (1799-1801), composta em sua maioria pela elite letrada de homens luso-brasileiros e portugueses que, juntos, passavam seus conhecimentos exaltando a coroa portuguesa. A tradução de obras estrangeiras, principalmente voltada à aplicação de teses e conteúdos nas colônias, foi um dos conteúdos amplamente abordados pela casa literária. Dessa forma, as viagens e o surgimento da oficina calcográfica ressaltam a filosofia natural do período, vista como propulsora da economia.

No ciclo do ouro surgiram emblemas sobre as bebidas, a mais conhecida, consumida e parte da cultura luso-brasileira era a cachaça, chamada também de aguardente, pinga e caninha. Para ser destilada é necessário um alambique, instrumento essencial na fabricação da cachaça, que após introduzido na colônia portuguesa, contribuiu no aumento do ritmo da produção da bebida. É nesse meio que o químico João Manso Pereira (1750?

-1820) faz sua *Memoria* na tentativa de melhorar a qualidade da cachaça e seu fabrico. Também contou com a influência de obras advindas da Europa, além de ter o apoio da casa literária Arco do Cego, na tentativa de ajudar os mestres aguardenteiros do período setecentista.

O estudo da aguardente surge como uma tentativa de entender a produção da cachaça e as classes sociais que a utilizavam. Muitos foram os problemas da coroa portuguesa devido aos efeitos da bebida e as consequências na sociedade resultantes em vícios da embriaguez no setor mineiro, principalmente pelos escravos. O governo tentava manter medidas para controlar a população das "arruaças", no controle de domínio dos negros, na contenção em protestos (FIGUEIREDO, 2017, p. 8).

A bebida também tinha função de auxiliar em tratamentos médicos, era recomendada para os marinheiros suportarem as viagens, e para os escravos exercerem atividades na mineração, já que estavam em contato constante com o frio. Simultaneamente, ocorria o controle dos humores hipocráticos galênicos, nos quais existiam quatro substâncias sendo o sangue, a pituíta, bílis amarela e bile negra que formavam um equilíbrio para haver uma saúde estável (PALMA, SANTOS, 2016, p. 190). Em certas ocasiões era utilizada a pinga, exemplificadas nas sensações de alívio após um dia de mineração. Acontecia, porém, o contrário, no uso excessivo na bebida, em que ocorria a abordagem sobre os malefícios dela (GOMES, 2002).

A memória e a casa literária Arco do Cego

Ao utilizar como fonte principal a obra *Memoria sobre a Reforma dos Alambiques ou de hum Proprio para a Distillação das Águas Ardentes* publicado em 1797, colocamos como foco o uso da aguardente no período setecentista. Vale ressaltar que o autor, João Manso Pereira produz essa obra na tentativa de melhorar a produção da bebida por meio de um alambique mais aprimorado, com a intenção de traduzir obras estrangeiras e fazer uma divulgação científica.

O autor da *Memoria* era natural da América Portuguesa e nunca viajou para o exterior. Ele nasceu antes de 1750 em Minas Gerais e faleceu com mais 70 de anos em 1820, e era professor de gramática, influenciado por um período em que a química se estabelecia na ciência moderna. Seus estudos foram feitos no seminário da Lapa, conheceu algumas línguas como francês, hebraico, latim, grego, mas não chegou a cursar o ensino superior, sendo assim um autodidata. Durante o período de 1797 a 1805, publicou cinco obras na casa literária Arco do Cego, onde foram feitas na América e divulgadas em Portugal. Ao longo dos anos em que atuou como professor de gramática, João frequentou a sociedade literária do Rio de Janeiro, e inspirado pelos estudos de Lavoisier sobre a química francesa, publicou a memória sobre o alambique. Mas sua proposta não teve grande recepção pelos mestres aguardenteiros. (FILGUEIRAS, 1993, p.155-160).

Além do uso dessa fonte, foram apresentadas outras memórias da casa literária Arco do Cego, uma em destaque, é publicação sobre a cana de açúcar na *"Memoria sobre a cultura, e productos da cana de assucar"*, em Lisboa (1800), na qual há o discurso sobre as melhorias do alambique e aguardente. Os homens letrados daquele período tentavam desenvolver uma produção maior da cachaça, aumentando sua qualidade e aprimorando sua composição. Uma grande evidência, são as dedicatórias escritas nas *Memorias*, não só pelo químico, mas como outros letrados que participavam da academia, referente a coroa sobre seus conhecimentos. Existia um incentivo da coroa nas divulgações científicas (DENIPOTI, PEREIRA, 2013).

A bebida luso brasileira do século XVIII

As bebidas exercem papéis importantes na construção do mundo, servem como marcas identitárias, principalmente no âmbito da inclusão e exclusão social. É preciso entender que esses álcoois influenciam desde o trabalho ao o lazer, assim como nos estereótipos. Como exemplo, o vinho, indicando a posição social, é capaz de evidenciar e rotular um indivíduo confirme o tipo de bebida que consome, se transformando em um forte indicativo de classe social. Ao mesmo tempo, o consumo desse tipo de bebida também possibilita a identificação de traços sociais, dinâmicas entre grupos e as maneiras de se comportar (CARNEIRO, 2010, p. 241).

Ao estudar a história da aguardente, segundo Avelar (2010, p.22), há sentido quando a bebida participa do processo histórico e da sociedade que a cerca, o objeto do historiador se torna a organização, desenvolvimento e transformação nas mais diversas relações entre os agentes sociais do período estudado. É importante ressaltar que a história do consumo alcóolico percorre a história da alimentação e das drogas, pois abrange tanto os ideais morais, como os manuseios de poder e as ideias científicas impostas (CARNEIRO, 2005).

A história da alimentação, em específico das bebidas, não pertence apenas às suas origens, mas compartilha também das estruturas do cotidiano, sendo as ações nas quais se transformam na história. O estudo dessas bebidas pode compreender uma ampla gama de abordagens, desde como fazer a preparação de um alimento ou licor, nos modos de consumi-los e estabelecê-los nas características de um determinado grupo social ou população, na adaptação de um clima, da tecnologia e economia. Essas iguarias foram promovidas a verdadeiros símbolos sociais, definem a cultura de um povo e fazem parte da operação da vida e seus reconhecimentos individuais (ALGRANTI, 2005, p. 71).

O iluminismo português

Ao verificar a corrente iluminista na França, posteriormente foram surgindo outros "iluminismos" em demais regiões. Para detalhar melhor, houve a reflexão sobre a questão

na sociedade ibérica que tinha grande influência do antigo regime, pois apesar da inserção dos tempos modernos, existiam grandes dificuldades na aceitação, principalmente pelo controle da Companhia de Jesus e pela sociedade com um Estado absolutista, na qual demandava grandes interesses da aristocracia (FALCON, 1988,p.77).

Em 1750 a coroa portuguesa começou a financiar um projeto para melhorias da agricultura, tanto em seu país como em demais colônias. Mudanças essas realizadas durante o reinado de D. José I (1714-1777) e reformas administradas pelo Marquês de Pombal (1699-1782), compreendendo os aspectos educacionais, políticos e econômicos. Dentre os projetos , o ministro da marinha e do ultramar Martinho de Mello e Castro (1716-1795) cria as *Viagens Philosophicas,* com o intuito de poder conhecer os recursos naturais que a colônia da América Portuguesa fornecia (SANTOS, FIORI, CAMPOS, 2014). Dentre os homens que participaram dessas viagens, estava o frei luso brasileiro José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), no qual relatou sobre a *Florae Fluminensis* (1790) . No final de 1790, ele é convidado a viajar para Portugal, no qual deposita seus conhecimentos e contribui para a Academia Real de Ciências, mas consequentemente, não dão valor às suas tipografias. Após esse momento, o frade dá início a uma rede de tipografias na tentativa de disseminar conhecimento com bases agronômicas (NUNES, BRIGOLA, 1999, p.60-62).

Diante da revolução francesa, que ameaçava a coroa portuguesa, o ministro dos negócios da marinha e domínios ultramarinos, chamado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), começou a buscar alternativas que mantivessem a soberania portuguesa, principalmente para reestabelecer o déficit econômico durante o período setecentista. Como estratégia, defendeu reformas baseadas na economia política, nas quais objetivavam o vínculo comercial apenas com a metrópole e suas colônias, sem a possibilidade de relações entre elas (FERREIRA, 2019, p.22).

Por meio desses acontecimentos, é criada a casa literária Arco do Cego, uma proposta editorial, em que tinha como objetivo a disseminação e uma melhor organização sobre os conhecimentos agrícolas para as colônias, por meio de obras estrangeiras traduzidas. A agricultura era pressuposta como uma melhor forma de investimento produtivo para o país. Assim, a coroa empenhava seus esforços para a propagação científica, aspirando um acréscimo de benefícios lucrativos no erário para poder desenvolver o império (SANTOS, FIORI, CAMPOS, 2014, p.51-54).

O incentivo às ciências, tentativas de alavancar a economia por meio do Arco do Cego

Os autores DeNipoti e Pereira (2013), afirmam que Dom Rodrigo (1755-1812) em seu ministério, impôs mudanças nas quais ele acreditava que o investimento em produção e divulgação de textos científicos era mais importante do que concretizar as viagens para as colônias. A palavra impressa tinha mais significado e começaram a surgir as “memórias”.

As doutrinas econômicas implícitas nesses manuais, especialmente aqueles que tinham embasamento agrícola, eram consideradas fontes de riqueza e prosperidade dos Estados. Havia um objetivo em criar produtos manufaturados que estabelecessem uma relação de dependência entre o reino e suas colônias. Por meio de produtos exóticos e valiosos de diversos domínios do império português, se procedeu o fornecimento do mercado interno, criando um dinamismo no comércio externo (DOMINGUES, 2001, p. 830-831).

As obras do Arco do Cego tinham tipografias e catálogos com pinturas, desenhos com enfoque na agricultura, comércio marítimo e medicina. Além de interesses estratégicos em gêneros agrícolas, como foi o caso a cana de açúcar, existiam também registros sobre animais domésticos, abelhas, frutas e técnicas de aperfeiçoamento das lavouras, na tentativa de aumentar lucros para o império português por meio de suas colônias (FARIA, 1999; SANTOS, FIORI, CAMPOS, 2014).

Os autores Nunes e Brigola (1999, p.66) afirmam que a casa literária Arco do Cego sofreu uma progressiva alteração, tornando-se uma importante peça no cenário da intelectualidade da América Portuguesa. A maioria dos estudiosos, tradutores e compositores da oficina tipográfica eram da colônia. Sua curta vida, durando apenas de 1799 a 1801, se deu pela grande quantidade que demandava para a Coroa Portuguesa, sobretudo em suas produções. Com a implementação da Impressão Régia, não havia a possibilidade de manter duas imprensas. Assim, a casa literária passou a ser incorporada e deixou de existir de maneira autônoma (AZEVEDO, 2018, p.97).

O alambique na produção de aguardente

Na América Portuguesa os engenhos passaram a apresentar um alambique. Assim, o uso desse instrumento foi ganhando espaço de maneira que passaram de coadjuvantes a protagonista da economia local. Ocorreu uma queda na produção do açúcar ocasionada pela diminuição do consumo na Europa, somado com a concorrência com o mercado antilhano (DANTAS, 2016, p. 36-37).

O alambique foi essencial na produção da aguardente, seus primeiros registros datam na Antiguidade. Além da pinga, ele também auxilia na criação de outras bebidas. Seu processo se dá na destilação, na purificação e na essência do álcool (FIGUEIRÔA, 2016, p.218). Tanto o álcool como o alambique são palavras de origem árabe, e os conhecimentos sobre suas técnicas chegaram na Península Ibérica juntamente com o açúcar e seus derivados (ALGRANTI, 2005, p. 73).Como uma das primeiras máquinas a ter analogia do corpo humano, o alambique era considerado um depurador de humores, que passava dos estados sólidos para os líquidos e concluía no gasoso. Assim como o corpo, no qual destilava substâncias, era necessário deixar a cabeça seca e os pés quentes (CARNEIRO, 2010). A presença do alambique se popularizou a partir do século XVII e potencializou a produção de cachaça, principalmente para apurar o grau do mel e da cana,

aumentando o consumo pela população (FIGUEIREDO, 2017, p.16).

O alambique deu poder a Europa de superioridade aos demais povos, pois oportunidades surgiam ao fabricar licores super alcoólicos tanto no rum, como no gim, uísque, bagaceira, vodca, aguardente. Essas bebidas foram presentes envenenados da Europa para as populações da América, um dos povos que mais sofreram foram os indígenas, visto o alcoolismo que era oferecido (BRAUDEL, 2005, p.220).

Sobre o processo de destilação, para que inicie o gotejamento era necessário um controle no aquecimento. Caso contrário, um borbulhamento descontrolado não é capaz de resultar pureza, gerando resquícios de matérias indesejáveis. Na cabeça de um alambique, as primeiras gotas deparam-se com o metanol, aldeídos, cetonas e ésteres. Após essa etapa , com o descarte da "cabeça", começa a destilação no "coração", no qual existe a fração, determinando a qualidade da cachaça. Caso a temperatura suba é preciso suspender a destilação, e o que restar, chamado de "cauda", será o local que contém composto químicos mais pesados e os álcoois (WEIMANN, 2006).

> Todos os mestres de aguardente sabem, que hum liquido doce fermenta, e que esta fermentação o faz vinhoso, e que este vinho destilado, produz aguardente, em maior, ou menor quantidade, segundo o gráo de doçura, que em si contem este liquido. Segundo este principio, a cachassa, ou as fezes do caldo da Canna, as espumas da caldeira e tachas, que são matérias por si bastantemente doce, são recebidas em paróis; e como levao consigo muito caldo de Canna puro, tem bastante fluidez, para que, cheio o parol, entre logo em fermentação (GOMES, 1800, p. 63).

Um dos materiais mais utilizados na composição do alambique, era o cobre, o elemento pode contribuir para a qualidade da cachaça, principalmente no efeito catalisador, com uma presença máxima de 5 mg/l. Alguns abordam que suas origens na América Portuguesa podem ter sido primeiramente compostas por barro ou cerâmica, outros consideram a possibilidade da composição do cobre também. A fabricação da cachaça era feita em engenhos e sua expansão para o litoral fez com que surgissem os primeiros alambiques (TRINDADE, 2006, p.27-83).

O uso da "caninha" pelas classes sociais

O ser humano pode alcançar péssimas condições, sendo que a embriaguez condiciona a inexistência da consciência de suas atitudes, sem nenhum domínio sobre suas ações. A chegada de bebidas alcoólicas destiladas no território luso brasileiro torna-se necessário a formulação de algumas normas e leis visando a proibição de sua fabricação (CARNEIRO, 2010).

A cachaça pode trazer uma preocupação no conceito de civilização, entre o sóbrio e o embriagado, no qual o bêbado está dominado por seus prazeres, impulsos. O estado de embriaguez possibilita uma separação da normalidade, provavelmente ocasionando a

retirada da repressão dos instintos biológicos humanos e o ideal de controle (BARBOSA, 2014, p. 34).

O consumo da cachaça pelo povo mineiro, em especial por escravos, sempre esteve presente desde o início da colonização, assim como nos conflitos para construção de engenhos e na produção da bebida. Uma das motivações para a proibição estava nos episódios dentro das minas, nas quais as consequências seriam duplas, tanto na perda do escravo, quanto na dificuldade da sua mão de obra. Alguns desses espaços nas regiões das minas possuíam enormes poços, o que ocasionava quedas e mortes decorrentes da falta de atenção gerada pela embriaguez (GUIMARÃES, 2005, p. 99-100).

Durante muito tempo, a aguardente de cana foi usada como moeda de troca no tráfico de escravos, mercadoria para escambo nas rotas marítimas entre a África e a América. Sua expansão foi tão grande que, após a expulsão dos jesuítas, a bebida serviu como recurso para pagar os professores. Em alguns locais, como em São Jorge do Ilhéus, na Bahia, ela serviu como saída para emergências, existiam tributos para o alambiques na tentativa de reformar a igreja matriz (FIGUEIREDO, VENÂNCIO, 2005, p.32).

O uso da cachaça pelas classes sociais sempre esteve associado às camadas inferiores, principalmente por africanos e indígenas. Conforme a bebida foi se tornando popular, seu uso passou a ser comum pelo cotidiano das pessoas da América Portuguesa, era encontrada em diversos lugares, porém longe na nobreza imperial (BARBOSA, 2014, p. 36). A caninha também pertenceu aos rituais das religiões afro-brasileiras os escravos a usavam para fazer homenagens a Exu no candomblé, uma entidade que faz a intermediação entre os orixás e os humanos (ibidem, p. 41). Em Minas Gerais, por ter o trabalho de minerar, dentro de rios e em climas mais frios, a bebida ajudava a dar energia e amenizar o rigor das atividades (SCARANO, 2001, p. 470).

Além de ser utilizada por homens livres e pobres, a cachaça era associada aos grupos populares de resistência e reprovados socialmente no cenário político (FIGUEIREDO, 2017, p.5). Outro ponto a ser abordado, seria que mesmo após a abolição, o ex escravos ainda procuravam a cachaça como o único alívio para persistirem vivos, funcionava como fonte de calorias e conforto (FIGUEIREDO, 2011, p.27).

Durante o século XVIII a aguardente passou a representar uma ameaça para os brancos. Ocorreu um crescimento em relação a população de pretos e mulatos, e a pinga seria um modo de tirar o controle dos proprietários de escravos, já que a bebida incitava mal comportamento, insubordinação e revoltas contra os senhores (SCARANO, 2001, p.477-478). O combate pelo consumo de aguardente que se fez nas minas, também afetou as “negras de tabuleiro”. Essas mulheres transportavam comidas e bebidas, como a cachaça, sendo consideradas a intermediação dos desvios. Assim, por terem mais liberdades de movimentação, longe dos olhares dos senhores, passaram a ser proibidas de fazerem esses transportes (REIS, 1989, p.75; GUIMARÃES, 2005, p.100).

A aguardente também foi utilizada durante práticas de sodomia. Existiam os relatos

do período da inquisição, na qual a bebida era usada para alterar o estado de consciência dos indivíduos. Dentre os inúmeros processos, eram caracterizados pela sodomia e pela blasfêmia, assim como outros crimes conhecidos pelo Santo Ofício, havia o costume dos deputados em questionar os réus sobre sua lucidez, na tentativa de medir a gravidade da situação (MOTT, 2005, p. 18-19).

Outro contexto a ser comentado, é na proibição da bebida devido a concorrência lusitana. Existiam três tipos de pingas: a aguardente feita de açúcar e o vinho de mel, expressamente proibidas tanto para consumo como comércio. Já a cachaça, poderia ser utilizada pelos escravos, desde que esta não fosse comercializada (SILVA, 2015).O impedimento do uso da aguardente ocorria durante festas e comemorações, nas quais eram manifestadas críticas das pessoas de “cor”, nas quais poderiam fazer alvoroços, algo que particularmente era muito citado nas cartas do período. Apesar disso, durante esses eventos, eram os únicos nos quais pessoas necessitadas podiam viver com uma dose de liberdade (SCARANO, 2001, p. 478).

O médico José Barbosa de Sá (?-1776) afirma sobre o uso da aguardente para proporcionar uma sensação de alívio, após minerar por 10 a 12 horas, que poderia ser o torpor do álcool. Muitos eram os motivos para deixar a bebida circulando na colônia, tanto em locais com permissão, quanto nos proibidos. Vale destacar que que a caninha tinha fundamentos na dedução e na teoria hipocrática galênica, visto que a última tinha o conceito de um corpo dividido em quatro humores: o sangue, a pituíta, bile amarela e bile negra, nas quais deveriam estar em equilíbrio para haver uma saúde estável (PALMA, SANTOS, 2016, p. 190).

O cirurgião barbeiro Luís Gomes Ferreira (1686-1764) em 1735, realizou diversas observações em regiões mineiras. Dentre elas, aponta sobre os males nos quais a bebida poderia causar:

> Segundo as muitas observações, que tenho feito, e a experiência me têm mostrado em todo o tempo que tenho assistido nestas Minas, não há coisa alguma nelas que seja mais prejudicial à saúde, assim de pretos como de brancos, como é a dita aguardente ou, por outro nome, e bem próprio, cachaça, pois, ordinariamente, quando queremos afirmar que uma coisa não presta para nada dizemos que é uma “cachaça”. Esta tem sido a causa de morrerem inumeráveis escravos e também bastantes brancos, irremediavelmente; os escravos, uns bebem tanta que, perdendo o juízo, se matam em pendências, outros, bebendo-a de ordinário, adquirem doenças gravíssimas, como são obstruções nas veias e canais de todo o corpo, no baço, no mesentério e no fígado pela maior parte, e esta mais difícil de curados brancos, de tal sorte se casam com este vício que, quase todos, morrem hidrópicos, sendo a origem desta hidropisia o formar-se-lhe no fígado obstrução, e aumentada esta por se ir cevando com a tal bebida e o fígado obstruto, vai inchando, e, inchado, faz compressão ao bofe e o vai apertando, de tal modo que os doentes desta obstrução vêm a morrer sufocados (FERREIRA, 2002, p. 661).

Ao mesmo tempo em que existiam médicos que eram contra o uso da aguardente,

haviam aqueles que a recomendavam. A bebida foi usada como remédio em diversas situações, seja em fraturas expostas ou internas, utilizada para impedir infecções nas feridas, nas variadas doenças conhecidas como sarampo, varíola e para anestesia (FILHO, MESSIAS, 2020), ou até mesmo como ingrediente nas receitas de boticários. Para além, também era utilizada por mulheres que recomendavam seu uso contra intestinais, uma das etiquetas aconselhadas durante aquele período era disfarçar com tosses ou ter a companhia de um cachorro, na qual atribuíam o mau cheiro. Mas no combate desses flatos, recomendava-se o uso de copinhos ou dedais da pinga (PRIORE, 2017, p. 25).

A teoria sobre os humores passou a ser substituída apenas no século XVIII, em que começa a circular o pensamento sobre o fortalecimento de fibras. Assim, as evacuações e sangrias são proibidas, o álcool passa a ser não apenas uma fonte de calor, como um risco para a dureza das fibras. Como resultado, há o início de associações da bebedeira com o amolecimento de nervos, que poderiam levar a tremores e convulsões (CARNEIRO, 2010, p.179).

Entre o incentivo às ciências para a produção da aguardente e sua proibição.

Ao olhar o século XVI na colônia da América Portuguesa, o uso de bebidas alcoólicas fermentadas por indígenas tinha uma grande resistência por parte da igreja. Já no século XVII, a importação de vinhos e aguardentes começa a crescer entre a população luso brasileira. Se inicia a proibição da produção autônoma, tanto no fabrico, como na produção, persistindo até o final do século XVIII e durante o período de independência no século XIX. Essas restrições foram consequência de fortes pressões para legalizar, taxar, já que o contrabando se apresentava em grande escala (CARNEIRO, 2010, p. 151).

Nesse sentido, na política de Mello e Castro, o ministro tenta implantar na capitania de Minas Gerais um sistema mercantilista mais rígido, no qual atendia os interesses do império português, principalmente por comerciantes sem privilégios, do clero e dos ingleses. Não era viável na parte econômica o desenvolvimento de engenhos e do consumo da cachaça, e o consumo de produtos no reino seria menor, além das críticas à bebida como sendo ruim, e entre os negros, incentivaria confusões e badernas (VALADARES, 2005, p. 130-131).

A metrópole passa a proibir o consumo da bebida, pela causa de danos na saúde da população e na economia que afetava os senhores. Para estimular o consumo do vinho de Portugal, o ministro Mello e Castro impede a produção de seu principal concorrente, a aguardente de cana de açúcar (BARBOSA, 2014, p. 68). Em territórios onde havia a extração de minérios os homens desejavam o ouro. As bebidas poderiam trazer mortes, e em uma primeira ocasião, o governo não estava diretamente preocupado com a saúde pública ou com a sobriedade dos mineradores, as autoridades pensavam em como manter o imposto do quinto do ouro (PALMA, SANTOS, 2016, p. 189).

A cachaça era representada pelas autoridades como o descaminho. Causa que dificultava a produção aurífera, pois as forças braçais poderiam estar focadas na agricultura da cana. Além da questão dos negros, que de acordo com as autoridades, demonstravam comportamento agressivo e desobediente devido ao consumo da bebida. Entretanto, a aguardente ainda era considerada um produto de sustento no dia a dia desses homens (SILVA, 2015, p. 45).

Debater sobre a cachaça e suas causas na sociedade é, convencionalmente, intrigante. As bebidas alcoólicas eram consideradas um refúgio da vida cotidiana, as pessoas tentavam buscar suas felicidades nas bebidas, promoviam revoltas e tinha seu único tempo de lazer por meio do álcool. Ao pensar sobre as proibições da coroa portuguesa, de fato, deve considerar-se o que era melhor para sua manutenção, entre combates e atribuições que um alimento-droga poderia fazer.

CONCLUSÃO

Ao estudarmos a aguardente da cana de açúcar a partir de uma memória produzida durante o século XVIII, subtende-se que a influência desta bebida durante aquele período afetou em vários setores da sociedade luso brasileira. Além de outras regiões economicamente relevantes no sistema mercantil do período, a exemplo da África, utilizada simbolicamente como uma moeda de troca na compra e venda de escravos e nos ritos, práticas e costumes culturais dos praticantes de religiões afro-brasileiras.

Além disso, a cachaça era vista como uma forma de refúgio pelo sofrimento que a população passava nesse período. Sempre é pertinente recordar dos impactos psicológicos do mercado escravista. Os negros explorados nesse mercado aportavam na América Portuguesa após uma travessia insalubre, eram separados de suas famílias e cultura, e precisavam suportar longas horas de exaustivos trabalhos na colônia. Na dualidade entre alimento e botica, a bebida também era útil no tratamento de fraturas, anestesia, flatos, e no preparo de remédios compostos.

O incentivo da coroa portuguesa nas ciências desencadeou uma série de reformas iluministas, em Portugal e em sua colônia. Os recursos naturais e os avanços na agricultura foram importantes na tentativa de reverter a crise que se passava no país europeu. Dessa forma, relatar como se deu a busca por esses conhecimentos científicos e técnicos contribui para análises interdisciplinares sobre o contexto inserido. Mesmo que a oficina calcográfica Arco do Cego tenha durado apenas 28 meses, as obras em si, favoreceram os campos da economia agrícola, medicina, filosofia natural, e ainda, sua introdução contribuiu para o iluminismo nos setecentos. Abordar sobre a história do álcool, da alimentação e suas respectivas funções nos mostra como apesar de séculos passados haverem proibições e incentivos para bebida é necessário para compreender o presente que se perpassa e acima de tudo refletir como um sujeito histórico, pois é por meio dessas estruturas que

aprendemos sobre as relações existentes.

FONTES HISTÓRICAS

GOMES, Joze Caetano. **Memoria sobre a cultura, e productos da cana de assucar.** Lisboa, Typographia Arco do Cego,1800.

PEREIRA, J.M**. Memoria sobre a reforma dos alambiques ou de hum próprio para a distillação**. Lisboa: J. P. Correa da Silva, 1797.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Mezan Leila. **Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma produção e do consumo de licores na América Portuguesa**. In: Álcool e drogas na história do Brasil. Org: CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto. PUC Minas, São Paulo,2005.

AVELAR, Lucas Endrigo Brunozi Avelar. **A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial**. São Paulo, USP, 2010. (História, dissertação de Mestrado).

AZEVEDO, Dannylo de. **O fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII.** São Paulo, USP, 2018.

BARBOSA, JLA. **Alimento, bebida e droga: uma abordagem histórica sobre a imagem e o uso da cachaça**. In: Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. V.1: As estruturas do cotidiano. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Bebida, abstinência e temperança: na história antiga e na história moderna**. Senac São Paulo, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Bebidas alcoólicas e outras drogas na época moderna**. Economia e embriaguez do século XVI ao XVIII. Disponível em :< www.neip.info>. Acesso em: 19 de julho 2022.

DANTAS, José da Paz. **Um brinde à cachaça: um patrimônio histórico cultural e seus usos turísticos nos alambiques do Rio Grande do Norte**. UFRN. Natal, 2016.

DENIPOTI, Claudio; PEREIRA, Magnos Roberto de Mello. **Sobre livros e dedicatórias: D. João e Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801).** Unisinos: Vol. 17 Nº 3 - setembro/dezembro de 2013.

DOMINGUES, A. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

FALCON, F. J. C. **Luzes e Revolução na Colônia**. Estudos Avançados, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 73-85, 1988.

FARIA, Miguel Figueira de. **Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego**. In CURTO, Diogo Ramada; CAMPOS, Fernanda (orgs) -A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), bicentenário: Sem Livros não há Instrução, Catálogo da Exposição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, INCM, p. 107-137, 2000.

FERREIRA, Bruno Ferraz Leal. **Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de o fazendeiro do Brasil , de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)**. Temporalidades –Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 29, v. 11, n. 2 São Paulo. 2019.

FERREIRA, GF. **Erário mineral** [online]. FURTADO, JF., org. Editora Fiocruz, 821 p. Mineiriana collection. Clássicos series. ISBN 85-85930-41-1. Vol. 1 e 2. Available from SciELO Books . Rio de Janeiro. 2002.

FILGUEIRAS, Carlos A.L. **João Manso Pereira: Químico empírico no Brasil colonial.** Química Nova Nº 16, Belo Horizonte, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **A linguagem da embriaguez: cachaça e álcool no vocabulário político das rebeliões na América portuguesa.** Revista de História, no.176, São Paulo,2017.

FIGUEIREDO, Luciano; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Aguas Ardentes: o nascimento da cachaça. In: Cachaça, a alquimia brasileira**. Org: FIGUEIREDO, Luciano; VENÂNCIO, Renato Pinto; PRIORE, Mary del; VALADARES, Fernando. Ed:Repsol YPF. São Paulo. 2005.

FIGUEIREDO, Renato. **De marvada a bendita: a história, a gastronomia e as curiosidades da cachaça, a mais brasileira das bebidas**. Matrix. São Paulo. 2011.

FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça; ARAGÃO, Thayse Zambon Barbosa; GANDOLFI, Haira Emanuela. **Os Alambiques no Brasil Colônia: Uma Proposta de Abordagem Histórica e Social no Ensino de Ciências**. Química Nova Escola, Vol. 38, N° 3, p. 215-223, agosto,2016.

FILHO, S. W. C. O.; MESSIAS, L. C. P. de. **O elogio à cachaça: o discurso médico-naval sobre os benefícios do consumo de aguardente a bordo dos navios da Marinha Brasileira no século XIX**. Revista Ingesta, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 31-52, 2020. DOI: 10.11606/issn.2596-3147.v2i1p31-52. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/167547. Acesso em: 20 jul. 2022.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais. In: Álcool e drogas na história do Brasil**. Org :CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto. PUC Minas, São Paulo,2005

MOTT, Luiz. **In vino veritas: vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-brasileiros à época da Inquisição**. Topoi, v.6, n.10 , p.9-28. Rio de Janeiro. 2005.

NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João. **José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) - um frade no universo da Natureza**. In: A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Ed: Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 1999.

PALMA, Monique; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **Não há remédio mais singular, nem mais pronto, nem que tenha as virtudes que tem a aguardente: a finalidade antisséptica da aguardente no século XVIII**. Revista Portuguesa de História, n.46, p.185-198. Coimbra. 2015.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** Planeta. 2.ed. São Paulo, 2017.

REIS, Liana Maria. **Mulheres do ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerias do século XVIII**. Revista Departamento de História, v.8, p.72-85. Belo Horizonte, 1989.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; FIORI, Marlon Marcel; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. **A Calcografia do Arco do Cego e a disseminação de saberes no Império português no final do século XVIII e início do século XIX**. CONFLUENZE; Vol. 6, No. 1, 2014, pp. 48-60, ISSN 2036-0967, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

SCARANO, Julita. **Bebida Alcoólica e sociedade colonial. In: Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. Org: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. Hucitee. São Paulo, 2001.

SILVA, Valquiria Ferreira da**. De cabeça de porco à bebida de negro: um estudo sobre a produção e consumo da aguardente nas Minas Gerais no século XVIII**. UFMG, Belo Horizonte, 2015.

TRINDADE, Alessandra Garcia**. Cachaça, um amor brasileiro**. Melhoramentos, 2. Ed, São Paulo, 2006.

VALADARES, Virgínia**. O consumo de aguardente em Minas Gerais no final do século XVIII: uma visão entre os poderes metropolitano e colonial**. In: Álcool e drogas na história do Brasil. Org :CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto. PUC Minas, São Paulo,2005.

WEIMANN, Erwin. **Cachaça, a bebida brasileira**. Terceiro Nome, São Paulo, 2006.

CAPÍTULO 5

RECURSOS FORESTALES Y CAMBIO TECNOLÓGICO. UN ENSAYO ACERCA DE LAS PRESIONES SOBRE LOS BOSQUES DE INGLATERRA ENTRE ISABEL I Y CARLOS I

Data de submissão: 08/11/2023		*Data de aceite: 02/01/2024*

Marcos Andrés Pascal
Universidad Nacional del Litoral (UNL)
Santa Fe, Argentina
https://orcid.org/0000-0001-8124-3466

RESUMEN: hacia mediados del siglo XVI, Inglaterra aumenta su consumo de madera. El comercio, las fuerzas armadas, la industria y el crecimiento poblacional generan diferentes presiones sobre los bosques. La monarquía va a responder con políticas forestales inconsistentes, que van desde la limitación a la venta generalizada de derechos de tala. A finales del siglo XVII, la mayor parte del consumo de madera como combustible se sustituye por carbón, excepto en un sector: la producción de hierro. Junto con la fabricación de buques de guerra, las ferrerías siguieron abasteciéndose de bosques. A partir del análisis de un edicto real, promulgado por Isabel I en 1563, que prohíbe los *bloomeries* (un tipo específico de horno de hierro) en Furness, Lancashire, este artículo investiga las consecuencias ecológicas y tecnológicas de la sustitución de los *bloomeries* por altos hornos en ese país.

PALABRAS CLAVE: bosques / hierro / cambio tecnológico / Inglaterra / siglos XVI y XVII

FOREST RESOURCES AND TECHNOLOGICAL CHANGE. AN ESSAY ABOUT THE PRESSURES ON ENGLAND'S FORESTS BETWEEN ELIZABETH I AND CHARLES I

ABSTRACT: towards the middle of the sixteen century, England increases its consumption of wood. Trade, armed forces, industry and population growth generate different pressures on forests. The monarchy will respond with inconsistent forestry policies, from the limitation to the widespread sale of timber rights. By the end of the seventeen century, most consumption of wood as fuel is replaced by coal, except in one sector: iron production. Along with the manufacture of warships, ironworks continued to stock up on forests. Starting from the analysis of a royal edict, promulgated by Elizabeth I in 1563, which prohibits bloomeries (a specific type of iron furnace) in Furness, Lancashire, this paper researches the ecological and technological consequences of the replacement of bloomeries by blast furnaces in that country.

KEYWORDS: forests / iron /technological change / England / 16th and 17th centuries

1 I INTRODUCCIÓN

Si bien podemos encontrar referencias al hierro y el acero en autores tan tempranos como Aristóteles (Smith, 1964), los primeros historiadores del hierro fueron, generalmente, personas interesadas en su fabricación. Aquí se cuentan los escritores de tratados imbuidos por una curiosidad propia del Renacimiento, que buscaron difundir los conocimientos resguardos por los artesanos. Luego, la producción a gran escala de hierro y acero a partir de la Revolución Industrial incentivó a los fabricantes de hierro a traducir antiguos escritos y realizar investigaciones históricas para revelar los secretos del oficio perdidos en el tiempo, aquellos que los manuales no pudieron transmitir, y que solo aparecen con el pasaje de la teoría a la práctica.

Influenciada quizá por primeras estas investigaciones, la historiografía tradicional consideró al período entre 1550 y 1635 como la primera etapa de auge de la producción de hierro en Inglaterra. Este período iniciaba con el aumento de los altos hornos y de su producción, y finalizaba con una supuesta crisis, atribuida a los altos costos del combustible (carbón vegetal) a causa del agotamiento de los bosques. El paso al carbón mineral (convertido en coque para eliminar sus impurezas) era visto como la salida del gran letargo de esta industria, y como la transición hacia una nueva etapa. Era una explicación centrada en el cambio de tecnología.

Desde la segunda mitad del siglo XX, ciertos historiadores británicos retomaron el tema, pero alejándose de las explicaciones que ponían el acento en la tecnología. Recurrieron a suposiciones sobre el funcionamiento de los hornos o de la falsa impresión de parte de los contemporáneos (como la mala fama de la industria del hierro en períodos de escasez), suposiciones que demostrarían la existencia de la madera suficiente para poder operar (Cleere y Crossley,1995), o bien emplearon escritos de época para demostrar que el uso del carbón mineral ya se había descubierto antes que Darby, pero que sin embargo no se utilizó porque realmente no era necesario (Hammersley,1973) (y por lo tanto que no existía ninguna crisis de abastecimiento de maderas). El declive de la fabricación de hierro era explicado por las mejores condiciones sociales que los fabricantes de los países rivales disponían: Suecia por ejemplo, tenía maderas, mano de obra y transporte baratos, al igual que un mineral de gran calidad, que le daban una mayor ventaja sobre la producción inglesa. La competencia extranjera, por sus condiciones socioeconómicas más favorables, habría puesto en jaque al hierro inglés.

Estos escritos tienen su razón de ser en los análisis de la historia económica a partir de la interacción de los factores de producción (tierra, capital, trabajo), y la creencia de los economistas de que la tecnología es generalmente accesible a los usuarios, por lo cual no necesita ser explicada (Landes, 1980).

Sin embargo, en ese mismo período, pero al otro lado del Atlántico, algunos historiadores y economistas estadounidenses llegaron a conclusiones diferentes. Esto se

debió, al menos en parte, al papel geopolítico de Estados Unidos, y su liderazgo en la transferencia tecnológica hacia los países considerados "subdesarrollados", que implicó conocer las características de las sociedades receptoras. Con el tiempo, las concepciones simplistas de los factores de producción tuvieron que ser reemplazadas por otras que tuvieran en cuenta el funcionamiento interno de la tecnología y dieron lugar a análisis más complejos: los estudios del cambio tecnológico (Rosemberg, 1979).

El siguiente trabajo se basa, como el título lo indica, en una combinación de la historia ecológica y el cambio tecnológico: con respecto a la historia ecológica, se busca dar un anclaje social más amplio a la historia del hierro tradicional, y al mismo tiempo, se intenta ver ese paisaje a través del cambio tecnológico, distanciándose una historia de la tecnología meramente descriptiva; la descripción de la tecnología sólo se utilizará para explicar cuestiones socialmente relevantes, aquellas que condicionan las decisiones de los actores sociales. Además sostendremos, como premisa, que el cambio tecnológico no necesariamente implicó una mejora.[1] Desde la visión tradicional, sabemos que el alto horno reemplaza al *bloomery*, es decir, conocemos (o creemos conocer) las ventajas del alto horno; ahora nos centraremos en aquello que las visiones simplistas de la tecnología no tienen en cuenta: sus desventajas.

En cuanto a metodología, esta es una investigación eminentemente bibliográfica, que rastrea y coteja las explicaciones y análisis de fuentes de otros historiadores. A su vez, se incorporan también algunos trabajos centrados en la arqueometalurgia (análisis físico-químicos de materiales arqueológicos). En ese sentido, la objetividad y la certeza de la arqueometalurgia nos pueden ayudar a iluminar la cuestión, determinando con exactitud las cualidades del hierro producido por los *bloomeries*, y su diferencia con el material proveniente de los altos hornos.

2 | EL SIGLO XVI Y EL INCREMENTO DEL CONSUMO DE MADERA

Desde la segunda mitad del siglo XVI, los recursos naturales de Inglaterra empezaron a explotarse con mayor intensidad (Hammersley, 1960). Aparentemente, la población de Inglaterra y Gales aumentó de dos millones a mediados del siglo XV a más de nueve millones hacia finales del siglo XVIII; a este aumento de la población nativa se le sumaron los emigrados de los Países Bajos. Muchos de ellos eran artesanos y se dedicaron a actividades industriales (Colson, 2011). La inmigración francesa, finalizada hacia mediados del siglo XVI, es reconocida como la responsable de introducir el alto horno en Inglaterra (Cleere y Crossley, 1995). Entre mediados de ese siglo y mediados de la tercera década del siglo XVII, estaría el primer auge de la fabricación de hierro inglés, visible en el crecimiento del número de los altos hornos y de su producción desde mediados

1 Entre las mejoras que posibilitaba el alto horno se cuentan una mayor productividad, es decir un mayor rendimiento del metal obtenido, que permitía aprovechar yacimientos de hierro de baja ley (es decir permitía usar piedras que contuvieran poco hierro) y mayor volumen de producción.

del siglo XVI. El alto horno, a diferencia del *bloomery*, permitió procesar minerales de hierro de menor calidad, posibiliando que la producción de hierro se expandiera más allá de su núcleo original (Sussex y Kent): ahora se empezaban a explotar fuentes de mineral previamente inutilizables, aumentando la productividad del proceso (Pluymers, 2016). Las industrias del hierro, el plomo, el estaño y el cobre consumieron extensas cantidades de bosques: en un año cada horno quemaba el equivalente a cuatro kilómetros cuadrados de bosque (Colson, 2011).

El mencionado aumento poblacional, junto con el crecimiento de la industria, del comercio (mediante la construcción de barcos mercantes) y las necesidades militares (buques de guerra y cañones de hierro fundido) generaron diferentes presiones sobre los bosques. Reemplazar la madera por el carbón mineral tenía sus complicaciones: al quemar el carbón mineral se libera azufre, y esto arruinaba el pan, la cerveza, y otros productos (como el hierro) cuando entraban en contacto con el gas. Además el olor del azufre es desagradable, y se prefería la madera como calefacción en hogares y edificios. Los fabricantes de vidrio fueron los primeros artesanos en utilizar el carbón en reemplazo de la madera a principios del siglo XVII. Al finalizar esa centuria, la gran mayoría de la madera usada como combustible (casas e industrias) había sido reemplazada por el carbón mineral; excepto en la producción de hierro (Colson, 2011). Junto a la fabricación de buques de guerra, las ferrerías continuaron abasteciéndose de los bosques.

Con el incremento de los precios, la corona se encontró en una encrucijada: aumentar sus ingresos o apoyar la defensa nacional. Lo más rentable hubiera sido deforestar los bosques y convertirlos en tierras de cultivo arrendables, pero eso iba en contra de los intereses de los agricultores, los industriales y la Marina (Hammersley, 1973). En los hechos, los reyes oscilaron entre la defensa nacional (mediante la protección de la madera para barcos) y un pragmatismo en pos de liquidez (que se obtenía vendiendo derechos de tala).

Según Robert Albion (1925), el inicio del consumo intensivo de madera comenzó en 1535, con la confiscación de las propiedades de la Iglesia católica, durante el reinado de Enrique VIII. Estos terrenos incluían bosques, muchos de los cuales eran talados por los nuevos compradores para recuperar la inversión. Durante el reinado de Eduardo VI hubo intentos por proteger la madera destinada a la construcción de barcos para la Marina Real. Al inicio de su reinado, Isabel mostró un gran interés en la protección de los bosques que, no obstante, más tarde compensó con generosos derechos de corte. Las primeras alarmas por la escasez de madera aparecieron bajo su reinado. Si Isabel había vendido licencias para cortar maderas en los bosques reales, Jacobo I y su hijo extendieron esa modalidad (Albion, 1925). En los hechos, las decisiones políticas de estos reyes oscilaron entre la defensa de los bosques a la venta indiscriminada de los derechos de tala. Esta falta de coherencia debe entenderse en un contexto en el cual el bosque era considerado como un recurso económico por los diferentes actores sociales, incluida la corona, y donde

esta última terminó apoyando a determinado sector (o lo que es lo mismo: siguiendo o no abiertamente sus propios intereses) de acuerdo con la situación.

El reinado de Isabel I es particularmente importante puesto que en 1563 promulgó un decreto real que "…abolía los 'bloomeries' o 'herrerías de hierro' en Furness en Lancashire, en cumplimiento de una petición de los habitantes, 'porque consumían todos los trocitos y las cosechas, la única comida de invierno de su ganado'" (Swank, 1892, p. 50). Más allá del alcance de este decreto, su importancia radica en aquello que podría indicar: este fragmento nos muestra a los habitantes del lugar enfrentados con los *bloomeries*. Al mismo tiempo abre un gran interrogante: si Isabel prohibió los *bloomeries* pero no los altos hornos, ¿existió alguna diferencia en el impacto de éstos en los bosques?, o mejor dicho, ¿había diferencia entre las maderas que cada uno utilizaba? Por lo tanto, el edicto es un buen punto de entrada al problema, y una fuente que retomaremos más adelante.

Además, el documento citado muestra al *bloomery* consumiendo los mismos recursos que los habitantes cercanos a los bosques. Sin importar si los afectaba más o menos que el alto horno, sostendremos que los *bloomeries* utilizaban leña pero no madera. Esta es una diferenciación categórica: no significa que sólo se hubiera podido usar leña en los *bloomeries* (tranquilamente podemos talar grandes árboles para obtener fragmentos más pequeños), lo que sí implica es que en tiempos de escasez se podría haber producido hierro con ramas y no con madera. Por lo tanto, la principal hipótesis de este trabajo es que la utilización del *bloomery* en la producción de hierro hubiera posibilitado (si los actores así lo hubieran querido) un menor impacto sobre los bosques de Inglaterra, liberando la presión sobre las maderas de mayores dimensiones, o lo que es lo mismo, liberando la presión sobre la madera destinada a fines navales (y por lo tanto, liberando la presión sobre el abastecimiento de la Marina Real y de la flota mercante, y derivado de esto, disminuyendo los límites del poder naval, la defensa nacional y el desenvolvimiento del capitalismo mercantil).

Lo que se propone a continuación es una forma diferente de considerar el problema de la posible escasez inglesa de madera para la producción de hierro a partir de mediados de la década de 1630: los autores clásicos mencionan que después de esta fecha las ferrerías (establecimientos dedicados a la producción de hierro) tuvieron el acceso suficiente a la madera para poder operar sin problemas durante los próximos 150 años. Pero si dejamos de ver cantidades de madera y pensamos en clases de madera podremos tener un panorama más amplio de esa realidad. Es decir, la justificación de la hipótesis se basa en la identificación dos grupos de actores compitiendo por los recursos forestales: aquellos que consumían leña y los que consumían maderas de mayores dimensiones, siendo estas últimas las implicancias sociales más serias. Ya identificamos un hipotético primer grupo de actores que recurrían a un tipo específico de madera: el común de la población y los hornos *bloomeries* como consumidores de leña. Por oposición, el alto horno debería pertenecer a otra categoría. El principal problema del alto horno que usaba carbón

vegetal era la madera: el aumento de altura en estos hornos limitó el tipo de madera que se podía emplear para hacer carbón. Ahora bien, los historiadores que intentaron limitar el factor tecnológico sostuvieron todo lo contrario, como en el caso de Henry Cleere y David Crossley:

> Las “maderas pequeñas” utilizadas para el carbón vegetal fueron cortadas de coppice[2] jóvenes después de 7 a 12 años, o “top and lop”[3], ramas cortadas de árboles más grandes. En el alto horno era una clara desventaja el suministro de carbón vegetal fabricado con madera de más de unos 5 a 6 cm de diámetro, ya que cuanto mayor es el tamaño, más probable es que el carbón se reduzca a polvo, ya sea durante el tránsito o sujeto a la carga en el horno (Cleere y Crossley, 1995, p. 133).

A continuación de este fragmento los autores sostenían que las maderas más grandes podían utilizarse para otros fines, como la leña, carpintería, construcción o en los astilleros (Cleere y Crossley, 1995). Justificaban el bajo impacto ambiental reduciendo el tipo de leña que podía usarse para el alto horno. Sin embargo, su argumento podría contrarrestarse con las siguientes afirmaciones: primero, si se busca que el carbón no se rompa, ya sea por transporte o por el peso de la carga en el horno, no se recurrirá a maderas pequeñas, sino a maderas que sean lo más grande posible, y que de todas formas se dividirán en fragmentos más pequeños por el uso. Segundo, y más importante, el alto horno requiere llegar a una temperatura de trabajo extremadamente elevada, lo suficiente para fundir el hierro (el punto de fusión de este material es de 1538 °C), y para lograrlo se requerían dos condiciones: largas horas de “cocción” y muchísimo aire (mientras más aire más temperatura se puede alcanzar). Las maderas de menor tamaño, es decir, el carbón más chico, siempre se consumirá más rápido que uno de mayor tamaño (es decir “dará” calor menos tiempo). Con relación a la circulación del aire, el carbón más chico no permite una buena circulación de aire, es más lo obstruye. Si este análisis no es suficiente, es posible complementarlo con las menciones a las decisiones de los reyes al respecto:

> Durante los reinados de Elizabeth y James I, y aún más bajo Charles I, hubo una alarma creciente sobre la situación, por lo que la industria del hierro se redujo en interés de la Marina. En los primeros años del reinado de Elizabeth, a los trabajadores del hierro se les prohibió cortar árboles de más de un pie de diámetro a menos de veinte millas del mar, pero esto hizo poco para controlar “la gran pérdida de madera de roble del condado de Sussex apta para la construcción de barcos” (Albion, 1925, p. 117).

Veinte millas era la distancia máxima que se estimaba rentable para el transporte terrestre de madera, más allá de esta distancia se volvía extremadamente costoso. Pero lo más interesante radica en el tipo de limitaciones que se imponían a los productores de

---

2 Coppice: era una técnica según la cual algunos árboles se talaban y otros se dejaban crecer. En la tala se dejaba un tocón para que surgieran nuevos brotes, y pudiera talarse dentro de una determinada cantidad de años. Implicaba el cercamiento del área para evitar que el ganado se comiera los brotes que surgían del tocón.

3 *Top and lop*: en la terminología forestal inglesa corresponde a la copa y las ramas de un árbol, diferenciándolas de la madera del tallo principal.

hierro: no podían cortar árboles mayores a un pie de diámetro (es decir más de 30 cm) sólo en las áreas de los bosques cercanas a la costa; más allá de esa distancia eran libres de deforestar todo lo que hubieran necesitado. Estas razones ameritan colocar al alto horno dentro de los consumidores de maderas grandes, por lo cual, eran una amenaza para los astilleros reales, situación que se describirá a continuación.

3 I LA ROYAL NAVY Y EL PROBLEMA DE LA MADERA DE BARCO

Como Robert Albion argumenta, los ingleses creían que cuando los bosques de Inglaterra ya no pudieran suministrar madera de barco, su poder marítimo se vería amenazado. Por esta razón, los barcos de la Marina Real debían construirse con árboles ingleses, específicamente con el roble inglés. Sin embargo, este es un árbol de lento crecimiento, alcanzando el período de madurez entre los 80 y los 100 años de edad, cuando el tronco del árbol alcanza un diámetro de 15 a 18 pulgadas (o de 38 a 48 cm). Más allá de ese período de tiempo, la planta corría riesgos de deteriorarse. Era un problema fundamental para la fabricación de barcos de línea, donde muchas de sus piezas tenían que realizarse a partir de robles de más de 20 pulgadas de diámetro (50 cm), con al menos 150 años de edad (Albion, 1925). Además de los requerimientos de árboles grandes, la fabricación de barcos implicaba el uso de maderas curvadas específicas para la realización de las diferentes piezas (*compass wood)*. Ambos requisitos (árboles grandes y maderas torcidas) demandaban un uso extensivo de los bosques.

De acuerdo con este autor (Albion, 1925), los bosques reales sólo proporcionaron una pequeña parte de la madera necesaria para fabricar y reparar los barcos, como consecuencia de una mala política forestal (venta de concesiones a ferrerías y corrupción por parte de los oficiales forestales). La mayoría de la madera provenía de fincas privadas. Es cierto que muchas de ellas pueden haber estado dentro de los límites de las leyes forestales, ya que:

> En la terminología legal inglesa, un bosque no era ni más ni menos que un pedazo de tierra precisamente delimitado… y designado como bosque por la corona. Era la forma de reserva real más privilegiada, una franquicia legal donde la ley forestal tenía prioridad sobre la ley común y la excluía en parte. No era necesario que la corona poseyera tierras en un bosque ni que contuviera un solo árbol… Se requería permiso para cercar o arar tierras abiertas y talar árboles o arbustos incluso en tierras de propiedad privada (Hammersley, 1960, pp. 85-86).

En compensación, los derechos comunales eran interpretados generosamente, y cuando no afectaban los objetivos del coto de caza,

> … en el bosque se pastoreaban grandes manadas de ganado y caballos y se criaba una gran cantidad de cerdos, dentro de límites muy amplios, suministraba madera gratis para edificios, herramientas y reparaciones, y combustible gratis para todas las casas y hogares antiguos (Hammersley,

1960, p. 86).

Pero también es cierto que hacia el siglo XVI las leyes forestales eran relativamente leves y muy raramente se aplicaban, en comparación con los demás países de Europa, o la misma Inglaterra del siglo XIX. Si bien las leyes se conocían, su objetivo había cambiado: ahora servían para regular el uso de los privilegios forestales tradicionales, prevenir excesos y excluir a los forasteros. Bajo Carlos I, las leyes forestales protagonizaron un despertar. La toma de conciencia frente a la deforestación decantó en una solución conservadora: el reforzamiento de las leyes forestales permitiría realizar multas más grandes, y efectuadas con más regularidad, aliviando las presiones sobre los bosques y generando ingresos extraparlamentarios adicionales. Como resultado, entre 1632 y 1640 la ley forestal se aplicó a un área mayor de los límites establecidos (justificados con la aparición de dudosos documentos sin fechar que ampliaban la extensión del bosque y que muchas veces abarcaban fincas privadas) y sus multas se impusieron con más dureza. La ley y los bosques se sacrificaron por el éxito fiscal (Hammersley, 1960).

Más allá de las implicancias de este resurgimiento de las leyes forestales con respecto al aumento de la extensión geográfica de los bosques, la mayor parte de la madera de barco provenía, como dijimos, de las plantaciones privadas. Y si la corona no podía deforestar libremente para arrendar las tierras, los propietarios privados sí estaban en condiciones de hacerlo. En gran parte, los bosques de Inglaterra estaban formados por árboles replantados; en el caso de las fincas privadas esto significaba que era el nieto o el bisnieto del que el plantaba el árbol quién cosecharía los beneficios, que según Albion equivaldrían al 5% de la renta de la tierra por año. Se requería un gran autocontrol, sentido de pertenencia nacional y patriotismo para esperar 100 o 150 años para talar un árbol. Vender antes de tiempo a un productor de hierro podía resultar tentador. Pero muchas veces se daba el caso contrario: el roble también se cultivaba con fines ornamentales, y un patio de robles viejos era símbolo de continuidad familiar. Respecto a la tala prematura, varios motivos intervenían: en primer lugar, vender los robles podía cubrir la compra de una propiedad; segundo, las épocas de escasez de alimentos las arboledas se veían amenazadas ante la subsistencia de la población; tercero, la edad de un árbol no garantizaba que la Marina Real lo comprara (si la madera estaba podrida o con desperfectos no servía para los fines navales); y cuarto, arrendar la tierra siempre era más rentable que esperar 100 años sin recibir ingresos (Albion, 1925).

Con respecto a los principales competidores por las maderas grandes, tanto en las propiedades privadas como en los bosques reales, entre ellos se encontraban la producción de hierro y la fabricación de barcos mercantes. Si bien las maderas de estas embarcaciones eran de escaso escantillón (es decir que las medidas de las maderas que se necesitaban eran más chicas) fomentaban por esa razón el corte prematuro de los robles, y requerían un elevado suministro a causa de la cantidad de naves en circulación;

en 1790, por ejemplo, cuando la Marina tenía cerca de 300 barcos con un tonelaje total de 391.450, en el registro británico figuraban 15.111 barcos con un tonelaje de 1.460.823. Aunque sobre los constructores de barcos mercantes también pesaba el prestigio del roble inglés, por razones de economía recurrieron mucho antes que la Marina a la madera extranjera (Albion, 1925). Un sector que llegó a competir directamente por los robles de antigüedad fue la Compañía de las Indias Orientales:

> … eran verdaderos buques de guerra, muy sólidos, y con frecuencia iguales en tamaño a una pequeña nave de línea. El gasto no fue una consideración importante en su construcción, y los constructores a menudo superaban la oferta de la Marina por la madera más selecta. En varias ocasiones, se ordenó a la Compañía de las Indias Orientales que redujera el tamaño de la madera utilizada en sus barcos, y en 1771 se le ordenó suspender la construcción hasta que su tonelaje se redujera a un nivel específico; sin embargo, la oferta naval sufrió constantemente esa rivalidad (Albion, 1925, p. 116).

Como podemos ver, las presiones sobre las maderas grandes, reivindicadas como propias por la Marina Real, eran muchas, e incluso provenían del propio Estado: las fortificaciones del Ejército o la construcción de puentes y muelles suponían también actividades de tala. Mediante una perspectiva más amplia de los bosques, una que incluyera a los actores interesados por su explotación, pudimos desmentir ese uso equilibrado de los recursos que otros historiadores quisieron creer. Ahora queda por ver qué hubiera pasado si no se hubiera implementado el cambio tecnológico, o dicho de otra forma, estimar las consecuencias del cambio tecnológico efectuado con el paso del *bloomery* al alto horno.

4 I LAS CONSECUENCIAS AMBIENTALES Y TECNOLÓGICAS DEL CAMBIO TECNOLÓGICO: UNA MIRADA DESDE LA ARQUEOMETALURGIA

El *bloomery* es un tipo de horno que produce hierro mediante lo que se denomina método directo, ya que el producto que sale de este horno es efectivamente el hierro. En contraposición, el alto horno no produce hierro, sino un material diferente llamado fundición (una mezcla del hierro con el carbón vegetal). El problema de la fundición es que no se puede forjar (calentar el metal para darle forma con un martillo), y para obtener las piezas deseadas se debe verter en moldes (como en el caso de los cañones o los calderos).

Para convertirse en hierro, la fundición debe “refinarse”; durante el período en cuestión, y hasta fines del siglo XVIII, esto se traducía en quemar el exceso de carbón del hierro para poder así obtener un material que los herreros pudieran trabajar. Aquí aparecen dos cuestiones más: a diferencia del método directo (*bloomery*), en el método indirecto (alto horno) el hierro se derretía, necesitando para ello más temperatura (y más madera). Además requería dos hornos para producir hierro; el alto horno propiamente dicho y la forja para convertir la fundición en hierro.

A simple vista diríamos que el alto horno duplica la cantidad de madera implicada en la fabricación de hierro. Pero lo que queda por ver es qué tipo de madera utilizaba

el *bloomery*. Una buena fuente de información es un estudio minero metalúrgico sobre el horno de reducción directa (método directo) encontrado en Aliseda, España (Pavón Soldevila et al*.,* 2017). Mediante análisis de la cerámica circundante este horno se fechó entre el siglo VII y el siglo V antes de nuestra era. Pero lo que resulta relevante para los fines de este trabajo son los resultados que arrojó el análisis de las muestras de carbón alrededor del horno: "… parece reiterarse en La Pastora el predominio del grupo de fragmentos indeterminables (37,79%), seguido del uso mayoritario de la madera de brezo (Erica sp.) (27,91%) y, en menor medida, del olivo/acebuche (Olea europea) (14,53%)…" (Pavón Soldevila et al., 2017, p. 345). Más adelante agregan:

> Las principales especies utilizadas (brezo y acebuche/ olivo) apoyan la idea del proceso selectivo. Los estudios etnográficos y las fuentes históricas indican reiteradamente que ambas especies fueron algunas de las más estimadas y utilizadas en la fabricación de carbón con un destino siderúrgico tradicional hasta el siglo XIX en el territorio peninsular… (Pavón Soldevila et al., 2017, p. 347).

La mayoría de los restos de carbón correspondían al brezo y al olivo. Respecto al primero, no es un árbol sino un arbusto, y como tal no puede considerarse que su uso afectara el suministro de grandes maderas (pero sí la provisión de combustible). En cuanto al olivo, es poco probable la tala de un árbol frutal para ser utilizada como combustible, más aún si lo situamos en las regiones poco aptas para la agricultura de Vizcaya y Guipúzcoa, las principales regiones dedicadas a la siderurgia. La producción española de hierro contemporánea al alto horno de carbón vegetal (es decir entre mediados del siglo XVI y finales del siglo XVIII) era fabricada mediante la farga catalana, una variante del *bloomery*; que estos hornos pudieran emplear sólo leña (ramas de arbustos y olivos) no equivale a negar la existencia de una crisis de combustible, pero sí puede corresponder a un menor impacto de la siderurgia en la región, una región (el País Vasco), que fue exportadora de hierro producido con carbón vegetal hasta fines del siglo XVIII.

En definitiva, lo que muestra el estudio arqueometalúrgico es la posibilidad de utilizar madera de menores dimensiones que permitía el *bloomery.* Pero si nos centramos en un caso concreto podremos entender su importancia social. Para el ámbito del Bajo Deva, en Guipúzcoa, Gema Florido Trujillo (2004) afirma que el término trasmocho[4] (lo que podríamos describir como el equivalente español al *coppice* inglés) aparece en la documentación en fechas bastante recientes; de hecho, los árboles trasmochos, específicamente destinados a la producción de carbón vegetal, se extendieron en Guipúzcoa recién en el siglo XVII. Por lo tanto, esta tecnología no implicaba necesariamente un uso más "ecológico" de los bosques, pero sí permitía que este uso fuera posible, principalmente en contextos de escasez.

Estas conclusiones para el caso español adquieren más relevancia para entender el *bloomery* inglés si volvemos sobre el decreto de Isabel. Un artículo de H.S. Cowper

4 Trasmocho: Estos árboles se cortaban bajos y tardaban entre 12 y 15 años en volver a crecer. Se aprovechaban exclusivamente para producir carbón vegetal.

ofrece mayor información al respecto: el año parece ser 1564 (el séptimo año de reinado de Isabel) y da la ubicación de donde pudo leer una transcripción completa del documento. La prohibición era consecuencia de la destrucción de los bosques, requeridos por los rebaños de High Furness (Cowper, 1898). Sin embargo se le permitió a los habitantes la fabricación de hierro por su propia cuenta, siempre y cuando utilizaran "sólo los 'shreadings¨, 'tops', 'lops', 'underwood', 'pero no la madera'…" (Cowper, 1898, p. 97). Específicamente, top and lops indicaba el corte de las ramas de un árbol pero no su tronco, y underwood son los arbustos; de esta manera, el edicto demuestra que los *bloomeries* ingleses podían funcionar con ramas y arbustos, y no requerían necesariamente maderas grandes. El menor impacto en los bosques estuvo determinado, al final, por la autoridad real.

Con relación a la calidad del hierro del alto horno, algunos autores lo creyeron que su calidad sólo era levemente inferior a la del hierro especial, importado para la fabricación de anclas y aceros especiales (Hammersley, 1973). Incluso si no se enfatiza este aspecto, se menciona que las importaciones de hierro especial son mínimas en el conjunto de las exportaciones, rebajando la importancia y la función que pudieran cumplir. La visión de los contemporáneos respecto a las anclas españolas muestra algo distinto:

> son muy suaves, [lo que permite que] les echen larga el asta, con lo qual hacen buena presa; y no la haze el ancla de Flandes, que por ser el fierro muy agro con peligro de romper por el asta, al hazer fuerza el cabrestante para lebarla, le hazen el asta muy gruesa y corta, y también la Cruz, porque assi no rompa y tenga peso para hazer presa (Tomé Cano, 1611, como se citó en Carrión Arregui, 1995, p. 200).

En la cita anterior aparece una gran diferencia entre el hierro español y el de Flandes (realizado con una tecnología equiparable a la inglesa). Si consultamos estudios arqueometalúrgicos (cfr. Auladell Marquès y Simon Arias, 2015) comprobaremos que el hierro español (es decir obtenido mediante el método directo) presenta grandes diferencias respecto al del alto horno, confirmando la afirmación de la cita. La razón era que se trataba de materiales diferentes; el método directo se acerca bastante al hierro puro, caracterizado por su ductilidad (la capacidad de resistir presiones al deformarse sin romperse); en cambio, el hierro del alto horno era una aleación: al fundirse, las cualidades del metal son afectadas por los demás componentes presentes en la mezcla. El carbón utilizado para derretir el hierro volvía más duro pero también más quebradizo al material resultante. Lo mismo pasaba con el fósforo, presente muchas veces en los yacimientos ingleses: al mezclarse con el hierro, lo volvía frágil. Por ejemplo, durante el siglo XVIII, el almirantazgo inglés exigió que las anclas de los barcos de la Marina Real se fabricaran con hierro sueco o preferiblemente español (Ciarlo et al., 2011). En resumen, además de la altura, la principal diferencia entre el *bloomery* y el alto horno era la temperatura que utilizaban: la mayor temperatura del alto horno hacía necesaria maderas más grandes (que ardieran por más tiempo y permitieran una buena circulación de aire) y también modificaba la ductilidad del hierro, al mezclarlo

con otros materiales que estaban presentes en el horno. Además, al agregarle carbón al hierro fundido hacía necesario un segundo horno que quemara al menos una parte del carbón para que sea posible utilizarlo. De esta manera, la importación de hierro especial no tenía que ver con una mentalidad medieval atenta a la calidad del producto. Era una necesidad, una condición de vital importancia a la hora de fabricar determinados artefactos sometidos a grandes esfuerzos (son conocidos los ejemplos de las anclas y las espadas, pero podrían extrapolarse estas conclusiones para otros casos, como los martinetes, las hachas o las sierras por ejemplo).

5 I CONCLUSIÓN

Desde mediados del siglo XVI el aumento del comercio, de la producción, las necesidades militares y el crecimiento poblacional incrementaron la presión sobre los bosques ingleses. Para finales del siglo XVII gran parte del consumo de madera como combustible había sido reemplazado por el carbón mineral, excepto en la producción de hierro. Mediante la consideración de un edicto real de Isabel donde se prohibieron los *bloomeries* en Furness, Lancashire, se buscó indagar las consecuencias ecológicas y tecnológicas del cambio tecnológico que significó el paso de estos *bloomeries* a los altos hornos. Se estableció una categorización de acuerdo con el tipo de madera que podrían haber consumido, colocando a los *bloomeries* dentro del consumo de leña y en competencia con el común de la población (una competencia aliviada por el uso del carbón mineral como combustible de uso hogareño), y a los altos hornos en competencia con las grandes maderas, principalmente con la Marina Real.

La corona, como un actor más dentro de la competencia por los recursos, y en un contexto de aumento de precios y de los gastos estatales, buscó sacar el mejor provecho a sus bosques. La opción más rentable hubiera sido desmontar gran parte de los bosques reales para convertirlos en tierras arrendables; sin embargo esto atentaba contra los intereses de la población y la defensa nacional (y la particular fusión de ambos en el desarrollo del capitalismo mercantil inglés). Dentro de esta última, los productores de hierro (donde una parte de la producción eran cañones y municiones para la corona) y la Armada Real tenían una gran dependencia de los recursos forestales. En los hechos, los reyes oscilaron entre la defensa de la madera naval y la venta de los derechos de tala. Esta tendencia iniciada por Isabel fue acentuada por Jacobo y Carlos I; este último, entre 1632 y 1640 revivió la aplicación de las leyes forestales como una fuente extraparlamentaria de ingresos.

Finalmente, recurrir a estudios arqueometalúrgicos, en combinación con escritos de la época, permitió establecer diferencias ecológicas y tecnológicas entre el *bloomery* y el alto horno: el *bloomery*, por su menor tamaño y la temperatura más baja con la que trabajaba, podía utilizar maderas pequeñas, específicamente ramas y arbustos, provenientes de

árboles seleccionados para tal fin (*coppice) y* dejaba abierta la posibilidad de usar los árboles de mayor edad para otros fines, principalmente para aquellos considerados de vital importancia, esto es, la fabricación de barcos de la Marina Real, seguido de la flota mercante y la construcción de edificios. En el edicto de 1563 (o 1564) se prohibieron los *bloomeries* porque los cercados que requería el *coppice* limitaban la disponibilidad de pastos para el ganado (el conflicto no evidencia un conflicto por la madera pero sí por la explotación del bosque). El *bloomery* también producía un hierro de mayor calidad que el alto horno, por lo cual era necesario la importación de ciertas cantidades de hierro especial para solucionar los límites tecnológicos impuestos por el uso del alto horno, límites que, lejos de obedecer a una mentalidad medieval, respondían al estado de desarrollo de la tecnología en cuestión. Al ignorar la mala calidad del hierro y el problema del abastecimiento de madera, algunos historiadores terminaron "trasplantando" en el siglo XVI una tecnología que sólo llegó a ser tal en el transcurso de los dos siglos siguientes. Un mayor impacto forestal y hierros deficientes demuestran, a fin de cuentas, que el cambio tecnológico no implicó necesariamente una mejora.

REFERENCIAS

Albion, R. G. (1925). ***Forest and sea power: The timber problem of the Royal Navy 1652-1862.*** Harvard University Press.

Auladell Marquès, J. y Simon Arias, J. (2015). Metalurgia medieval aplicada a la construcción: Las rejas góticas de la Catedral de Barcelona. *Arqueología de la Arquitectura,* 12, 1-15.

Carrión Arregui, I. M. (1995). **Tecnología tradicional y desarrollo de una industria pesada: la fabricación de anclas en Guipúzcoa (siglos XVI-XVIII).** *Revista de Historia Industrial,* 7, 199-214.

Ciarlo, N., De la Rosa, H., Elkin, D., Svoboda, H., Vainstub, D. y Diaz Perdigero, L. (2011). **Tecnología constructiva de anclas del siglo XVIII. Análisis de una pieza hallada en cercanías del naufragio Swift (1770), Puerto Deseado, provincia de Santa Cruz.** En S. Bertolino, R. Cattaneo y A. Izeta, (eds.), *La arqueometría en Argentina y Latinoamérica* (pp. 265-271). Universidad Nacional de Córdoba.

Cleere, H. y Crossley, D. (1995). ***The Iron Industry of the Weald.*** Merton Priory Press.

Colson, M. (2011). **Natural resource scarcity and adaptive states: the desire for individual freedom versus the need for governmental control.** [Tesis, School of Advanced Air and Space studies. Air University].

Cowper, H. S. (1898). **Excavations at Springs Bloomery (Iron Smelting Hearth) Near Coniston Hall, Lancashire, with Notes on the Probable Age of the Furness Bloomeries.** En *Archaeological Journal,* 55(1), 88-105.

Florido Trujillo, G. (2004). **Uso social y evolución del bosque atlántico. Pasado y presente en ámbito del Bajo Deba Guipuzcoano.** En *Papeles de Geografía,* 39, 59-80.

Hammersley, G. (1960). **The revival of the forest laws under Charles I.** En *History,* 154(45), 85-102.

Hammersley, G. (1973). **The Charcoal Iron Industry and Its Fuel, 1540-1750.** En *The Economic History Review,* 4(26), 593-613.

Landes, D.S. (1980). **The Creation of Knowledge and Technique: Today's Task and Yesterday's Experience.** En *Daedalus, 109*(1), 111-120.

Pavón Soldevila, I., Duque Espino, D., Renzi, M., Rovira Lloréns, S. y Rodríguez Díaz, A. (2017). **El horno protohistórico de reducción directa de La Pastora (Aliseda, Cáceres).** En *Trabajos de Prehistoria,* 2(72), 335-354.

Pluymers, K. (2016). **Atlantic Iron: Wood Scarcity and the Political Ecology of Early English Expansion.** En *The William and Mary Quarterly*, 3(73), 389-426.

Rosemberg, N. (1979). ***Economía del cambio tecnológico***. FCE.

Smith, C.S. (1964). **The Discovery of Carbon in Steel.** En *Technology and Culture, 5*(2), 149-175.

Swank, J. (1892). ***History of the manufacture of the iron in all ages, and particularly in the United States from colonial times to 1891.*** The American Iron Steel Association.

O PALCO VIRA PALANQUE: A DIMENSÃO DA POLÍTICA NO CARNAVAL DO RECIFE (1955 -1964)

Data da submissão: 20/12/2023 *Data de aceite: 02/01/2024*

Rosana Maria dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Recife -PE
http://lattes.cnpq.br/3900261605147923

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar e problematizar a história do carnaval do Recife no período de 1955-1964. Nessa época, organizar o reinado de Momo tornou-se uma prioridade política, pois os administradores julgavam necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: 'salvar o carnaval do Recife da decadência'. A década de 1950 é um marco para historiografia que analisa o carnaval do Recife. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da cidade, através do projeto de lei de autoria do Vereador Antônio Batista de Sousa, tenta tomar para si a organização da festa. Nesse contexto, em 1955, o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei Nº 3.346, de sete de junho, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC). A lei tinha por objetivo a promoção do carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Entre as medidas propostas pela lei, foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações Carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do carnaval do Recife. Assim, nesta pesquisa analisamos as disputas políticas, sociais e as proibições às práticas consideradas subversivas, que eram comuns nos dias de Momo. Buscamos também ressaltar a resistência dos populares que se equiparavam a qualquer tipo de norma ou proibição.
PALAVRAS – CHAVE: Política, Legislação, Carnaval, Departamento de Documentação e Cultura, Recife.

ABSTRACT: This article aims to analyze and problematize the history of Recife's carnival in the period 1955-1964. At that time, organizing Momo's reign became a political priority, as administrators believed it necessary to create public policies capable of resolving an issue that had been highlighted in the city's newspapers for decades: 'saving Recife's carnival from decay'. The 1950s are a milestone for historiography that analyzes Recife's carnival. Soon after the end of the

carnival celebrations of 1955, the city's City Hall, through a bill authored by Councilor Antônio Batista de Sousa, tried to take over the organization of the party. In this context, in 1955, Mayor Djair Brindeiro sanctioned law No. 3,346, of June 7th, making the city's carnival official, which began to be organized by the Department of Documentation and Culture (DDC). The law aimed to promote carnival focused on tradition, thus preserving the frevo, maracatus and caboclinho clubs. Among the measures proposed by the law, financial aid was provided for blocks, samba schools and other Carnival associations that contributed to the animation and consolidation of Recife's carnival. Thus, in this research we analyze political and social disputes and prohibitions on practices considered subversive, which were common in Momo's days. We also sought to highlight the resistance of the people who equated themselves with any type of rule or prohibition.
KEYWORDS: Politics, Legislation, Carnival, Department of Documentation and Culture, Recife.

O CARNAVAL DO RECIFE

O carnaval durante muitos anos foi visto como uma das paixões do povo brasileiro. A festa era caracterizada por muitos historiadores e antropólogos como um símbolo da identidade nacional. Porém, nos últimos anos, o estudo da festa tem revelado a complexidade do assunto e os meandros que envolvem o desenrolar dos festejos momescos, em que os sujeitos, ou melhor, os seguimentos excluídos, reivindicavam a possibilidade de participação ativa na criação de sua própria história (DAMATTA, 1992).

O interesse da historiografia sobre as festividades carnavalescas começou a ser visto na sua amplitude, seriedade e complexidade com o desenvolvimento da história cultural, quando houve um crescente empenho pelo estudo do tema, embora, alguns historiadores, antropólogos e cientistas sociais não conseguissem, de início, ver a amplitude e a riqueza presentes nos estudos dos comportamentos, atitudes e valores existentes na festa.

Estudar a festa de Momo no Recife sobre uma ótica de um carnaval 'símbolo de identidade cultural' é perigoso, pelo risco de deixar de lado o necessário estudo dos fatos atípicos e das "normas surdas", e dos sujeitos que fazem da festa o espaço para a subversão (THOMPSON, 2001).

Rita de Cássia Barbosa de Araújo (1996), ao analisar as manifestações originadas no carnaval do Recife, afirma que essas manifestações nasceram entre as camadas populares urbanas. A festa passou a ser vista como símbolo de identidade cultural para os recifenses. Nesse contexto, ela representaria a coesão social, a síntese dos elementos étnicos formadores do tipo brasileiro: o índio, o negro e o branco. Além disso, uma das teses defendidas pela autora é que o monstro popular ano a ano estava conquistando as ruas no final do século XIX e início do século XX. O reinado de Momo da elite era vulnerável às oscilações econômicas, e isso foi um dos motivos que fez crescer na cidade do Recife o carnaval popular. O povo se utilizava de várias estratégias para consolidar o seu espaço

e principalmente para salvar o carnaval, tendo em vista que já no século XX os periódicos anunciavam: 'O carnaval declina a olhos vistos'. (ARAÚJO, 1996, p.298).

> [...] a população regia enérgica e ativamente, sobretudo o mundo dos Carnavalescos, que chegava a reunir clubes das mais diversas categorias para pressionar e exigir que os comerciantes dessem também a sua quota na festa que era pública e de todos, e da qual eles tanto se beneficiavam (ARAÚJO, 1996, p.299).

No início do século XX o tratamento da impressa e da polícia com relação aos folguedos começaram a sofre mudanças. A imprensa, que antes se utilizava de um tom sarcástico ao se referir aos folguedos, apresenta um discurso mais conciliador. Os jornais, com frequência colocavam em suas colunas diárias propostas de modificações para melhor ajustá-los ao modelo considerado "civilizado". Em 1910, pela primeira vez, os elementos das camadas pobres das agremiações foram retratados no Jornal Pequeno. Enquanto isso, a elite tentava a todo custo fazer um carnaval de rua excludente, procurando afastar-se da classe popular, mas o povo ganhou as ruas.

A polícia, o órgão público mais próximo dos populares, passou da repressão a guardiã das agremiações carnavalescas que com ela colaborassem. Essa mudança de atitude tinha um caráter político, uma vez que no século XX, o movimento operário, as greves, comícios e agitações políticas ganhavam força entre as camadas populares. Desse modo, as agremiações passaram a ser um dos canais mais eficazes para aproximar os políticos do povo (ALMEIDA, 2001; ARAÚJO, 1996).

A conquista das ruas pelo populares fez crescer os carnavais de sangue. Os anos de 1930 são marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades políticas, mas também dos empresários da época. A insegurança durante os dias de Momo era tão grande que havia agremiações que ao saírem para as ruas solicitavam antes a proteção policial.

Para Roberto DaMatta (1992,p.91), 'na rua, então, o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que uma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem'.

Diante da insegurança nas ruas durante os dias de festa, em 1930 foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE). Os argumentos que justificavam a sua criação eram que as elites estavam interessadas no progresso do Estado, e que se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do carnaval e da ordem (ANUÁRIO, 1938).

Segundo Araújo (1996), o argumento de que a Federação Carnavalesca foi criada para organizar os carnavais de sangue são genéricos. As elites locais precisavam se aproximar do povo, discipliná-los, ter o 'mostro popular' sobre seu controle. Em resumo, eles precisavam legitimar a ordem pública e fortalecer o seu poder econômico. No entanto,

além de tentar promover coesão social e dar vigor à ordem política e social dominante, a Federação tomou para si a tarefa de reelaborar e difundir símbolos da identidade cultural representativos da nacionalidade brasileira dando à questão uma dimensão regional.

Entre os anos de 1937 a 1945, a festa nos clubes do Recife foi amplamente privilegiada, em detrimento da folia nas ruas. Segundo Almeida, a tentativa de reorganizar o carnaval do Recife na década de 1930 refletem os desejos do Estado e das elites de encontrar uma saída para o reinado de Momo provinciano, que deveria 'civilizar-se. O frevo passou a ser considerado a 'alma mestiça do povo', razão pela qual a descendência branca e europeia deveria brincar o carnaval sob um ritmo nobre, moderno e civilizado. O frevo era dança de negro que andava pela rua fazendo desordem (ALMEIDA, 2001).

Com o fim do Estado Novo, em dezembro de 1945, a FECAPE perde o apoio político e consequentemente o seu poder supremo na organização e promoção do carnaval de rua. O seu colapso aconteceu em 1947, quando a instituição convocou todas as agremiações para uma greve geral (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1947, p.3).

Enquanto a Federação tentava permanecer com o mínimo de força e prestígio que tinha antes, o Estado tinha se utilizado de diversos mecanismos para tentar coagir as agremiações carnavalescas a tomarem parte do seu carnaval. As investidas eram várias, desde ameaças, coação a suborno. Porém essas ações não implicaram no resultado pretendido,

> (...) no ano passado, depois de nossa recusa de receber dinheiro para o carnaval, o que motivou o retraimento dos principais clubes, o interventor Dermeval Peixoto quis emendar a mão e decretou o carnaval oficial (...) Não foi desse mundo a propaganda. Empregaram todas as armas, desde subornoo à ameaça, para que os clubes tradicionais aderissem ao carnaval oficial. E tudo firme. No duro. Nem um dos grandes clubes, três dos quais já festejaram seu cinqüentenário, aderiu. Ainda outro dia, em plena assembleia, **um negro velho contou com seus pares da Federação que foi chamado a polícia para por na rua sua brincadeira**. **Davam-lhe tudo: licença gratuita, música, dinheiro. Resistiu. Ameaçaram-no de prisão**. Usou de estratégia e acabou mantendo sua solidariedade aos companheiros. O clube não saiu. Quando por esses tempos, os xeleléus diziam e escreviam que o carnaval oficial estava aminado e seria brilhantíssimo, por mais de uma vez, perguntei se poderia haver carnaval sem o veterano Vassourinhas, sem o Pás, sem o Lenhadores, sem o Toureiro, sem o Bola de Ouro, e nenhum destes se exibiria. E nenhum de fato se exibiu, por onde se vê que o carnaval oficial de 1947, teria sido tudo menos o carnaval pernambucano. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1948, p.2).

Lemos nesta notícia, do jornal Diario de Pernambuco, que as agremiações carnavalescas não se submeteram ao controle dos organizadores do carnaval de rua. As agremiações e seus integrantes buscavam de todas as formas subverter as ordens instituídas pelas autoridades. No entanto, isso não significa que os detentores do poder tinham perdido o controle sob a festa. As agremiações tinham plena consciência que precisavam submeter-se ao processo de domesticação imposta, para que assim pudessem

ser legitimadas e aceitas.

Em 16 de setembro de 1947, a Assembleia Legislativa do Estado modifica o Decreto n°110, de 10 de maio de 1938. Ficando estabelecido pelo Decreto n° 11, art 4°, que a FECAPE se tornava órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública, para assim conceder licença às agremiações carnavalescas. O órgão teria a função de encaminhar ao Secretário de Segurança Pública toda a documentação das agremiações carnavalescas, para a devida aprovação de participação dos festejos momescos promovidos pelo Estado (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1947).

> [...] ART. 4° - **Fica a F.C.P. constituída em órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública**, para os efeitos deste decreto, precedendo audiência da mesma às licenças para fins do artigo 3° dêste decreto, durante os festejos carnavalescos. [...]
>
> ART. 5° - A persistência do favor concedido, no artigo precedente, à F.C.P., dependerá do cumprimento por parte da mesma, das seguintes condições:
>
> I – Premiar, do modo que julgar mais conveniente, a agremiação carnavalesca que mantiver em sua sede, ensino primário de letras ou de oficio para os associados ou seus filhos;
>
> II – Desenvolver sua ação, nos municípios do interior , pelo modo que julgar conveniente;
>
> III - estimular , por meios eficazes a **conservação do carnaval regional**, o desenvolvimento do turismo e da cultura popular;
>
> IV – dar, logo após o carnaval, publicamente a todos os seus atos, inclusive os de economia interna;
>
> Parágrafo único – Anualmente, após o carnaval, a F.C.P. relatará ao Secretário de Segurança Pública a sua atividade Social, apoiando-a em dados concretos;
>
> ART. 6° - As associações carnavalescas filiadas à F.C.P. que mantiverem ensino de letras ou de ofícios, conforme o artigo precedente, inciso I, ficarão isentas de quaisquer taxas, na licença anual para o seu financiamento, gozando as demais, de cinquenta por cento (50%) de abatimento no valor da mesma;
>
> ART. 7° - As associações não filiadas ou, por qualquer motivo, desfiliadas, passarão para o controle imediato do Serviço de Censura de Diversões Públicas, não gozando dos favores concedidos às que forem registradas na Federação Carnavalesca Pernambucana (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1947).

Assim podemos perceber que FECAPE perde ajuda financeira do Estado. Até 1947, ela tinha o controle financeiro da verba destinada pelo Estado para a promoção do reinado de Momo. No carnaval de 1948 a Federação continuou enfrentando dificuldades financeiras, pois, sem o apoio do Estado, ela teve que se desdobrar para conseguir dinheiro. A estratégia criada pela instituição foi a promoção de concursos para clubes, blocos, troças e maracatus, em associação com a empresa Moagens do Recife.

As novas funções da Federação Carnavalesca eram promover diversas licenças para

os clubes, elaborar contratos para serem utilizados nas negociações com o sindicato dos músicos e a manter a paz e harmonia entre os brincantes, inclusive entre grupos de frevo e escola de samba. Era também sua atribuição determinar s padrões e as características essenciais para a classificação de cada gênero de agremiação, ou seja, como deveria ser a composição de um clube, bloco, maracatu, escola de samba e boi.

Na década de 1950, a Federação ainda tinha em sua diretoria pessoas da alta sociedade pernambucana: donos de indústrias, intelectuais e políticos, como Aristófanes de Andrade, vereador com vários mandatos na Câmara Municipal do Recife.

O Estado procurou incentivar muitas agremiações desfiladas da Federação a voltarem para o seu controle. Essa decisão ocorreu após intervenção da Câmara dos Vereadores do Recife, que se empenhou no retorno dos clubes desfilados, para que voltassem a ser regidos e controlados (FOLHA DA MANHÃ, 1948).

Como vimos, a FECAPE pelo decreto n° 11 de 1947, passou a ser uma ponte entre as agremiações e a Secretária de Segurança Pública. É válido lembrar que as agremiações tinham um poder de organização social, política e uma capacidade de subversão que extrapolavam qualquer lei ou norma.

> O Sr. Sergio Godoy, depois de justificar o dever que tem o município de apoiar e incentivar as festas populares e de tecer considerações em torno do carnaval pernambucano encaminhou a mesa um projeto de sua autoria subscrito por todos os vereadores autorizando a Prefeitura a conceder um auxilio de Cr70. 000,00 à Federação Carnavalesca Pernambucana (FOLHA DA MANHÃ, 1948, p. 2).

Os jornais que circulavam na cidade do Recife davam indícios de que outras entidades da sociedade civil passariam a ser organizadoras da festa. Esses segmentos encontraram mais apoio nas ações do Estado do que a Federação, pois aqueles grupos não estavam vinculados à estrutura do Estado Novo. A saída de Getúlio Vargas do poder fez com que o movimento de contestação à Federação se consolidasse.

Depois da greve e do “boicote” declarado ao carnaval institucional de Demerval Peixoto, um grupo alternativo começou a ganhar destaque nos jornais: A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife (ACCR), cujas propostas eram trazer para a festa a supressão da influência do Estado sobre a brincadeira de rua, através de representações de que o reinado de Momo era uma festa democrática. Segundo Vidal:

> O modelo de carnaval que foi apoiado pelo poder público a partir de 1948 foi o do carnaval livre dos formalismos excessivos. Não era o carnaval da liberdade e, talvez –possa-se dizer – da liberalidade. O novo projeto para o carnaval articulado pela ACCR reuniu apenas um grupo de intelectuais em torno do projeto de fazer acontecer o carnaval. Uma ação pretensamente despretensiosa, mas que realçou um caráter político também, sobretudo porque negou o modelo político anterior, afirmando-se como uma nova ordem instaurada (VIDAL, 2010, p. 188).

A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife aos poucos manifesta sua

real intenção de substituir a FECAPE no seu papel de controle estatal do carnaval. No seu discurso de que estava promovendo um carnaval democrático para o povo. Anualmente a ACCR armava um palanque no Pátio do Paraíso, onde os populares não poderiam se aproximar e nem desfrutar daquele espaço, pois o acesso era reservado a jornalistas, autoridades e convidados. As agremiações quando passavam no Pátio do Paraíso tinham por obrigação parar por alguns minutos no palanque da Associação (FOLHA DA MANHÃ, 1948).[1]

Os impressos provocavam um efeito do real, ou seja, eles muitas vezes não revelavam a veracidade dos fatos, ou até mesmo escolhem quem seriam os heróis da história. Os impressos são textos dirigidos intencionalmente ao público. Ele é organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas, além disso, ele visa divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas, a partir de uma história ou de uma reflexão (FARGE, 2009).

Nos jornais de circulação em meados da década de 1940, é comum encontrar reportagens que remetam o êxito do carnaval à Associação dos Cronista,

> O carnaval no Pátio do Paraíso é o assunto obrigatório dos meios Carnavalescos. Ali será armado o pavilhão oficial da Associação dos Cronistas Carnavalescos em frente a o qual desfilarão todos os clubes pedestres, blocos, troças, escolas de samba, maracatus e caboclinhos. Os clubes de alegoria e crítica passarão, também em frente ao palanque oficial da A.C.C.R . **Recebendo dos jornalistas as mais expressivas manifestações de simpatia** (FOLHA DA MANHÃ, 1949, p.3). (grifos meus)

Nos carnavais da década de 1950, os jornais começam a anunciar que era de total responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife, através da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), promover e animar o carnaval de rua. Segundo o Jornal Diário da Noite, do dia vinte e seis de fevereiro de 1955, o vereador Antônio de Sousa apresentou à Câmara Municipal o que viria a ser lei do carnaval.

A proposta era que a Prefeitura do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura (DDC)[2], organizasse e promovesse os festejos carnavalescos do Município. A lei tinha por objetivo a promoção da folia voltada para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Uma das medidas propostas pela legislação foi a ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do carnaval do Recife.

Em 1955 o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei nº 3346, de sete de junho de 1955, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento

1 O Pátio do Paraíso era localizado no Bairro de Santo Antônio, no Recife.

2 Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura. Os serviços do Departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Também era de responsabilidade do DDC promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música.

de Documentação e Cultura.[3] No entanto, em 1956, sob forte pressão popular, o prefeito recém-eleito, Pelópidas Silveira, convocou a Câmara Municipal dos Vereadores para rever a lei nº 3346/1955. Segundo ele, a normatização não preservava o tradicionalismo da festa Carnavalesca recifense. Com a revogação da lei em 1956, as escolas de samba não receberiam a subvenção paga pela Prefeitura da cidade.

> Inúmeras matérias foram publicadas em diversos jornais recifenses provocando um debate nos periódicos sobre a forma que deverá ser conduzida a oficialização do carnaval da Prefeitura da cidade. Diversos intelectuais procuraram dialogar uns com os outros buscando a legitimidade dos seus escritos. Foram praticamente unânimes em afirmar uma posição contrária à disponibilização de recursos públicos da Prefeitura para subsidiar as escolas de samba. Julgavam que essas práticas culturais não serviam para representar a 'legítima' cultura do (nosso) Estado (SILVA, 2011, p. 116).

De 1955 a 1964, o carnaval do Recife passa por constantes mudanças na sua legislação. Em 1964, na primeira gestão do Prefeito Augusto Lucena, foi criada a lei n° 9.355, de 14 de dezembro, sendo constituída a Comissão Organizadora do Carnaval (COC), presidida pelo Secretário de Educação e Cultura, com representantes da Câmara Municipal, Federação Carnavalesca, Associação de Cronistas, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Governo do Estado e quatro outros integrantes escolhidos pelo governante municipal.

O reinado de Momo tornou-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: quem salvará o carnaval do Recife da decadência, ou seja, o reinado de momo com pouca participação do povo e das agremiações (DIÁRIO DA NOITE, 1955). Era comum nos jornais encontrar críticas aos organizadores da festa, políticos que defendiam na Câmara Municipal maiores iniciativas para restaurar a brincadeira do Recife e, sobretudo, melhorar as condições das agremiações carnavalescas. A festa de Momo se torna palco de acirradas lutas pelo poder, prestígio social e pela defesa de interesses particulares. Neste sentido, objetivo deste artigo é analisar e problematizara história do carnaval do Recife no período de 1955-1964.

AS DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DA LEGISLAÇÃO DO CARNAVAL

Ao observarmos a lei 3.346/1955, encontramos indícios de que a legislação do carnaval veio para consolidar as disputas políticas em torno da festa. De acordo com o artigo 6° da lei em questão: "a Câmara Municipal do Recife far-se-á representar junto ao Departamento de Documentação e Cultura por três dos seus membros, designados pelo

---

3 Djair Falcão Brindeiro assumiu o governo municipal em 15 de março de 1955, nomeado pelo governador Cordeiro Farias, permanecendo até 14 de dezembro do mesmo ano. Durante a sua gestão realizou diversas obras na cidade, tais como: a Restauração das fontes dos parques 13 de Maio, Praça da República, Praça 17, Maciel Pinheiro e Entroncamento. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Galeria dos Prefeitos. Disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br. Acesso em 21 de dez de 2021.

plenário e que terão direito a tomar parte em todos os atos concernentes à organização do carnaval do Recife" (DIÁRIO DA NOITE, 1955, p.5). Essa determinação garantia à Câmara Municipal uma fiscalização mais efetiva nas providências para a preparação dos festejos momescos e um maior controle na distribuição das verbas. Em resposta à legislação que dava à Câmara Municipal o poder de decisão sobre o futuro da festa, o jornal Folha da Manhã fez uma severa crítica, principalmente quanto aos recursos destinados às agremiações:

> Como é sabido, são os diretores e associados das nossas agremiações carnavalescas quem arrastam com sacrifício de toda natureza, promovem e abrilhantam o carnaval do Recife. Portanto se dependessem eles da ajuda oficial tão malsinada, de há muito que teriam sido extinto o chamado carnaval de rua (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p.8).

Segundo o Jornal Diário da Noite, em 1956 circulava por toda a cidade a notícia de que a Prefeitura da cidade deixou de cumprir integralmente a lei Antônio de Sousa, que oficializou o carnaval pernambucano. O prefeito Pelópidas Silveira, eleito em 1955, rapidamente desmentiu todos os boatos, afirmando que seria entregue às organizações carnavalescas, na forma prevista pela lei, as verbas destinadas à promoção da festa, num montante de 600.000 Cruzeiros. [4]

No dia 27 de janeiro de 1956, Pelópidas Silveira regulamenta a lei N° 3.346/1955, sancionando a Lei a partir do Decreto lei° N° 1.351, dando ao DDC - Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife - o encargo de promover e patrocinar os festejos Carnavalescos na capital pernambucana. Com essa regulamentação, a Prefeitura da Cidade do Recife centraliza o seu poder sobre o carnaval.

Como já vimos, o DDC foi incumbido de promover e patrocinar os festejos carnavalescos na capital pernambucana, centralizando o poder de regulamentar e organizar. E como reagiram aquelas pessoas e instituições que antes estavam encarregadas de organizar o carnaval? A ACCR, antes da revisão da lei em questão, a todo o momento enfatizava nos jornais o seu total apoio ao Carnaval oficial, se comprometendo a organizar a festa de rua e classificar os campeões, entregando prêmios em dinheiro e troféus aos vencedores, cabendo ao Departamento de Administração da Prefeitura armar o palanque oficial no Quartel General do frevo. No entanto, após a regulamentação da lei 3.346 de 7 de junho de 1955, Pelópidas Silveira diminui o poder de decisão que a ACCR estava conquistando na organização e promoção do festejos momescos com o fim do Estado Novo.

4 A eleição de Pelópidas Silveira, em 1955, se deu num contexto de esperança. O prefeito era do Partido Socialista Brasileiro e obteve uma votação expressiva [...]. Na sua gestão, a organização da administração municipal foi modificada. Foram feitos concursos públicos, restauração de cargos e salários, mudanças no sistema de arrecadação de tributos, disciplinamento no uso do solo e programa de atendimento às populações carentes, atingindo a alimentação, educação, cultura e habitação. Tudo isso revela a forte intervenção do poder público na vida da cidade; ao mesmo tempo ampliava-se a participação popular, com o crescimento das associações de bairros e de moradores. Havia condições políticas para que se democratizassem as relações de poder, para que se pensasse a modernização junto com a modernidade política. REZENDE, Antônio Paulo de Morais, *O Recife***:** História de uma Cidade. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002, pp. 130-131.

> ART.4° - Caberá a uma comissão, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Cultura e composta dos três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal, nos termos do art.6° da Lei n. 3.346 um representante da Federação Carnavalesca Pernambucana, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife, jugar os concursos estabelecidos no art.1°e seus parágrafos e opinar quando à ornamentação, iluminação, propaganda, animação dos festejos, bem como quanto à distribuição da verba prevista no art.2°. deste regulamento. Das decisões dessa comissão que serão sempre tomadas por maioria caberá recurso, por iniciativa do Diretor da D. D.C, para o Prefeito (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p.6).

Essa decisão da Prefeitura gerou uma série de críticas nos periódicos da cidade, com relação à organização do carnaval do Recife. Para entender o discurso midiático que circulou na urbe a partir de meados da década de quarenta, é preciso perceber que a propagação do *slogan* 'melhor carnaval do mundo' não era apenas um fanatismo ou uma paixão pela folia recifense, mas sim, um interesse político e institucional. Quando os Cronistas (ACCR) perdem o poder de decisão na promoção da festa, as críticas tornam-se constantes e contundentes.

O discurso que circulava, nos jornais da cidade, era de que a Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife estava disposta a dar toda colaboração ao poder público para restaurar o carnaval de rua da capital pernambucana, e foi por isso que credenciou representantes para comporem o Plenário da Comissão Organizadora do Carnaval[5]. Entretanto, a entidade declarou que não estava vinculada a nenhum grupo político. Ela visava apenas resguardar as tradições da maior festa popular, que é a festa de rua da cidade do Recife e todas as suas manifestações populares.

> Nunca pensei que a organização do carnaval fosse gerar tanto tumulto. Carnaval, afinal de contas, é uma guerra pacífica, e não uma guerra de verdade. Leio nos jornais que a Comissão Organizadora do carnaval está decidindo o destino do carnaval do Recife a portas fechadas. Que segredo de Estado estarão sendo discutidos? Planeja-se algum golpe ou atentado ao governador Carlos Lacerda? (DIÁRIO DA NOITE, 1964, p.7)

A Associação dos Cronistas fomentava e propagava nos jornais que os foliões e as agremiações deveriam, em nome da festa e não em favor da oficialização do Carnaval, salvá-lo. Eles difundiam o lema: 'liberdade para o carnaval do Recife'. É válido salientar, que a atuação dos Cronistas deve ser vista com muita cautela, pois existe uma produção de significado no que foi escrito ou até mesmo no silêncio do que não teve resposta, do não dito. Ao analisar os jornais de circulação na cidade, percebemos que a ACCR se utilizou do poder de persuasão no seu discurso, para tentar minar o carnaval oficial (FOLHA DA MANHÃ, 1953, p.8).

5 O termo Comissão Organizadora do Carnaval já começa a ser utilizado nos periódicos de circulação no Recife no início dos anos de 1960. No entanto, a lei 9352 que atribui à Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Comissão Organizadora do Carnaval, a função de: programar, patrocinar e promover os festejos carnavalescos do Município só foi sancionada em 1964, na gestão prefeito Augusto Lucena.

A disputa pelo poder do carnaval pode foi vista diariamente nos periódicos da cidade. A Comissão Organizadora do Carnaval, a Associação dos Cronistas e a Federação Carnavalesca de Pernambuco faziam calorosos debates em suas reuniões. Contudo, o que prevalecia era a decisão dos representantes da P refeitura, que era constituída por dois membros escolhidos pelo prefeito.

> Reuniu-se ontem, a Comissão Organizadora do carnaval, sob a presidência do sr. José Césio Regueira Costa, com a presença dos Srs. Newton Cardoso, Lula Cardoso Aires, Arnaldo Moreira Pinto, Aristófanes da Trindade, Aristófanes de Andrade e Sérgio Godói. A entidade, depois de acalorados debates resolveu, entre outras coisas, o seguinte: [...]
>
> e – Determinar que a “Federação Carnavalesca” e “Associação dos Cronistas” escolham os locais onde dever ser armados seus pavilhões oficiais, em ângulos mortos, na forma de sugestão feita pela Delegacia de Trânsito;
>
> h – Rejeitar a proposta do presidente da ACCR no sentido de ser registrado, em ata, o artigo do jornalista Mario Melo, intitulado “Gaudérios do carnaval”, inserido no “*Jornal do Commércio*”.
>
> **A proibição da montagem da passarela teve o voto em contrário do representante da ACCR, que considerou um ato de arbitrário, injustificado, da maioria** (FOLHA DA MANHÃ, 1958, p.8). (Grifos meus)

Insatisfeita com a atitude da Comissão Organizadora do Carnaval, a ACCR resolve funcionar em outro local, para que assim pudesse ter a ampla liberdade de ação, que havia perdido com a lei do carnaval. A Associação dos Cronistas também foi proibida de colocar o seu letreiro luminoso em frente ao seu pavilhão, montado na Praça da Independência. A comissão do carnaval considerava o letreiro desatencioso e símbolo de muita vaidade.

Neste sentido, a partir de 1955 o reinado de Momo na capital pernambucana ganhava outra forma. A decoração da cidade era de responsabilidade da Prefeitura, não sendo permitida por lei a ajuda dos comerciantes e lojistas. No entanto, para que a Comissão Organizadora do Carnaval pudesse planejar uma decoração que contemplasse todas as artérias do Recife, era necessária uma maior elasticidade financeira. Porém, o que observamos nos periódicos era que a decoração do carnaval ficava concentrada em algumas ruas ou avenidas, com a finalidade de evitar dispersão da verba pública. As demais ruas do centro receberam apenas iluminação. A decoração das outras ruas do centro ficava a cargo dos comerciantes que desejassem adornar trechos em frente às suas lojas, pois teriam a permissão da prefeitura para fazer publicidade, e ainda ganhariam a iluminação. Essa prática era comum, porém desrespeitava a lei do carnaval.

Os carnavais nas décadas de 1950 também foram marcados pela corrupção. Muitas agremiações recebiam a subvenção e não desfilavam. Porém, pela lei, elas teriam um prazo para a devolução do dinheiro. Caso não devolvessem o dinheiro, seriam obrigadas a desfilar no ano seguinte sem receber qualquer ajuda e, se novamente não desfilassem, seriam rebaixadas de categoria, ficando proibidas de realizar o desfile oficial no Município,

além da exigência da devolução do dinheiro através da justiça. Segundo o Art. 2° nos parágrafos 1°, 2° e 3° da lei n° 3346/1956,

> **[...] § 1°** - A distribuição da verba prevista na letra a deste artigo será feita em duas cotas, após à dedução das verbas necessárias a atribuições de prêmios nos concursos adotados a primeira quota, após a exibição dos clubes.
>
> § 2° - **A entidade carnavalesca que receber a primeira quota de auxilio e não se exibir durante os festejos carnavalescos que se seguirem ficará impedida de receber quaisquer auxílios 3 anos consecutivos**, sem prejuízo de outras sanções que a Prefeitura resolver adotar e que poderão ir até à exigência judicial da devolução da primeira quota.
>
> § 3° - Somente serão distribuídas as quotas aqui previstas as organizações que satisfaçam as condições desse regulamento e que provem ter existência legal e ter se exibido no carnaval de um dos três últimos anos (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p.6). (grifos meus)

Os problemas financeiros das agremiações eram vários: parcelamento e atraso da subvenção; grupos de segunda categoria ganhavam menos que os da primeira categoria, mas tinham que fazer um desfile luxuoso, para continuar recebendo a verba. A subvenção recebida não dava para custear os seus gastos, além disso, havia presidentes que defendiam os interesses financeiros próprios e não os das agremiações, muitos desses líderes, deviam valores altíssimos, adquiridos através de empréstimos, o que acabava deixando as agremiações com uma situação financeira ruim.

CARNAVAL É UMA BRINCADEIRA SÉRIA

Por meio desta pesquisa, percebemos que o carnaval pode ser compreendido como processo de criação social do espaço, que obedece a uma lógica determinada pela existência dos fazem o carnaval do Recife: clubes, troças, blocos, maracatus e caboclinhos, escolas de samba e os foliões. Sujeitos que se materializam nos estandartes ou no próprio uso do espaço (com os cortejos) a sua existência, os seus valores e a sua influência sobre a vida social e cultural da cidade. Eram sujeitos que estavam sempre em busca de melhores carnavais, era um desejo incessante de querer sempre mais.

A análise da organização da festa de Momo no Recife na década de 1950 nos levou a caminhos e problemáticas plurais. Concluímos que o carnaval configurou-se como um fenômeno que constituiu a manifestação do uso dos espaços (as ruas e os clubes) e todas as suas complexidades.

O reinado de Momo exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto, o que observamos foi a resistência das agremiações que passaram pelas mais diversas dificuldades, como a insuficiência de verbas e o não reconhecimento da sua importância para a preservação do carnaval de rua. A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento

rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais do Recife, como uma rede transparente que reveste toda a cidade, interligada por vários pontos de animação.

Foi possível observar, uma maior preocupação com o carnaval de rua a partir da década de 1930, com a criação da Federação Carnavalesca de Pernambucano que, motivada pelo exercício de maior controle sobre a festa de rua da cidade, e, sobretudo das agremiações carnavalescas, inicia um novo capítulo na história do carnaval do Recife.

Já década de 1950, o carnaval tornou-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas que fossem capazes de organizar a festa de Momo, e assim ter um maior controle sobre ele, no entanto, nem sempre essa tentativa de ordenação da festa funcionou. O que analisamos nos periódicos de circulação na cidade foi que a política influenciou nas tomadas de decisão das comissões formadas para organizar o carnaval. Além disso, as verbas destinadas à organização da festa eram insuficientes e não davam nem para custear a metade das despesas com os festejos. Tudo isso contribuiu para tornar o carnaval um espaço de disputas, críticas constantes e insatisfações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2001.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas**: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas públicas e carnavais**: entre o negro e a cultura popular em Pernambuco. In ALMEIDA, Luiz Silva de; CABRAL, Otávio; ARAÚJO, Zezito. (org). O negro e a construção do Carnaval no Nordeste. Maceió: Edufal, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

MORROQUIM, Dirceu S.M. **História de um navio holandês** (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. Histórias do Turismo no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2013

PAZ, Raissa Alves Colaço. **Preocupações artísticas**: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

SILVA, Augusto Neves da. **Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)**. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

SILVA, Gustavo de Medeiro. **Carnaval, Mercado e Diferenciação Social.** Recife, dissertação de mestrado em Administração, UFPE, 2004.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

THOMPSON, E.P. **Folclore, antropologia e história social**. IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho**. A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares**: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949). Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

ROSANA MARIA DOS SANTOS - Doutoranda e mestra em história pelo Programa de Pós-graduação em História, na linha de pesquisa cultura, patrimônio e memória, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É especialista em história do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco e especialista em turismo e patrimônio pela Faculdade Frassinetti do Recife, com pesquisas inseridas no campo dos estudos culturais. Graduada em história (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada em gestão de turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Africanos 38, 54

Alambique 47, 48, 49, 50, 52, 53

Amazônia 20, 21, 23, 31, 32

América 25, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60

América Portuguesa 25, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60

Antigo regime 48, 51

Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife 80, 84

B

Brasil 21, 28, 30, 32, 33, 38, 46, 58, 59, 60, 87, 89

C

Caboclinho 76

Cachaça 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

Carnaval 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Cidade 7, 8, 14, 32, 33, 34, 36, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Ciência moderna 49

Cinema 2, 4, 7, 10, 16, 19

Colônia 48, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59

Colonização japonesa 6

Colonização portuguesa 20

Cultura 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 29, 37, 46, 48, 50, 57, 58, 60, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 87, 89

Cultura política 1, 2, 3, 14, 15, 18

D

Departamento de Documentação e Cultura 75, 81, 82, 83, 84

Desenvolvimento 21, 23, 40, 43, 44, 48, 50, 56, 76, 79

Desiguais 31

Desmemória Patrimonial 20

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército 29

E

Economia 22, 48, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 79

Edificação 6, 24, 25, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 45

Eidéticos 45

Escola de Samba 80

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 22, 23, 31, 48, 51, 53, 55, 67, 69, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 88

Estado absolutista 51

Estado Novo 78, 80, 83

Estrutura urbana 20, 22

Expansão 20, 21, 23, 28, 42, 48, 53, 54

F

Fachadas 33, 36, 37, 39, 40, 41, 42

Federação Carnavalesca de Pernambuco 85

G

Guerra 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 27, 61, 64, 69, 84

Guerra Fria 15, 18

H

História 1, 6, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 32, 33, 34, 37, 43, 46, 50, 57, 58, 59, 60, 75, 76, 81, 82, 83, 87, 88, 89

Historiografia 75, 76

Honra 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

I

Identidade 6, 31, 34, 38, 39, 45, 76, 78

Iluminismo 47, 50, 57

Instituto Militar de Engenharia 29

L

Luso-brasileira 33, 47, 48

M

Memória 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 31, 32, 33, 36, 41, 43, 44, 45, 47, 49, 57, 89

Metrópole 51, 56

N

Negro 11, 12, 60, 76, 78, 87, 88

O

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 29

P

Patrimônio 20, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 58, 89

Patrimônio vivo 33

Política 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 18, 19, 22, 51, 56, 67, 75, 78, 80, 82, 83, 87

Portugal 20, 21, 24, 25, 26, 28, 38, 47, 48, 49, 51, 56, 57, 59

Pós-guerra 1, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19

Privilégios 56

R

Real Forte Príncipe da Beira 20, 21, 24, 25, 28, 29, 30, 31

Revolução Francesa 51

Rondônia 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 31, 32

S

Segunda Guerra Mundial 5, 7, 9, 10, 13, 15

Símbolos 50, 78

Sociedade 2, 9, 11, 12, 14, 20, 31, 48, 49, 50, 51, 57, 58, 60, 80, 88

T

Território 8, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 30, 31, 48, 53

Topológicos 45

Tradição 3, 37, 46, 75, 81

Tratado de Tordesilhas 25

U

Ultramarinos 51

União Soviética 8

Universidade 1, 5, 18, 19, 33, 34, 35, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 75, 88, 89

HISTÓRIA POLÍTICA:

estado, nação e constitucionalidade

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2024

HISTÓRIA POLÍTICA:

estado, nação e constitucionalidade

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2024